



Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

O Leste em Portugal

A Integração de Imigrantes Ucranianos e a Educação de Adultos

Dissertação de Mestrado em Educação e Formação de Adultos e
Intervenção Comunitária

Vera Lúcia Galhós Menezes Estrela

2013



Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

O Leste em Portugal

A Integração de Imigrantes Ucrrianos e a Educação de Adultos

Dissertação de Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e realizada sob a orientação da Professora Doutora Albertina Lima de Oliveira e do Professor Doutor Joaquim Pires Valentim

Vera Lúcia Galhós Menezes Estrela

2013

Agradecimentos

Remeto o meu profundo agradecimento a todos aqueles que me apoiaram neste percurso e na conquista de mais uma meta na minha vida.

Aos meus orientadores, Professora Doutora Albertina Lima Oliveira e Professor Doutor Joaquim Pires Valentim, pela sua sabedoria e pelos valiosos conselhos que me deram ao longo deste ano. Obrigada por terem aceitado este desafio e por demonstrarem sempre disponibilidade para me apoiarem durante este trajeto.

A todos os professores da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação desta Universidade pela inspiração e conhecimento que me transmitiram, especialmente à Professora Doutora Cristina Vieira, pela generosidade e motivação com que me brindou nestes dois anos.

A todos os meus colegas de mestrado por me terem acompanhado nesta jornada, com um especial agradecimento a Mónica Gomes e Paula Bugalho, pela amizade e pela força que sempre me deram.

Agradeço a todos os meus colegas formadores e técnicos de formação pelo auxílio prestado na procura dos participantes.

Manifesto a minha profunda gratidão a todos os participantes deste estudo por terem aberto os seus corações e terem partilhado comigo as suas experiências de vida. Sem vocês nada disto seria possível. Muito obrigada!

Por último, mas não menos importante, agradeço a ti Mãe, por seres o meu pilar não só nesta fase mas durante toda a minha vida e a ti Pedro, pelo teu amor e compreensão e por seres sempre o meu porto seguro.

Resumo

No final do século XX, Portugal deixou de ser apenas um país de emigração para se tornar também um país de imigração e acolhimento de cidadãos estrangeiros, que procuram sobretudo alcançar melhores condições de vida.

Um dos grupos de imigrantes que mais aumentou nos últimos anos foi o dos imigrantes da Europa de Leste, provenientes da ex-URSS, devido aos graves problemas económicos e sociais que aí se verificaram, sendo os cidadãos de nacionalidade ucraniana os que mais procuraram Portugal para se fixar.

É relevante compreendermos como se tem processado a integração destes imigrantes na sociedade portuguesa, em particular os adultos em idade ativa.

Um dos fatores que poderá contribuir para a integração destes imigrantes é a inserção em programas educativos para adultos, nomeadamente a frequência de cursos de educação e formação no âmbito da *Iniciativa Novas Oportunidades*.

Ao longo deste estudo pretende-se perceber como é que estes imigrantes se têm integrado na nossa sociedade, através da inserção em percursos educativos para adultos promovidos pelo estado português, que deverão constituir mecanismos facilitadores, propiciando o desenvolvimento das suas aprendizagens e da sua inclusão social.

A investigação é de natureza qualitativa, sendo que os dados foram recolhidos através de uma entrevista semiestruturada realizada com seis participantes ucranianos.

A realização desta investigação permitiu aferir a importância da frequência destes cursos na integração social dos imigrantes ucranianos que, em conjunto com vários fatores positivos, permitiram a fixação de residência em Portugal, que já consideram como ao seu país.

Palavras-chave: Imigração Ucraniana, Integração, Educação e Formação de Adultos.

Abstract

By the end of the twentieth century, Portugal stopped being only an emigration country and had also become an immigration and welcoming country for foreign citizens, which particularly try to reach better life conditions.

One group of immigrants that has increased in the past years were the Eastern Europeans, from former USSR, due to severe economic and social issues that occurred there, being the Ukrainians citizens the one's that most select Portugal for living.

It's relevant to understand how these immigrants' integration has been happening in the Portuguese society, particular as far as the adults in active age had concerned.

One of the factors that may contribute to these immigrants integration is the attendance of adults educational programs, specifically the frequency of education and training courses integrate in the *New Opportunities Program*.

During this research our aim is to comprehend how these immigrants have been integrated in our society, through the insertion in adult education paths promoted by Portuguese State that should represent a straightforward mechanism, leading to the development of their learning process as well as their social inclusion.

The research has a qualitative nature, as the data were collected through a semi-structured interview with six Ukrainians participants.

With this research we could understand the importance of these courses in the Ukrainian immigrants' social integration that allowed (with other positive factors) that they have continued living in Portugal, country that they already see as theirs.

Key-words: Ukrainian Immigration, Integration, Adult Education.

*Já não me importa...
É me indiferente
Que eu morra na Ucrânia, ou algures,
Que alguém me lembre, ou me olvide
Sozinho entre as neves do exílio,
Ai, não me importa, não me importa!
Cresci no exílio, como escravo,
Pois, exilado morrerei
E tudo levarei comigo.
Não deixo nem um rasto leve
Em nossa Ucrânia tão gloriosa,
Em nossa pátria escravizada.
Não lembrará o pai ao filho,
Não lhe dirá: "Ai, reze, filho,
Pois, pelo amor que teve à Ucrânia,
Outrora, foi sacrificado..."
E não me importa que esse filho
Reze, ou não reze por minha alma.
O que me dói é que homens maus
A Ucrânia embalam com mentiras
E um dia a acorde o incêndio e o roubo.
Ai, isso, sim é que me importa!*

Taras Shevtchenko, poeta ucraniano, 1847

(Fonte: Antologia da Literatura Ucraniana. Rio de Janeiro. 1959)

Índice

Índice de Figuras	VII
Índice de Gráficos.....	VII
Índice de Tabelas	VIII
Índice de Quadros.....	VIII
Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	6
Capítulo 1 – Fenómenos migratórios	7
1. Conceitos e teorias das migrações	7
1.1. Conceito de migração.....	7
1.2. Teorias microssociológicas das migrações	9
1.2.1. Modelo de atração/repulsão (push/pull).....	9
1.2.2. Teoria do capital humano	11
1.2.3. Teoria do ciclo de vida.....	12
1.3. Teorias macrossociológicas das migrações.....	12
1.3.1. Teoria do mercado de trabalho segmentado	12
1.3.2. Teoria dos sistemas-mundo	13
1.3.3. Teoria dos sistemas migratórios	14
1.3.4. Teoria das redes migratórias	15
1.3.5. Teoria institucional	15
2. Imigração em Portugal.....	16
2.1. Evolução histórica do fenómeno	16
2.2. Dados sociodemográficos dos imigrantes em Portugal.....	24
2.3. Enquadramento legal e institucional da imigração em Portugal.....	27
2.3.1. O atual quadro legislativo português para a imigração.....	27
2.3.2. O Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural	29
2.3.3. Plano para a Integração de Imigrantes – PII (2010-2013).....	31
2.3.4. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI)	35
2.3.5. Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII).....	36
3. Evolução da emigração na Ucrânia	38
4. A população do Leste Europeu em Portugal	41

4.1.	Caracterização sociodemográfica da população de Leste em Portugal.....	41
4.2.	O caso específico dos imigrantes ucranianos	45
Capítulo 2 –	Educação e Formação de Adultos.....	47
1.	A Educação e Formação de Adultos no panorama internacional.....	47
2.	A Educação e Formação de Adultos em Portugal	50
2.1.	Evolução histórica	50
2.2.	A Iniciativa Novas Oportunidades	55
2.3.	Os Cursos de Educação e Formação de Adultos.....	58
2.4.	O Programa Português para Todos.....	61
Capítulo 3 –	Integração de imigrantes	65
1.	Integração económica	65
2.	Integração social	67
3.	Redes de suporte existentes em Portugal.....	70
Parte II –	Estudo Empírico	75
Capítulo 4 -	Problemática do Estudo e Metodologia.....	76
1.	Objeto de Investigação	76
1.1.	Enquadramento da Investigação.....	76
1.2.	Questões de Investigação	77
1.3.	Justificação do Estudo	77
2.	Metodologia.....	78
2.1.	Plano de Investigação.....	78
2.2.	Participantes	79
2.3.	Instrumentos de recolha de dados	80
2.3.1.	Processo de recolha de dados.....	80
2.3.2.	Entrevistas semiestruturadas.....	81
2.4.	Análise de conteúdo das entrevistas.....	82
Capítulo 5 –	Apresentação e Discussão dos Resultados.....	85
1.	Caracterização sociodemográfica dos participantes	85
2.	Apresentação da categorização dos temas.....	86
2.1.	Tema I – A decisão de emigrar e a relação com o país de origem.....	86
2.2.	Tema II – O processo de integração económica e social em Portugal.....	87
2.3.	Tema III – A Educação e Formação de Adultos como fator facilitador do processo de integração	88

2.4. Tema IV – A condição de imigrante e a sociedade de acolhimento	89
3. Análise e discussão dos resultados	90
3.1. Limitações do estudo.....	123
3.2. Síntese	124
Conclusão	126
Bibliografia.....	132
Anexos.....	142
ANEXO A: Cronograma	
ANEXO B: Guião da Entrevista	
ANEXO C: Autorização dos participantes	
ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas	

Índice de Figuras

Figura 1 – Distribuição geográfica da população estrangeira em Portugal, 2012.....	26
Figura 2 – Localização da Ucrânia na Europa.....	38
Figura 3 – Mapa político da Ucrânia	39

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Imigrantes residentes em Portugal, segundo o estatuto jurídico concedido (1980-2012)	22
Gráfico 2 - Distribuição da população imigrante por nacionalidade em 2012.....	27
Gráfico 3 - Distribuição da população ucraniana residente em Portugal, em 2011	45
Gráfico 4 - População ucraniana residente em Portugal por grupo etário e por sexo, em 2011	46

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Fatores influenciadores do processo migratório	10
Tabela 2 - Evolução da População Estrangeira em Território Nacional (1980-2012) ...	24
Tabela 3 - População Residente do Leste Europeu por nacionalidade e género	43
Tabela 4 – Pessoas de países do Leste Europeu ao serviço, segundo a situação na profissão	44
Tabela 5 - O conceito de educação de adultos.....	48
Tabela 6 - Número de inscrições e de certificações no Eixo Adultos da INO, por modalidade de educação e formação	58
Tabela 7 – Percursos EFA – Nível Básico: habilitações escolares de acesso	59
Tabela 8 – Percursos EFA (dupla certificação) – Nível Secundário: habilitações escolares de acesso	59
Tabela 9 – Percursos EFA (habilitação escolar) – Nível Secundário: habilitações escolares de acesso	60
Tabela 10 – Estrutura curricular do <i>Curso de Português para Falantes de Outras Línguas</i>	62
Tabela 11 – Fluxos dos formandos abrangidos em ações de formação em língua portuguesa.....	63

Índice de Quadros

Quadro 1 – Duração das entrevistas	82
Quadro 2 – Grelha analítica do tema I: A decisão de emigrar e a relação com o país de origem.....	87
Quadro 3 – Grelha analítica do tema II: O processo de integração económica e social em Portugal.....	88
Quadro 4 – Grelha analítica do tema III: A Educação e Formação de Adultos como fator facilitador do processo de integração	89
Quadro 5 – Grelha analítica do tema IV: A condição de imigrante e a sociedade de acolhimento	90
Quadro 6 – Motivos familiares para emigrar, de acordo com os participantes.....	94
Quadro 7 – Principais intervenientes no processo migratório dos participantes.....	95
Quadro 8 – Evolução do percurso académico e formativo dos participantes.....	107
Quadro 9 – Contribuições do curso para o desenvolvimento pessoal dos participantes	111

Lista de Siglas e acrónimos

ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACIME	Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
ANEFA	Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos
ANQ	Agência Nacional para a Qualificação
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional
CEE	Comunidade Económica Europeia
CLAII	Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
CNAI	Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CNO	Centro de Novas Oportunidades
CONFITEA	Conferências Internacionais de Educação de Adultos
DGEP	Direcção-Geral da Educação Permanente
EFA	Educação e Formação de Adultos
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
INE	Instituto Nacional de Estatística
INO	Iniciativa Novas Oportunidades
MEE	Ministério da Economia e do Emprego
ONG	Organização Não-Governamental
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNAEBA	Plano Nacional de Alfabetização e de Educação de Bases dos Adultos
POPH	Programa Operacional de Potencial Humano
PPT	Programa Português para Todos
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

Introdução

Os processos migratórios no contexto europeu sofreram uma enorme intensificação no início do século XXI. Segundo Martins (2005) a Europa é atualmente, mais do que nunca, um continente marcadamente multicultural e etnicamente diversificado.

Greeff e Holtzkamp (2007, cit. por Graça, 2008) referem que a imigração é um fenómeno verificado a nível mundial, resultante em grande parte do processo de globalização, que tem permitido ultrapassar fronteiras físicas e culturais. Este processo tem um forte impacto na sociedade atual, e a sua análise desperta questões com grande visibilidade social (inclusão ou exclusão social, multiculturalidade, discriminação, integração, formação e ensino).

Com a União Europeia, surge uma nova realidade, “a pluralidade das nações e das culturas. Assim, ao mesmo tempo que há uma tentativa de criação de normas e valores partilhados (...), há, também, uma tentativa de salvaguardar uma certa singularidade ou nacionalidade” (Martins, 2005, p. 23). Apesar do continente europeu ser constituído por uma diversidade de povos com diferentes percursos históricos e culturais desde há vários séculos, com a constituição e formalização de uma comunidade europeia, surge a preocupação destes países com a questão do respeito pela diversidade, que se deve manifestar não só nos discursos políticos, como nas práticas adotadas por esses estados.

A questão da integração destas populações nos países de destinos é de extrema importância e conforme refere Moreira (1996, p. 411) “no seu conteúdo operacional, o conceito de integração significa que grupos diferentes, submetidos à mesma jurisdição, devem possuir os mesmos direitos legais, embora possam ter privilégios desiguais em função da sua específica identidade religiosa, linguística, cultural. É a regra do direito a ser diferente e tratado como igual”.

Devido às diversidades étnicas e culturais na Europa, cada vez mais há necessidade de adotar políticas que permitam perceber e acompanhar estes fenómenos, como por exemplo, o modelo interculturalista, em que se consideram os percursos migratórios como processos de mudança social e cultural, uma vez que a cultura das populações imigrantes provoca mudanças nos padrões culturais das sociedades que as acolhem e vice-versa. O objetivo deste modelo é promover a “plenitude dos direitos, a igualdade

Introdução

de oportunidades e a reciprocidade de relação para todos os cidadãos, todos os grupos, todas as comunidades” (Rocha-Trindade, 1993, p. 877).

Nos últimos tempos tem-se assistido a um aumento significativo de migrações, bem como a uma diversificação das suas origens e destinos. A procura de emprego e de melhores condições de vida revela-se o fator essencial para que esta mudança pessoal e social tão profunda se processe.

Emigrar exprime uma rutura, mais ou menos profunda, com alguns aspetos da vida do indivíduo (sociais, culturais, políticos ou económicos) e representa o iniciar de um novo percurso. O processo migratório pode revestir-se de aspetos negativos, provocando na pessoa sensações de inadaptação, mas pode “igualmente favorecer o desenvolvimento, o dinamismo e a criatividade dos indivíduos e dos grupos” (Ramos, 2007, p. 373).

Por norma, os emigrantes quando escolhem o país de destino têm em conta não só fatores estruturais, mas também as redes de solidariedade e acolhimento existentes nos países que procuram para viver.

Muitos cidadãos do Leste europeu, após a queda da União Soviética, procuraram países da Europa ocidental para se fixarem. Um desses destinos foi Portugal que, sobretudo até à década de 70 do século XX, se caracterizava por ser um país de emigrantes.

Dentro do grupo dos imigrantes da Europa de Leste, a população que mais procurou o nosso país foi a proveniente da Ucrânia, tendo, essencialmente nos anos de 2000 a 2002, aumentando intensamente e dispersado por todo o território nacional (SEF, 2000, 2001, 2002). Esta diversificação na localização também traduz uma variedade de profissões exercidas, desde a agricultura à indústria, trabalhando esses imigrantes em locais onde a oferta de mão-de-obra nacional se tornou insuficiente, devido ao envelhecimento da população ou à deslocação dos mais jovens para outras profissões, regiões ou países. Considera-se então que esta migração se reveste de carácter predominantemente económico, pois a debilidade financeira e jurídica em que muitos destes imigrantes chegaram ao nosso país levou a que a sua inserção no mercado laboral se efetivasse maioritariamente numa posição de desvantagem e por isso ligada a trabalhos precários, não qualificados e, por norma, mal pagos (Cordeiro, 2004).

Podemos contudo verificar que, apesar do número de imigrantes ucranianos no nosso país ser tão significativo, os dois países, Portugal e Ucrânia, não tinham entre si qualquer tipo de relações diplomáticas, económicas ou culturais que explicassem tal

fenómeno. Assim sendo, embora tenham nesta fase inicial, obtido autorizações de permanência ao abrigo do recém enquadramento legal (Decreto-lei nº 4/2001, de 10 de janeiro) que lhes permitiram residir e trabalhar no nosso país, muitos outros fatores terão contribuído para a sua fixação em Portugal, retardando o retorno voluntário ao seu país de origem.

Dado o impacto social e económico que os imigrantes de Leste têm tido na sociedade portuguesa, em particular os imigrantes ucranianos a partir do final da década de 90, existe um grande interesse em aprofundar a investigação acerca da sua adaptação à comunidade, especialmente no que se refere ao papel e ao contributo dos programas de Educação e Formação de Adultos (EFA), nessa integração, através da *Iniciativa Novas Oportunidades*, que vigorou no nosso país de 2005 a 2012.

Existe cada vez mais uma preocupação em estudar e perceber como agir numa sociedade multicultural, criando respostas sociais e institucionais adequadas às necessidades específicas das populações migrantes. Efetivamente, as diretrizes das organizações internacionais, nomeadamente da UNESCO (2010a, 2010b), apontam para a necessidade dos países disponibilizarem respostas educacionais efetivas para imigrantes no âmbito da aprendizagem e educação de adultos, que promovam a sua inclusão social. Estes processos educativos e formativos devem facilitar a integração desta população e possibilitar o acesso equitativo ao emprego e à qualificação profissional.

Um dos fatores essenciais para a integração de qualquer imigrante com língua-materna distinta da falada no país de acolhimento é a aprendizagem desse idioma. Segundo Rita e Rita (2004), a língua portuguesa é a maior dificuldade dos imigrantes de leste, principalmente no que se refere à expressão escrita e reconhecimento explícito da língua, existindo mais facilidade na expressão e compreensão oral.

Para colmatar as necessidades destes e de outros imigrantes, o *Programa Português para Todos* (PPT), consagrado pela Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, criou cursos para o ensino da língua portuguesa aos imigrantes que não a têm como língua materna, capacitando-os ao nível das competências básicas no português. Este programa também engloba a componente de português técnico para as seguintes áreas: Comércio, Hotelaria e Restauração, Cuidados de Beleza e Construção Civil e Engenharia Civil, o que poderá facilitar a sua integração no mercado de trabalho.

O *Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências* (RVCC) criado em 2001, e posteriormente a *Iniciativa Novas Oportunidades*, lançada em 2005, têm sido determinantes para as políticas portuguesas no âmbito da educação, da empregabilidade e da inserção social (Afonso e Ferreira, 2007; ESDIME, 2007), pois têm como alvo todos os adultos que pretendam obter uma certificação ao nível do 9º e do 12º ano de escolaridade, sejam estes de nacionalidade portuguesa ou residentes em Portugal. Esta tem-se constituído como uma solução para os imigrantes poderem ver as suas qualificações reconhecidas ou adquirir novos conhecimentos e competências.

Considera-se pertinente a realização deste estudo, pela relevância que assume em termos da compreensão da adaptação dos imigrantes ucranianos à comunidade do país de acolhimento, permitindo perceber, de acordo com a sua perspetiva, de que forma o curso frequentado contribuiu para a sua integração, bem como quais os fatores que facilitaram esse processo, obtendo, para além disto, a sua perceção sobre a sociedade portuguesa.

Os objetivos principais deste estudo são compreender a perceção que os imigrantes ucranianos têm da frequência de um curso de educação e formação de adultos em Portugal e como este facilitou a sua integração social, assim como também perceber quais os fatores que contribuíram para este processo, considerando as suas perceções acerca da sociedade portuguesa.

Este trabalho está organizado em duas partes: parte teórica e parte empírica.

Na primeira parte será realizado um enquadramento teórico sobre as temáticas mais pertinentes para o presente estudo: uma breve análise sobre os fenómenos migratórios, nomeadamente as teorias que sustentam estes processos, seguida de uma contextualização da evolução da imigração em Portugal e do surgimento da nova emigração na Ucrânia, após o desmembramento da URSS (Capítulo 1); posteriormente serão explicitados os processos educativos para adultos, num contexto internacional e nacional, focando a análise nos cursos EFA e nos programas de aprendizagem da língua portuguesa direcionados para estrangeiros, como seja o PPT (Capítulo 2); e, finalmente, serão abordados os aspetos inerentes à integração dos imigrantes, sob o ponto de vista económico e social, bem como a importância da existência de redes de suporte no país de acolhimento (Capítulo 3).

Introdução

Na segunda parte, relativa à componente empírica desta dissertação, serão explicitados os aspetos metodológicos da presente investigação (Capítulo 4), apresentados os resultados obtidos a partir da análise das entrevistas e respetiva discussão dos mesmos (Capítulo 5). Esta parte encerra com as conclusões e recomendações para futuras investigações (Capítulo 6).

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1 – Fenómenos migratórios

Capítulo 2 – Educação e Formação de Adultos

Capítulo 3 – Integração de Imigrantes

Capítulo 1 – Fenómenos migratórios

Em Portugal, na alvorada de um novo tempo, na dobra de um novo século, o Leste e o Oeste marcaram encontro.

Roberto Carneiro, Coordenador do Observatório da Imigração do ACIME (2004)

Since 1991, Ukrainians abroad stopped being a diaspora without a nation.

Leonid Kuchma, Presidente da Ucrânia de 1994 a 2005
(1997, cit. por Satzewich, 2002)

1. Conceitos e teorias das migrações

Um aspeto essencial a considerar na realização do presente estudo é a perceção dos motivos que levam alguém a abandonar o seu país. É extremamente importante compreender este processo, tão difícil e complexo para quem o enfrenta, por forma a entender, do ponto de vista do imigrante, como este encara o seu percurso de vida e de transição para um país tão diferente do seu, com tudo o que isto implica, do ponto de vista psicológico, social e económico.

A noção de migração engloba em si mesma diferentes conceitos, que pela sua complexidade merecem ser explicitados e distinguidos, numa fase anterior a qualquer tipo de análise ou consideração a ser realizada no decorrer da investigação.

Nesta primeira parte, serão assim abordados os conceitos mais relevantes para o presente estudo, numa tentativa de clarificar esta temática e dar-lhe significado no âmbito da investigação desenvolvida.

1.1. Conceito de migração

O termo migrar tem a sua origem na palavra latina *migrare*. Matos (1993) considera que o ato de migrar se traduz em movimentos populacionais que podem divergir em duração, magnitude e distância, enquanto Baganha e Peixoto (1996, p. 234) referem que

designa “o movimento de trabalhadores, ou de seus familiares, de um país para outro por períodos mais ou menos longos”.

Segundo o INE (2012, pp. 163-164), considera-se como migração a “deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país) ”.

Existe então na definição deste conceito uma noção intrínseca de temporalidade. O mesmo organismo distingue entre migração permanente (em que existe a intenção de fixar residência num determinado local por um período igual ou superior a um ano) e migração temporária (em que existe a intenção de fixar residência num determinado local por um período inferior a um ano).

Dentro do conceito de migração estão também inerentes duas dimensões: a imigração e a emigração. Por imigrante entende-se alguém (nacional ou estrangeiro) que entrou no país com a intenção de aqui permanecer e por emigrante a pessoa (nacional ou estrangeira) que tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país (INE, 2012).

Na análise do fenómeno migratório, devem-se considerar determinados aspetos que contribuem para que as pessoas migrem ou não, uma vez que a migração corresponde à atração por um local diferente do seu, o que implica que perante determinadas condições o indivíduo pode decidir mudar de local de residência (Castro, 2008).

Malgesini e Giménez (1997) consideram que o ato de emigrar encerra em si mesmo um conjunto de causas e intervenientes que influenciam o processo decisório. Para os autores, emigrar é deixar o país de origem para residir temporária ou permanentemente noutro. As razões que estão por detrás desta resolução são complexas e múltiplas, estando associadas a decisões individuais, ou a contextos sociofamiliares que são influenciados pelo enquadramento económico, social ou político nacional. Esta realidade é quase sempre condicionada por processos socioeconómicos e políticos mais vastos que derivam da crescente globalização.

Esta conceção coloca o processo de decisão não só como uma escolha individual mas sobretudo familiar e social, sendo obviamente condicionado pelo contexto económico e político do país de origem.

No que se refere então ao processo de tomada de decisão numa situação de migração, a Sociologia distingue essencialmente dois conjuntos de teorias sobre migrações, que importa explicitar no âmbito do presente estudo.

De acordo com Peixoto (2004), o primeiro conjunto refere-se às teorias microssociológicas que têm como fio condutor “o privilégio analítico concedido ao papel do agente individual. Por outras palavras, por muitas que sejam as condicionantes externas à sua decisão (...), é a racionalidade individual que, no limite, conjuga (diferenciadamente) estas envolventes e promove a decisão de mobilidade” (p.13) e o segundo às teorias macrossociológicas que privilegiam “a ação de fatores de tipo coletivo, ou estruturante, que condicionam, sob formas diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais” (p. 22).

Seguidamente serão explicitadas algumas das principais teorias migratórias que se enquadram nos paradigmas micro e macrossociológico.

1.2. Teorias microssociológicas das migrações

1.2.1. Modelo de atração/repulsão (*push/pull*)

O modelo de atração/repulsão (*push/pull*) é um dos modelos explicativos mais utilizados na análise das migrações, tendo a sua origem na obra “As Leis das Migrações”, do geógrafo George Ravenstein. Este autor considerava que o motivo principal de uma migração era o desejo do indivíduo melhorar a sua condição económica (Peixoto, 2004), pensamento que representa o fundamento básico da teoria do *push/pull*.

Esta teoria defende que as migrações são condicionadas por um lado, por fatores de atração nos locais de destino e, por outro lado, por fatores de repulsão nos locais de origem. Assim sendo, ao considerar um percurso migratório, o indivíduo irá ponderar, tendo por base informações acerca das características do seu local de origem e das potenciais regiões de destino, se decidirá ou não fazê-lo.

De acordo com Malgesini e Giménez (1997), existem diversos fatores de atração e de repulsão, que podem ser não só de cariz económico, como também de ordem social, ecológica ou política (Tabela 1).

Tabela 1 – Fatores influenciadores do processo migratório

<i>Fatores de repulsão (desvantagens do local de origem)</i>	<i>Fatores de atração (vantagens do local de destino)</i>
<p>Económicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baixo nível de rendimentos para o perfil em que o indivíduo se enquadra; - Nível de desemprego elevado; - Crise no setor económico em que se insere; - Instabilidade económica. <p>Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número elevado de jovens sem expectativa de autossustento; - Alta concentração populacional em cidades sem condições; - Elevado grau de pobreza; - Violência e discriminação racial ou étnica; - Desigualdade entre géneros; - Violações dos direitos humanos. <p>Ecológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escassez dos recursos renováveis; - Fenómenos ambientais extremos; - Catástrofes naturais. <p>Políticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desagregação de estados, grave instabilidade política, guerras civis ou com outros países; - Generalização da corrupção e perda de confiança nas diversas instituições; - Terrorismo; - Regimes ditatoriais. 	<p>Económicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de rendimentos mais elevado para o perfil em que o indivíduo se enquadra; - Nível de desemprego reduzido; - Expansão do setor económico em que se insere; - Estabilidade económica; - Possibilidade de acesso à propriedade, a créditos e a melhores condições fiscais. <p>Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevado grau de envelhecimento da população; - Baixo grau de pobreza; - Existência de bons equipamentos sociais; - Maior grau de igualdade entre géneros; - Informações positivas sobre o país (fornecidas por outros imigrantes); - Laços históricos com o país (ex-colónias). <p>Ecológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de aquisição e gestão dos recursos renováveis; - Existência de mecanismos de controlo de fenómenos ambientais extremos e de meios de resposta face a potenciais catástrofes naturais. <p>Políticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabilidade política; - Conjunto normativo para apoio aos imigrantes; - Possibilidade de reagrupamento familiar; - Democracia e liberdade de expressão.

Fonte: Adaptado de Malgesini e Giménez (1997)

Este modelo considera então que da conjugação entre os aspetos positivos do país de destino e as vivências negativas no país de origem, pode despertar no indivíduo o impulso de emigrar. De entre estes motivos, o aspeto material reveste-se de extrema importância, sobretudo no que respeita à situação atual no emprego e as condições que poderá vir a ter se emigrar para um determinado país.

“Custos e benefícios são estabelecidos sobre a situação de emprego e desemprego, variação de rendimentos, potencial de informação sobre novas oportunidades de

trabalho e habitação, e redes sociais locais” (cf. Bailey, 1993, p. 317, cit. por Peixoto, 2004).

Contudo, apesar dos fatores económicos serem importantes para a compreensão dos fenómenos migratórios, existem outras razões que influenciam esse processo, nomeadamente no que concerne ao papel do agente individual e ao seu contexto familiar, que iremos analisar posteriormente.

1.2.2. Teoria do capital humano

A teoria do capital humano tem por fundamento o propósito de que a migração deve ser vista como um investimento que potencia a produtividade dos recursos humanos, e que acarreta custos, mas que também pode trazer retorno, ou seja, considera que a análise dos custos/benefícios que cabe ao agente realizar, não deve ser apenas perspetivada na ótica do curto prazo (Sjaastad, 1962, cit. por Peixoto, 2004).

Neste contexto, o migrante deve encarar a perspetiva de crescimento a longo prazo, considerando não só o investimento no seu próprio potencial ou capital humano (características pessoais, tais como o sexo, a idade, a escolarização ou a experiência profissional), como também o estender à sua unidade familiar.

As migrações são então consideradas um investimento em capital humano, que decorre da diferenciação salarial observada nas economias (Brigeiro, 2006).

A questão do investimento inerente ao modelo explica o facto de a migração diminuir com a idade, pois o facto de ter que investir em educação, por exemplo, para obter retorno, pode levar a que os indivíduos optem por não migrar.

Contudo, este modelo apresenta algumas limitações, como sejam o facto de aquando da decisão de migrar e da decorrente análise custo/benefício, a pessoa não deter todas as informações necessárias, o que pode fazer com que a migração não venha a ter os melhores resultados e, em relação às suas expetativas iniciais, se revele um fracasso.

1.2.3. Teoria do ciclo de vida

As teorias do ciclo de vida apresentam uma natureza biográfica, pois têm como principal objetivo estudar a influência do ciclo de vida, seja ele individual ou familiar, e da sua trajetória social e profissional, sobre os processos territoriais e migratórios. Enquadrado no ciclo de vida estão variáveis como o início da idade adulta, os relacionamentos amorosos (casamento, filhos, divórcio) e a reforma.

De acordo com Peixoto (2004):

O facto de se abordarem variáveis com que a perspetiva económica não está habituada a lidar; de se entrar em domínios onde a racionalidade instrumental se funde explicitamente com a motivada por valores ou com comportamentos afetivos e tradicionais; e de ser necessária uma interligação entre a perspetiva individual e realidades coletivas (família, organização ou grupo/classe social, que podem mesmo constituir uma nova unidade de análise) - justificam a ascendência mais «sociológica» desta pista de análise (p. 17).

Nesta perspetiva, o curso de vida¹ da pessoa, com as atuais estruturas sendo tão complexas (divórcios, segundos casamentos, entre outras mudanças não normativas) leva a uma maior liberdade migratória.

1.3. Teorias macrossociológicas das migrações

1.3.1. Teoria do mercado de trabalho segmentado

A teoria do mercado de trabalho segmentado assume um nível de análise macrossociológico, pois dá ênfase a aspetos coletivos que condicionam os fluxos migratórios.

Esta teoria considera que nos mercados de trabalho existem dois segmentos: o mercado primário e o mercado secundário, sendo que os mercados têm uma característica dual.

O *mercado primário* caracteriza-se por integrar os empregos que possuem uma maior estabilidade e têm melhores condições de trabalho, melhores salários e perspetivas de progressão na carreira, bem como proteção social garantida. Estes trabalhos tornam-se

¹ Peixoto (2004), com base em várias investigações, refere que as mais recentes modificações na estrutura familiar e a fragmentação do clássico modelo de ciclo de vida (casamento, filhos, viuvez) em múltiplos modelos familiares (celibato prolongado, divórcios, famílias monoparentais, recasamentos, filhos separados, etc.) levou à mudança do conceito de “ciclo de vida” (*life cycle*) para “curso de vida” (*life course*), o qual permite abranger uma maior variedade de situações.

desejáveis pela população e são os departamentos do Estado e outras grandes organizações públicas e privadas quem apresenta a maior parte destas características. Por outro lado, o *mercado secundário* caracteriza-se por trabalhos com baixas qualificações, salários mais baixos, menos oportunidades de progressão na carreira e, em muitos casos, ausência de proteção social (Peixoto, 2004).

Quando se têm em conta os fenómenos migratórios, verifica-se que, na maioria das vezes os nacionais preferem o mercado primário e deixam o mercado secundário para os imigrantes, apesar de alguns destes poderem procurar o país atraídos pelas condições do mercado primário.

Em Portugal, os estudos demonstram que esta premissa se verifica:

Do ponto de vista da inserção laboral dos imigrantes pode concluir-se que apesar de eles se encontrarem, geralmente, inseridos em setores e em atividades profissionais do mercado de trabalho secundário com pouca ou nenhuma afinidade quer com a sua experiência profissional no país de origem, quer com as suas habilitações escolares, a sua integração no mercado laboral português evidencia sinais de uma evolução positiva, caracterizada por uma maior estabilidade contratual, pela melhoria das condições de trabalho e pelo aumento dos salários médios auferidos (Baganha et al., 2004, p. 105).

A procura crescente de trabalho flexível e incerto por parte dos estados pode contribuir para o aumento da imigração e para o recrutamento inclusivamente de mão-de-obra ilegal. Esta necessidade de trabalhadores para o mercado secundário é transversal tanto a homens, que até há algumas décadas eram perspetivados como o típico migrante (Casas e Garson, 2005, p. 2, cit. por Miranda, 2009), quanto a mulheres, que cada vez mais têm ocupado o seu espaço no mapa das migrações. De facto, os serviços domésticos e limpezas, a assistência a crianças e idosos, e a hotelaria e restauração estão a ser ocupados por mão-de-obra feminina, o que explica a crescente feminização dos movimentos migratórios (Phizacklea, 2005, cit. por Peixoto, 2008).

1.3.2. Teoria dos sistemas-mundo

A teoria dos sistemas-mundo ou sistemas mundiais tem por base uma lógica sistémica que se inspira na escola de pensamento da economia política marxista e foi desenvolvida por Wallerstein, tendo sido adaptada ao estudo das migrações por vários autores.

Petras (1981, cit. por Peixoto, 2004) refere que um dos traços principais do atual sistema-mundo (o capitalismo moderno) é a criação de um “mercado de trabalho global”. De acordo com esta perspetiva, a explicação dos fenómenos migratórios não assenta na segmentação dos mercados de trabalho e sim na estrutura do sistema capitalista que produz uma divisão entre zonas salariais (*wage zones*): centrais, semiperiféricas e periféricas. O capitalismo cria assim condições para a mobilidade das populações, das periferias para as zonas centrais.

Os mecanismos específicos de desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou de centralidade e perifericidade) levaram à criação de excedentes de mão-de-obra nas periferias, numa situação generalizada de baixos salários, e a uma necessidade de recursos humanos, acompanhada de altos salários, nos países mais desenvolvidos. Resultam, daqui, os sinais de propensão à migração que outras teorias (como os modelos de *push-pull*) também admitiam. Simplesmente, neste caso, são forças estruturais da economia mundial que geram os diferenciais económicos e que «transportam», de uma certa forma, os migrantes (Peixoto, 2004, p. 26).

Esta teoria considera que a maioria dos fluxos migratórios ocorre entre países com ligações entre si (colonização, influência política, ligações comerciais ou culturais).

Podemos contudo verificar que a limitação principal da presente teoria é o facto de não considerar a perspetiva do agente individual no ato migratório, não explicar a ocorrência de fluxos entre países do “centro” ou das “periferias”, bem como movimentos inversos (do “centro” para as “periferias”).

1.3.3. Teoria dos sistemas migratórios

De acordo com a teoria dos sistemas migratórios, os fluxos migratórios são fruto de um enquadramento histórico específico (económico, social, político e tecnológico) e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema.

Os migrantes fazem parte integrante de diversas redes sociais no seu país de origem e no país de destino, o que faz com que estabeleçam uma ponte entre os dois locais, criando um “sistema migratório”.

O facto de existirem relações migratórias entre regiões ou grupos de países gera condições de alguma continuidade, pois as decisões migratórias individuais são tomadas sob a influência desse contexto, que elas próprias contribuem para consolidar (Peixoto, 2004).

1.3.4. Teoria das redes migratórias

As redes migratórias baseiam-se nas relações interpessoais que ligam os migrantes ou ex-migrantes aos seus círculos de familiares, amigos ou conhecidos.

Estas relações pessoais aumentam a possibilidade de migração internacional devido à conexão com círculos de migração, sendo que muitos migrantes ou já possuem familiares no seu destino, ou deslocam-se juntamente com familiares. Em alguns casos estes seguem mais tarde, através do reagrupamento familiar.

Esta teoria considera então que os migrantes estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares e agentes promotores da migração, que funcionam como fonte de informação, auxiliam nas escolhas a tomar pelo migrante e prestam apoios à deslocação e à fixação no destino.

Redes construídas pelo movimento e contacto de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o carácter duradouro dos fluxos migratórios (Portes e Böröcz, 1989, p. 612, cit. por Peixoto, 2004, p. 29).

No entanto, se estas redes no país de origem podem funcionar muitas vezes como um grande impulso para a migração, podem também constituir um obstáculo, caso as informações prestadas por estas pessoas sejam negativas.

1.3.5. Teoria institucional

A teoria institucional considera que os fluxos migratórios levam ao aparecimento de organizações, sejam elas legais ou ilegais, com cariz lucrativo ou não lucrativo, que têm como propósito prestar apoio na deslocação e/ou na entrada e na instalação dos migrantes nos países de destino.

O auxílio aos migrantes é em muitos casos praticado por organizações ilegais:

As políticas restritivas dos países desenvolvidos e as fragilidades dos percursos migratórios levam ao surgimento de organizações (frequentemente clandestinas) que promovem os meios de acesso (incluindo ilegal) ao país e, simultaneamente, outras vocacionadas para o suporte humanitário, de forma a melhorar a integração dos migrantes (Massey et al., 1993, pp. 450-451, cit. por Peixoto, 2004).

Esta ajuda pode também ser disponibilizada nos países de destino por diversas organizações (estatais, I.P.S.S., Organizações Não Governamentais – ONG's) prendendo-se o seu âmbito de atuação com aspetos como sejam a legalização e outros aspetos burocráticos, apoio na integração social, auxílio na compreensão da língua do país de residência, entre outros apoios.

2. Imigração em Portugal

Em Portugal, os fluxos migratórios têm sido permanentes e, se durante muito tempo, Portugal foi considerado um país de emigrantes, nos últimos anos tem-se tornado também um destino de migrações internacionais.

Pretende-se assim compreender como evoluiu este fenómeno ao longo dos últimos anos, realizar um breve retrato sociodemográfico da população imigrante em Portugal na atualidade e por fim dar a conhecer o enquadramento legal e institucional nacional de apoio aos imigrantes.

2.1. Evolução histórica do fenómeno

Ao estudarmos a História de Portugal verificamos que a ocorrência de fluxos migratórios não é recente, como é o caso da expansão marítima ou da descolonização que trouxe muitos indivíduos para o nosso país.

Rocha-Trindade (2000) refere o início do séc. XVIII, como um marco importante, em que alguns ingleses procuraram Portugal (mais propriamente a região do Porto) para estabelecer residência e desenvolver trabalho associado às colheitas do vinho do Porto. Apesar de não se poderem avaliar como dados estatisticamente relevantes, pode considerar-se o início do fenómeno da imigração em Portugal.

Portugal, um país com uma grande tradição emigratória, até à década de 60 do séc. XX apresentava fluxos migratórios com um saldo negativo.

Nos anos 60, Portugal vive sob um regime ditatorial que isola o país do resto da Europa. Os princípios basilares da política de Salazar refletiam o nacionalismo corporativo, intervencionismo económico-social e o imperialismo colonial. Paralelamente, a polícia

política (PIDE) reprimia todos aqueles que se opusessem ao regime. Dentro desta conjuntura, muitos portugueses emigraram com o intuito de escapar a esta situação. (Santos, 2004, p. 29).

Pires (2003) afirma que até esta década a população estrangeira residente em Portugal manteve-se estável, contando com cerca de 21.000 indivíduos, muitos deles imigrantes espanhóis e imigrantes ligados ao sector vinícola (vinho do Porto).

Contudo, o número de residentes estrangeiros nunca foi considerado um dado importante, principalmente quando comparado com a realidade de outros países da Europa. Esta situação mudou após a Segunda Grande Guerra Mundial, devido principalmente à crise que daí adveio.

É a partir desta altura que o número de imigrantes aumenta, assim como se verifica uma diversificação das nacionalidades e dos perfis sociodemográficos dos indivíduos, começando aqui a evidenciar-se a crescente multiculturalidade.

Na década de 60 chegaram muitos imigrantes de Cabo Verde, por incentivo do Estado, por motivos de falta de mão-de-obra na construção civil (muitos jovens encontravam-se em serviço na guerra colonial ou tinham emigrado para países como a França).

Até aos anos 70, quem imigrava para Portugal eram essencialmente indivíduos luso africanos; na segunda metade da década de 60 e início dos anos 70 verifica-se também um aumento da imigração, devido à vinda de ingleses e alemães, ligados à indústria e ao turismo, altura em que do ponto de vista legislativo apenas se autorizava a imigração com base no trabalho qualificado.

Com a revolução de 25 de abril de 1974 e a independência dos países de língua portuguesa verificou-se um aumento exponencial e atípico do número de estrangeiros residentes em Portugal (SEF, 2011). Houve uma diminuição da emigração e verificou-se o regresso dos portugueses residentes nas ex-colónias, sendo esta a maior entrada de indivíduos no nosso país.

Rocha-Trindade (2000) refere que no pós-25 de abril, o grande fluxo de indivíduos que Portugal recebeu foram os “retornados” (cerca de 500 a 800 mil pessoas vindas das ex-colónias africanas). Este marco migratório, ocorrido sobretudo no período 1974-75, constitui, num tão curto espaço de tempo, a maior entrada de imigrantes em Portugal até à data, pois tomou uma proporção demográfica sem precedentes.

A integração destas pessoas processa-se de uma forma mais positiva do que aquela que seria à partida expectável.

De acordo com Ana Brigeiro (2006), existem vários fatores que poderão ter contribuído para esse processo de integração:

Em primeiro lugar, o facto de estarmos a falar de pessoas que, na sua maioria nasceram e viveram, algum tempo, em Portugal, tendo mais tarde emigrado para as ex-colónias. Existia, portanto, um elo de ligação forte entre essas pessoas e Portugal, facilitando extremamente a sua readaptação a um meio familiar. Em segundo lugar, é importante que se note que, embora tenha havido uma quebra das taxas de emigração, o movimento emigratório português não deixou de existir, havendo, assim, com o regresso dos “retornados”, a possibilidade de restabelecer o decréscimo populacional, fenómeno característico dos países de emigração (pp. 74-75).

Nesta mesma altura, verifica-se uma forte migração de indivíduos de origem africana para o nosso país. Estes imigrantes eram caracterizados por aspetos diferenciadores, tais como a sua origem (oriundos de todas as ex-colónias) e a sua motivação, pois havia migrantes refugiados (angolanos e guineenses) e havia migrantes cuja motivação era laboral (cabo-verdianos).

Os países tradicionalmente recetores passaram a ter políticas restritivas à imigração, pois os imigrantes eram entendidos como uma ameaça ao emprego e à cultura destes países. Em simultâneo, alguns países do sul da Europa, um dos quais Portugal, passaram a um regime democrático, aderiram à Comunidade Económica Europeia e sofreram de um significativo desenvolvimento económico, tornando-se atrativos para alguns imigrantes. Nesta altura houve registo de uma redução dos fluxos migratórios do sul para o norte e centro da Europa, havendo mesmo o regresso de alguns dos emigrantes dos países do sul.

Na década de 80 assistiu-se a uma degradação das condições de vida nos países em vias de desenvolvimento, o que veio facilitar a aumento da imigração ilegal e o acréscimo das redes clandestinas de tráfico de seres humanos.

O desenvolvimento económico de países como Itália, Espanha, Grécia e Portugal veio criar uma forte atração para uma mão-de-obra pouco exigente que os movimentos migratórios clandestinos proporcionavam (Ferreira e Rato, 2000).

Baganha e Góis (1999) referem que dos três milhões de imigrantes que nesta altura se instalaram em Itália, Grécia, Portugal e Espanha, cerca de metade encontrava-se em situação ilegal ou clandestina. Além da oferta de mão-de-obra aqui existente, estes casos

aumentaram também, devido ao facto de outros países europeus apresentarem restrições à imigração, sendo a Europa do Sul uma zona de considerável facilidade para a entrada de imigrantes.

Nos anos 80 e 90 a motivação dos imigrantes passa a ser quase exclusivamente laboral, sendo que por exemplo, os imigrantes oriundos dos PALOP constituíam bolsas de mão-de-obra, principalmente para o sector da construção civil e os técnicos e empresários de outros países eram considerados migrantes profissionais. A imigração passou a ser um fenómeno com um desenvolvimento rápido e sustentado, tendo aumentado significativamente o número de estrangeiros a residir em Portugal. Desta forma podemos dizer que houve a consolidação da origem africana dos imigrantes, a diversificação das origens da população estrangeira, a reanimação da imigração europeia e o aumento da imigração do continente sul-americano.

Após a década de 80, a imigração portuguesa teve uma nova etapa. Houve uma procura crescente de trabalhadores em setores intensivos em mão-de-obra, com baixos salários (construção civil para os homens e serviços de limpeza industriais e domésticos para as mulheres).

Nos anos 90 verifica-se a consolidação e o crescimento da população estrangeira residente, nomeadamente as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil. Também se verifica o aumento dos cidadãos provenientes de países da Comunidade Europeia, em grande parte devido à proximidade geográfica e às condições que Portugal apresentava, quer seja para ‘gozar a vida’ (Algarve) ou para o exercício de uma atividade profissional (Rocha-Trindade, 2000).

Nos finais da década de 90, o fluxo de imigrantes de países do leste da Europa ganhou maior expressão. Estes imigrantes dispersaram-se pelo nosso país, apresentando uma migração de carácter eminentemente económico.

Como se depreende pelo exposto, ao longo dos últimos 40 anos, os fenómenos migratórios foram considerados pelo poder político de forma desigual e contraditória (Beja-Horta, 2004). Neste sentido, Portugal assistiu a quatro fases distintas relativas à forma como os imigrantes foram inseridos na nossa sociedade:

— **Política de “*laissez-faire*” (1974 a 1990):**

Os fluxos migratórios neste período resultaram sobretudo das relações históricas e seculares entre Portugal e as suas ex-colónias, nomeadamente em África, no Brasil e no

Índia, e outras relações mais recentes com outros membros da CEE (Rocha-Trindade, 2001). Não havendo até à data quaisquer políticas de imigração ou estruturas de apoio institucionalizadas em Portugal, este período reflete uma marginalização dos imigrantes, com a inserção laboral dos mesmos a ocorrer sobretudo em mercados informais.

— Política assimilacionista/integracionista e de exclusão (1991 a 1995):

No início da década de 90 acentuaram-se as questões de segurança e de controlo das fronteiras, existindo porém alguma preocupação com os imigrantes em Portugal, que se reflete na criação de estruturas políticas de apoio e no surgimento de legislação de suporte, como o primeiro período de Regularização Extraordinária (em 1992), a Lei de Estrangeiros (em 1993) ou a Lei da Nacionalidade Portuguesa (em 1994). Contudo, apesar dos muitos esforços políticos, esta fase foi marcada pela reatividade e não pela proatividade, pois estas medidas visaram sobretudo legalizar os muitos imigrantes em situação irregular no nosso país.

— Política assimilacionista/integracionista e pluralista (1996 a 2000):

Este período é marcado por variados esforços políticos e sociais do Estado Português para ir mais além nos processos de integração de imigrantes em Portugal, embora algumas políticas de restrição ainda estejam presentes. É nesta fase que ocorre outro processo de Regularização Extraordinária (em 1996) e que é criada a figura de Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. É facultado aos imigrantes legalizados o acesso ao voto e a Segurança Social e em 1999 é pela primeira vez introduzido no programa do Governo o conceito de “política de imigração”. Rocha-Trindade (2000) considera política de imigração como sendo regulamentação relativa à entrada de estrangeiros no país para fins não exclusivamente turísticos, assim como as medidas relativas à inserção ou integração das comunidades residentes em Portugal.

— Política de integração e de imigração programada (Após o ano 2000):

Após o ano 2000 as políticas migratórias passam a ter por base as necessidades de mão-de-obra existentes em Portugal, considerando-se a imigração laboral como sendo de carácter provisório, trazendo para o discurso político a criação de sistemas de quotas.

Apenas no final do século XX, com a adesão de Portugal ao Acordo de Schengen, a imigração começa a apresentar uma maior diversificação de nacionalidades. É também nesta altura que ocorre a predominância da imigração sobre a emigração.

A legislação portuguesa passou a adotar as diretrizes do Acordo de Schengen, bem como das normas comunitárias. Os regulamentos asseguraram os direitos ao nível de acesso à saúde, justiça, educação, segurança social, bem como outros direitos que decorrem da Constituição e da legislação que proíbe discriminações por motivos de raça, cor, nacionalidade, religião e origem étnica.

Até à década de 90 os imigrantes eram essencialmente de origem africana, oriundos das ex-colónias, o que facilitou a sua integração na nossa sociedade, por motivos culturais e históricos.

A partir dessa década assistiu-se a um aumento significativo das migrações laborais. Nesta altura dá-se a primeira regularização extraordinária de estrangeiros, legislação sobre imigração e a nova lei sobre a nacionalidade que estabelece os direitos de cidadania dos estrangeiros. Surgem os primeiros programas nacionais de promoção social, educacional e de integração laboral dos imigrantes.

A partir de 1996 houve o alargamento dos direitos de cidadania às populações migrantes, bem como medidas institucionais para uma melhor integração das comunidades migrantes.

De acordo com Baganha e colaboradores (2004),

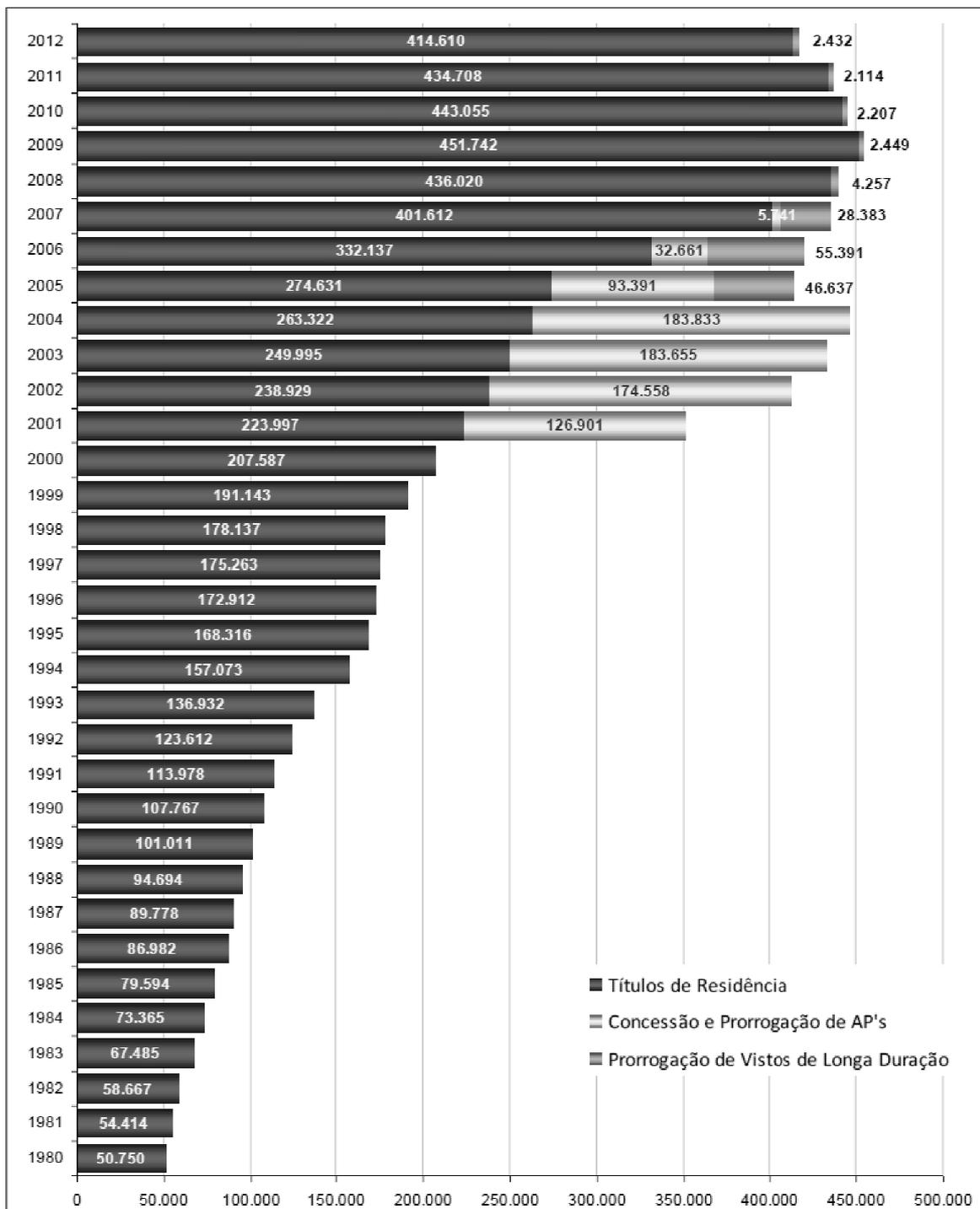
Até ao ano 2000, a população imigrante de países terceiros era, em Portugal, esmagadoramente proveniente de países lusófonos (77%), cobrindo os restantes 23% um vasto leque de outras origens, nenhuma das quais apresentava uma relevância numérica significativa. Este quadro migratório, que prevalecia em Portugal desde os anos oitenta, foi súbita e drasticamente alterado, em 2001, devido à entrada em território nacional de dezenas de milhar de imigrantes provenientes de países da Europa do Leste (pp. 95-96).

Neste ano, com a regularização dos imigrantes ilegais e com o novo regime de autorização de permanência, aprovado pelo Decreto-lei 4/2001, de 10 de janeiro, que permite a concessão de autorizações de permanência até um ano, prorrogáveis até 5 anos aos indivíduos que apresentassem uma proposta ou um contrato de trabalho, tornou-se visível o aumento dos imigrantes bem como a diversidade das suas origens. Com a publicação deste decreto-lei houve um aumento dos imigrantes laborais legais, no entanto, não se verificou o decréscimo dos imigrantes ilegais.

A análise da evolução da população estrangeira em Portugal não pode ser alheia às alterações legislativas ocorridas nos períodos em referência (Gráfico 1). Na verdade, verifica-se uma grande variação neste ano, com a regularização de cidadãos

estrangeiros, com a adoção de instrumentos de regularização da permanência (autorizações de permanência, prorrogações de permanência e autorizações de residência com dispensa de visto por motivos excepcionais).

Gráfico 1 – Imigrantes residentes em Portugal, segundo o estatuto jurídico concedido (1980-2012)



Fonte: SEF, Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2012).

De facto, desde 2001, a hierarquia das principais nacionalidades abrangidas deixa de ser encabeçada pelos imigrantes originários dos países lusófonos e passa a ser dominada pelos nacionais de países da Europa de Leste, à exceção do Brasil, que apresentou uma elevada taxa de participação no processo de regularização desse ano.

Com esta imigração em massa, que se potenciou sobretudo com as alterações à concessão de autorizações de permanência decorrentes da nova lei, são invertidos os fatores de crescimento demográfico e o posicionamento de Portugal a nível internacional, nos fluxos de pessoas.

De acordo com Reis e colaboradores (2010),

As pessoas, os cidadãos que habitam o país, tornam-se um conjunto marcadamente mais plural, diferenciado e culturalmente mais complexo. As nacionalidades de origem alteram-se. Os territórios regionais, já de si diferenciados, ganham novas características. E as formas de regulação jurídica modificam-se, face à relevância que as realidades da imigração começam a assumir de forma incontornável (p. 87).

Por forma a combater a imigração ilegal e inserir os imigrantes legais, surge a nova Lei da Imigração (consagrada pelo Decreto-lei 34/2003, de 25 de fevereiro), que permite a regularização do estatuto dos imigrantes que estejam a trabalhar e a descontar para a Segurança Social e Finanças, desde que tenham entrado em Portugal antes de esta lei entrar em vigor.

O limite máximo do número de entradas autorizadas para o exercício de atividades profissionais em Portugal, passa a ser fixado pelo Governo, mediante o parecer do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Desde 2001, conforme referido anteriormente, as políticas de imigração passam a ser reguladas por questões económicas (por exemplo, necessidade de mão-de-obra). Portugal passou a ser o destino para um grande número de imigrantes que têm o objetivo de colmatar as dificuldades económicas e sociais que tinham nos seus países de origem, com o objetivo de aproveitarem as oportunidades dadas pela oferta de trabalho.

Os receios de muitos portugueses, sobretudo em contexto de crise, de que a entrada de um grande número de imigrantes possa retirar os seus postos de trabalho é infundado, pois a história indicam-nos que é em momentos de grande crescimento económico (como Portugal experienciou por exemplo, em eventos de grande visibilidade internacional, como sejam a Expo 98 e o Euro 2004) que os países de afirmam como um destino de referência. De facto, há indícios que este fenómeno, de carácter estrutural, está

a decrescer (como já é visível no gráfico 1), embora muitos indivíduos se tenham instalado no nosso país com as suas famílias, integrando-se na sociedade e nas estruturas sociais existentes.

2.2. Dados sociodemográficos dos imigrantes em Portugal

Verifica-se que desde o ano de 2010 que o número de residentes estrangeiros em Portugal se encontra a diminuir (Tabela 2).

Tabela 2 - Evolução da População Estrangeira em Território Nacional (1980-2012)

ANO	RESIDENTES	AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA E PRORROGAÇÕES DE AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA	PRORROGAÇÕES DE VISTOS DE LONGA DURAÇÃO	TOTAL POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	CRESCIMENTO (%)
1980	50.750			50.750	
1981	54.414			54.414	7.22
1982	58.667			58.667	7.82
1983	67.485			67.485	15.03
1984	73.365			73.365	8.71
1985	79.594			79.594	8.49
1986	86.982			86.982	9.28
1987	89.778			89.778	3.21
1988	94.694			94.694	5.48
1989	101.011			101.011	6.67
1990	107.767			107.767	6.69
1991	113.978			113.978	5.76
1992	123.612			123.612	8.45
1993	136.932			136.932	10.78
1994	157.073			157.073	14.71
1995	168.316			168.316	7.16
1996	172.912			172.912	2.73
1997	175.263			175.263	1.36
1998	178.137			178.137	1.64
1999	191.143			191.143	7.30
2000	207.587			207.587	8.60
2001	223.997	126.901		350.898	69.04
2002	238.929	174.558		413.487	17.84
2003	249.995	183.655		433.650	4.88
2004	263.322	183.833		447.155	3.11
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7.27
2006	332.137	32.661	55.391	420.189	1.33
2007	401.612	5.741	28.383	435.736	3.70
2008	436.020		4.257	440.277	1.04
2009	451.742		2.449	454.191	3.16
2010	443.055		2.207	445.262	-1.97
2011	434.708		2.114	436.822	-1.90
2012*	414.610		2.432	417.042	-4,53

* Dados provisórios

Fonte: SEF (2013)².

² Portal de estatística do SEF: Sefstat, consultado em maio, 2013, em <http://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>

A imigração em Portugal é composta maioritariamente por quatro grupos de nacionalidades: imigrantes de leste (Ucrânia, Moldávia, Rússia, Roménia e Croácia), imigrantes das antigas colónias portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), imigrantes da América do Sul (Brasil e Venezuela) e imigrantes de países asiáticos (China).

Quivy e Campenhoudt (1998) consideram que a recolha de dados estatísticos constitui uma importante fonte de informação para o investigador e que a credibilidade do organismo emissor deverá ser atestada, bem como deve ser assegurada a correspondência entre o campo coberto pelos dados disponíveis e o campo de análise do estudo.

Os dados a seguir apresentados referem-se ao ano de 2012 e têm por base o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2013) editado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Entende-se por estrangeiro residente, para fins estatísticos, os estrangeiros detentores de título de residência (conceito legal da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho) e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração. Esta designação, segundo o INE (2012) “não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular” (p. 165).

Como se poderá analisar pela figura *infra* (Figura 1) a distribuição da população estrangeira reflete uma grande concentração na zona litoral do país, destacando-se os distritos de Lisboa (181.901), Faro (62.624) e Setúbal (44.197), coincidindo com as áreas onde se concentra uma grande parte significativa da atividade económica nacional. O somatório da população residente nestes três distritos representa cerca de 69,2% do valor total do país (288.722 cidadãos, face ao universo de 417.042), espelhando a assimetria na distribuição da população estrangeira pelo território nacional.

Verifica-se que, apesar desta preferência pelo litoral, existe cada vez mais dispersão geográfica dos imigrantes, sendo que este fenómeno se deve sobretudo aos fluxos migratórios do leste europeu.

De referir a descida do número de residentes estrangeiros em Portugal desde o ano de 2011 (SEF, 2012), em que se registavam 445.262 indivíduos, o que representa uma redução de 4,53%.

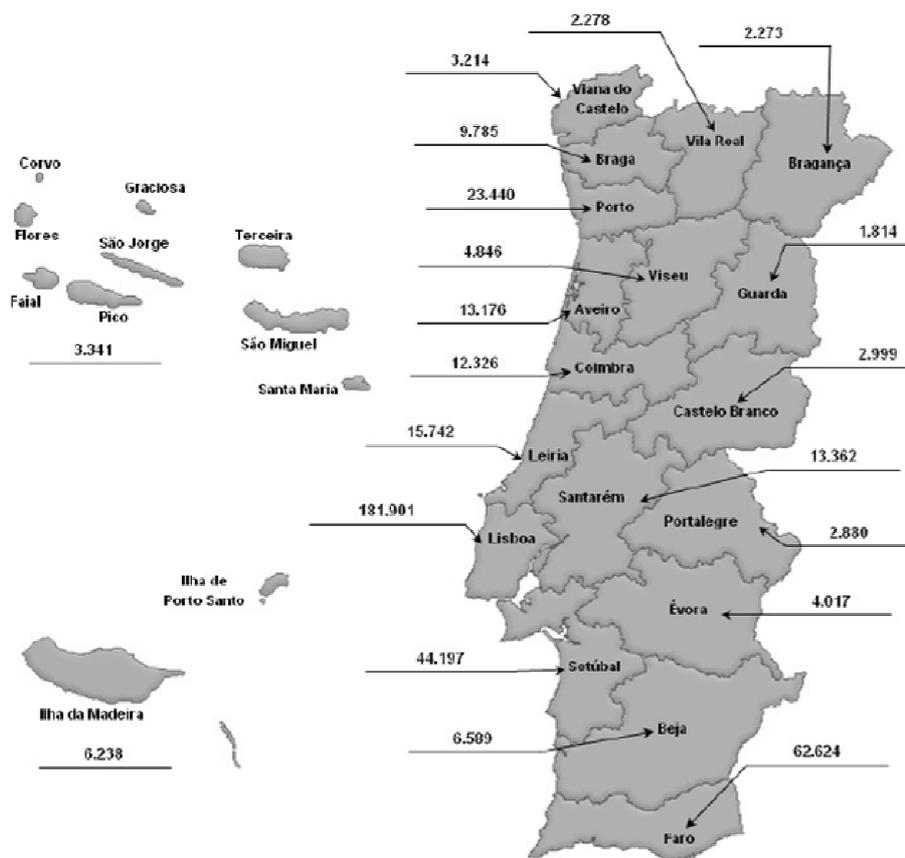


Figura 1 – Distribuição geográfica da população estrangeira em Portugal, 2012

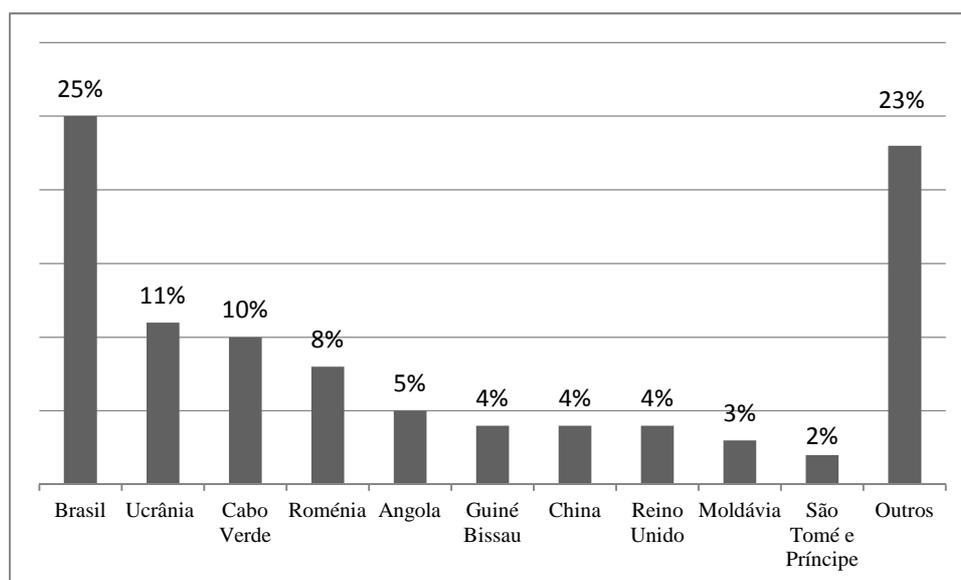
Fonte: SEF (2013).

A estrutura da população estrangeira em Portugal por sexo apresenta uma configuração próxima da paridade. Historicamente, e nos últimos anos, a imigração masculina têm assinalado índices superiores à feminina, apesar de esta tendência ter sido gradualmente atenuada, por via do reagrupamento familiar, existindo atualmente uma diferença percentual entre ambos os sexos de 1,04% (SEF, 2013).

As nacionalidades com mais presença em Portugal (Gráfico 2) são o Brasil (25,3%), a Ucrânia (10,6%), Cabo Verde (10,3%), a Roménia (8,4%) e Angola (4,9%).

A Guiné-Bissau (4,3%), China (4,2%), Reino Unido (4,0%), Moldávia (2,8%) e São Tomé e Príncipe (2,5%) constituem igualmente comunidades de dimensão assinalável a residir em território nacional. Este grupo de dez nacionalidades totaliza 77,2% da população estrangeira com permanência regular em Portugal (321.869 indivíduos).

Gráfico 2 - Distribuição da população imigrante por nacionalidade em 2012



Fonte: SEF (2013).

Em 2012, a estrutura das dez principais nacionalidades da população estrangeira residente em Portugal permanece inalterada face ao ano anterior, pese embora o decréscimo de todas estas nacionalidades, com exceção da China.

É importante também referir que a população imigrante desempenha um papel preponderante no rejuvenescimento da pirâmide etária portuguesa, pois a sua estrutura contrasta com a realidade da população residente total, uma vez que a população em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) representa cerca de 67% do total da população residente, ascendendo esse valor na população residente imigrante a 78% (Reis et al., 2010).

2.3. Enquadramento legal e institucional da imigração em Portugal

2.3.1. O atual quadro legislativo português para a imigração

Rocha-Trindade (2000) define como políticas de imigração as medidas legislativas que regulamentam as entradas de estrangeiros no país para fins não exclusivamente turísticos, bem como integra medidas respeitantes à inserção e integração das comunidades estrangeiras residentes em Portugal.

O principal diploma atualmente em vigor é a chamada Lei da Imigração de 2007, anteriormente mencionada.

Este diploma (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro) definiu as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e estabeleceu o estatuto de residente de longa duração.

As principais alterações introduzidas por esta legislação foram a criação de um título único que permite a entrada em Portugal para a fixação de residência e a expansão do regime de concessão de Autorizações de Residência com dispensa de visto.

Do ponto de vista da integração dos imigrantes em Portugal, foi também contemplada nesta legislação a possibilidade do Reagrupamento Familiar, sem limitação quanto à legalidade da permanência, contemplando-se os casos de parceiros de uniões de facto e filhos maiores a cargo (desde que solteiros e a estudar num estabelecimento de ensino português).

O presente diploma, para além dos importantes avanços políticos mencionados, permitiu também um avanço no campo dos direitos humanos, ao estabelecer um regime específico de concessão de Autorização de Residência a vítimas de tráfico de pessoas e de auxílio à imigração ilegal.

Em matéria de desenvolvimento legislativo relevantes para as migrações e asilo³, importa evidenciar os seguintes diplomas (de 2010 a 2012):

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2010, de 26 de março: aprova o contingente global indicativo da concessão anual de vistos de residência para a admissão em território nacional de cidadãos estrangeiros para o exercício de uma atividade profissional subordinada, fixando o limite máximo de 3.800 vistos de residência a conceder até 31 de dezembro de 2010. É idêntico ao valor estabelecido para o ano de 2009, mas representa uma diminuição face a 2008 (8.500), em virtude da crise económica e do impacto no mercado de trabalho (Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2009, de 16 de junho);

³ Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo (2010, 2011 e 2012).

- Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro: aprova os modelos de certificado de registo de cidadão da UE, de documento de residência permanente de cidadão da UE, do cartão de residência de familiar de cidadão da UE e respetivas taxas.
- II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011 – 2013), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010, de 29 de novembro: Engloba 45 medidas com quatro áreas estratégicas de intervenção: Conhecimento; Sensibilização e Prevenção; Educação e Formação; Proteção e Assistência e Investigação Criminal e Cooperação.
- Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho (Lei de Estrangeiros): Nesta alteração evidencia-se a criação da autorização de residência para efeitos de exercício de uma atividade de investimento (*qualquer atividade exercida pessoalmente ou através de uma sociedade que conduza, em regra, à concretização de, pelo menos, uma das seguintes situações em território nacional e por um período mínimo de cinco anos: i) Transferência de capitais no montante igual ou superior a 1 milhão de euros; ii) Criação de, pelo menos, 30 postos de trabalho; iii) Aquisição de bens imóveis de valor igual ou superior a 500 mil euros*), e a transposição da Diretiva n.º 2009/50/CE, do Conselho, de 25 de maio, que institui o “Cartão Azul UE” (*título de residência que habilita um nacional de um país terceiro a residir e a exercer, em território nacional, uma atividade profissional subordinada altamente qualificada*) como meio de captar imigrantes altamente qualificados.

2.3.2. O Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural ⁴

O facto de Portugal se ter constituído também um país de imigração, fez com que o Estado tivesse necessidade de criar institutos que facilitassem a integração social dos imigrantes e das minorias étnicas, com o objetivo de evitar os casos de exclusão que podem fomentar o racismo e a xenofobia.

⁴ Inicialmente foi criado o Cargo de Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, em 1996, através do Decreto-lei n.º 3-A/96, de 26 de janeiro, que foi desempenhado por José Leitão até 2002. Nesse ano, é criada uma estrutura de apoio e consulta governamental para a imigração e as minorias étnicas (Decreto-lei n.º 251/2002, de 22 de novembro). Em 2007, o ACIME toma a forma de Instituto Público passando a designar-se por ACIDI.

O Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P (ACIDI, I. P.), é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, com autonomia administrativa, e que prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros, sob superintendência e tutela do Primeiro-Ministro ou de outro membro do Governo.

A sua missão consiste em colaborar na conceção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões.

Segundo o Decreto-lei nº 167/2007, de 3 de maio, as competências deste instituto são:

- a) Promover o acolhimento e a integração dos imigrantes e das minorias étnicas através da participação na conceção, desenvolvimento e coordenação de políticas públicas transversais, integradas e coerentes;
- b) Incentivar a participação cívica e cultural dos imigrantes e das minorias étnicas nas instituições portuguesas, bem como através das suas associações representativas para um exercício pleno da sua cidadania;
- c) Garantir o acesso dos cidadãos imigrantes e minorias étnicas a informação relevante, designadamente, direitos e deveres de cidadania;
- d) Combater todas as formas de discriminação em função da raça, cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, através de ações positivas de sensibilização, educação e formação, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei;
- e) Promover a interculturalidade, através do diálogo intercultural e inter-religioso, com base no respeito pela Constituição, pelas leis e valorizando a diversidade cultural num quadro de respeito mútuo;
- f) Dinamizar centros de apoio ao imigrante, de âmbito nacional, regional e local, que proporcionem uma resposta integrada dos vários serviços públicos às suas necessidades de acolhimento e integração, designadamente, através de parcerias com departamentos governamentais com intervenção no sector, serviços da administração pública, autarquias locais, organizações não-governamentais, associações de imigrantes ou outras entidades com interesse relevante na matéria;
- g) Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos imigrantes em Portugal, de modo que seja proporcionada a sua integração com dignidade, em igualdade de oportunidades com todos os cidadãos nacionais;
- h) Favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos imigrantes, tendo em vista a sua melhor integração na sociedade portuguesa;
- i) Incentivar iniciativas da sociedade civil que visem o acolhimento e integração dos migrantes e minorias étnicas em Portugal;
- j) Promover ações de sensibilização da opinião pública e a realização de estudos sobre as temáticas da imigração, minorias étnicas, diálogo intercultural e diálogo inter-religioso;
- l) Promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, em particular os descendentes de imigrantes e de minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social, assegurando a gestão do Programa Escolhas;

- m) Promover o diálogo com as religiões através do conhecimento das diferentes culturas e religiões e da construção de uma atitude de respeito mútuo e de afeto pela diversidade, quer dentro das fronteiras nacionais, quer na relação de Portugal com o mundo.

Ao Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural cabe ainda reconhecer as associações de imigrantes e seus descendentes.

O regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros veio a prever a necessidade do SEF informar o ACIDI de determinadas decisões mais relevantes para a situação dos imigrantes, nomeadamente se existir recusa de renovação ou cancelamento da autorização de residência e em caso de expulsão do país.

2.3.3. Plano para a Integração de Imigrantes – PII (2010-2013)⁵

O II Plano para a Integração dos Imigrantes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de setembro, assenta na avaliação do plano anterior e na identificação das necessidades de intervenção para o período 2010-2013; contou com a colaboração de todos os ministérios e de associações de imigrantes ou que trabalham com imigrantes.

O primeiro PII possibilitou a identificação de um conjunto de necessidades e as respetivas respostas. A avaliação da execução deste Plano permitiu concluir que a sua taxa de execução foi muito elevada e que, em muitos domínios, as metas propostas foram superadas.

No II Plano procedeu-se a uma reformulação das áreas de intervenção com a fusão de algumas e a criação de duas novas áreas, resultando num total de 17 áreas de intervenção, onde se destacam a diversidade/ interculturalidade, a proteção e integração dos imigrantes em situação de desemprego e o apoio aos idosos imigrantes.

As 90 medidas deste Plano estão distribuídas pelas seguintes áreas de intervenção:

1 — Acolhimento (Consolidação dos CNAI; Consolidação dos CLAII; Reforço da Rede Nacional de Informação ao Imigrante; Melhoria dos dados oficiais sobre integração dos imigrantes; Agilização do processo de reagrupamento familiar; Reforço do atendimento ao público do SEF).

⁵ Fonte: Diário da República, 1ª Série – N.º 182, de 17 de setembro de 2010, consultado em novembro, 2012, em <http://dre.pt/pdfgratis/2010/09/18200.pdf>

2 — Cultura e língua (Consolidação do *Programa Português para Todos*; Consolidação do *Programa Português Língua não Materna*; Garantir a realização da prova de língua portuguesa para efeitos de aquisição da nacionalidade; Reforço do ensino da língua portuguesa; Formação de literacia básica para beneficiários do RSI; Reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura; Sensibilização dos produtores culturais).

3 — Emprego, formação profissional e dinâmicas empresariais (Reforço do incentivo ao empreendedorismo imigrante; Reforço da atividade inspetiva sobre entidades empregadoras que utilizem ilegalmente mão-de-obra imigrante; Reforço da informação/formação a trabalhadores imigrantes sobre os seus direitos e deveres no domínio laboral; Agilização do processo de reconhecimento de qualificações; Incentivo à responsabilidade social das organizações, com base em princípios éticos e valorização da diversidade; Criação de sistema de informação sobre imigrantes altamente qualificados; Consolidação do Programa de Intervenção para Trabalhadores Desempregados Imigrantes; Facilitação e promoção do acesso à formação profissional e ao emprego; Garantia da renovação dos títulos de residência a imigrantes, em caso de incumprimento por parte da entidade empregadora das obrigações perante a segurança social).

4 — Educação (Reforço da formação para a interculturalidade na formação contínua de professores; Definição e implementação de recomendações para a constituição de turmas equilibradas e adequar as estratégias das escolas no acolhimento dos alunos estrangeiros e descendentes de imigrantes; Melhoria dos dados estatísticos sobre a diversidade cultural nas escolas; Diversificação das ofertas educativas e formativas; Integração de agentes de mediação intercultural em contexto escolar no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; Acesso de estudantes estrangeiros aos apoios da ação social escolar em todos os graus de ensino; Divulgação dos recursos pedagógicos interculturais junto das escolas; Divulgação de boas práticas no acolhimento, apoio e integração de estudantes descendentes de imigrantes; Apoio ao acolhimento e integração de estudantes estrangeiros e descendentes de imigrantes em Portugal; Iniciativa «SEF vai à Escola»).

5 — Solidariedade e segurança social (Apoio humanitário a situações de pobreza extrema de imigrantes; Estabelecimento de convenções de segurança social com países de origem de imigrantes com comunidades representadas em Portugal).

6 — Saúde (Promoção do acesso dos imigrantes ao SNS; Plano de formação para a interculturalidade dos profissionais do SNS; Implementação de um programa de serviços de saúde amigos dos imigrantes; Desenvolvimento de parcerias para a promoção do acesso dos imigrantes à saúde em Portugal; Institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus acompanhantes aos serviços de saúde; Investimento na promoção da saúde mental dos imigrantes).

7 — Habitação (Desenvolvimento e abertura do mercado de habitação social em articulação com as autarquias; Criação de novas soluções de habitação social, em parceria com associações de imigrantes, IPSS, ONG e cooperativas; Aperfeiçoamento do acesso aos mecanismos de apoio ao arrendamento; Sensibilização para o efetivo cumprimento dos deveres contratualizados com os arrendatários do parque habitacional do IHRU, I. P; Projetos integrados de intervenção social).

8 — Justiça (Consolidação da cooperação entre o MAI/SEF e o MJ; Acesso dos reclusos estrangeiros a informação sobre execução de penas e medidas privativas da liberdade; Incentivo ao desempenho de um papel ativo por parte das entidades consulares dos países de origem no apoio aos reclusos estrangeiros; Melhorar a eficácia da tramitação e informação dos processos para a obtenção da nacionalidade; Assegurar o apoio judiciário às vítimas imigrantes; Revisão da exigência de condenação para casos de violência doméstica; Melhoria do apoio aos imigrantes em matéria de tradução e interpretação, nas situações de interação com os serviços de justiça; Agilização do acesso dos reclusos estrangeiros ao SNS).

9 — Racismo e discriminação (Alteração legislativa para reforço da capacidade interventiva da CIDR; Divulgação e formação no combate à discriminação racial; Combater a discriminação racial no desporto; Desagregação de dados estatísticos).

10 — Acesso à cidadania e participação cívica (Promoção de recenseamento da população imigrante elegível para participação política em atos eleitorais; Consolidação da informação/formação dos imigrantes sobre os seus direitos enquanto consumidores).

11 — Associativismo imigrante (Promoção do associativismo imigrante junto das comunidades imigrantes; Apoio ao reconhecimento de representatividade das associações de imigrantes; Apoio na gestão de projetos associativos para integração de imigrantes; Revisão da lei das associações de imigrantes).

12 — Descendentes de imigrantes (Combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes; Combate à segregação territorial; Combate à infoexclusão; Reforço das ações de sensibilização dos *media* para as questões da imigração; Apoio na conciliação da vida privada e profissional das famílias imigrantes).

13 — Idosos imigrantes (Combate à vulnerabilidade socioeconómica dos idosos imigrantes através da divulgação das respostas institucionais disponíveis; Divulgação das formas de acesso aos direitos decorrentes das contribuições feitas para a segurança social, não só em Portugal mas também nos países de origem e na União Europeia).

14 — Relações com os países de origem (Dinamização de grupos de trabalho sobre integração de imigrantes criados entre os países de origem e Portugal; Coordenação da concessão de bolsas de estudo com as necessidades do país de origem; Reforço do apoio à migração circular; Promoção do envolvimento das associações de imigrantes no desenvolvimento dos países de origem).

15 — Promoção da diversidade e da interculturalidade (Incentivo ao desenvolvimento de mecanismos de autorregulação dos *media*, estruturados em função da ética e deontologia profissional; Promoção da diversidade cultural e religiosa nos *media*; Sensibilização da opinião pública para a promoção e valorização da diversidade; Reforço da dimensão local da interculturalidade e da integração de imigrantes; Sensibilização e capacitação para a dimensão da interculturalidade e do diálogo inter-religioso no acolhimento e apoio à integração dos imigrantes e no atendimento dos serviços públicos; Criação de propostas de formação e de um referencial em mediação intercultural; Diagnóstico sobre a inserção de agentes de mediação intercultural em serviços públicos).

16 — Questões de género (Reforço do *mainstreaming* de género no acolhimento e integração de imigrantes; Divulgação, junto das mulheres imigrantes, de informação sobre os seus direitos e deveres específicos enquanto mulheres; Capacitação dos agentes de mediação intercultural no atendimento em serviços públicos e dos técnicos da Rede CLAI, em questões de género e na área da violência doméstica; Promoção da participação das mulheres no movimento associativo e na área do empreendedorismo; Prevenção da violência doméstica e da violência de género junto dos homens e das mulheres migrantes).

17 — Tráfico de seres humanos (Desenvolvimento de ações de combate ao tráfico de seres humanos; Criação da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos; Encaminhamento e acolhimento para o Centro de Acolhimento e Proteção para Vítimas de Tráfico; Consolidação do Observatório sobre o Tráfico de Seres Humanos).

No âmbito deste plano destacam-se na área da educação e formação diversas intervenções levadas a cabo pelo estado português, nomeadamente:

- O *Programa Portugal Acolhe – Português para Todos*, cujo objetivo geral é a inserção social e profissional de imigrantes através de ações de formação em Língua Portuguesa e Cidadania e Português Técnico;
- O *Programa Escolhas*, que visa a inclusão social de crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 24 anos, provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, sobretudo os descendentes de imigrantes e minorias étnicas, atuando no âmbito da inclusão escolar e educação não formal, da formação profissional e empregabilidade, da participação cívica e comunitária e da inclusão digital;
- Formação em diferentes módulos ou disciplinas das temáticas da cidadania e interculturalidade.

2.3.4. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI)⁶

Os CNAI têm como missão dar resposta a algumas das dificuldades sentidas pelos imigrantes no seu processo de integração em Portugal. As diferenças culturais, as diferenças na organização da sociedade, as diferenças no sistema legislativo, a quantidade de serviços diferentes aos quais os imigrantes têm de recorrer, levaram o ACIDI, I.P. a criar um centro que reunisse, num mesmo espaço, diferentes serviços, instituições e Gabinetes de Apoio ao Imigrante.

Em 2004 são abertos dois Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante: um em Lisboa e outro no Porto. Posteriormente, é aberta a extensão de Faro.

⁶ Fonte: ACIDI, consultado em novembro, 2012 em www.acidi.gov.pt

A primeira dificuldade sentida pelos imigrantes seria na interação com diferentes Serviços Públicos, situados em diversos locais, com modos de funcionamento distintos e, por vezes, com incompatibilidade de horários. Outra dificuldade sentida por uma grande parte dos imigrantes em Portugal era a da comunicação, quer pelas diferenças linguísticas, quer por diferenças culturais.

Tendo como base o modelo da Loja do Cidadão, foram congregados, dentro de um mesmo espaço e com idêntica filosofia de funcionamento, os vários Serviços que se relacionam com a imigração: o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Segurança Social, a Autoridade para as Condições do Trabalho, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação.

Dispõe também de vários serviços, que respondem a necessidades concretas dos imigrantes (apoio ao reagrupamento familiar, apoio jurídico, apoio social ou apoio ao emprego).

Estes serviços, concentrados num espaço físico comum visam, de forma completa e integrada, prestar apoio, informação, encaminhamento, aconselhamento e, por vezes, desenvolver atividades de mediação, nas questões ou problemas que são colocados pelos utentes. Recorrem também a mediadores socioculturais, de diferentes origens, com domínios de diferentes línguas, para prestarem serviços de apoio ao cidadão imigrante. O facto de os mediadores falarem a mesma língua, conhecerem as diferentes culturas e, muitas vezes, terem vivido experiências migratórias idênticas, influenciam positivamente o processo de integração.

2.3.5. Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)⁷

A Rede CLAII é constituída por gabinetes distribuídos de norte a sul do país e ilhas, onde é prestado atendimento personalizado, realizado por técnicos habilitados para o efeito, alguns deles imigrantes, o que permite pontes culturais e linguísticas com os clientes, facilitadoras dos processos de integração.

Os CLAII são gabinetes de acolhimento, informação e apoio descentralizado, com ligação aos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante – CNAI, que visam ajudar a responder às necessidades que se colocam aos cidadãos imigrantes, nomeadamente na

⁷ Fonte: ACIDI, consultado em novembro, 2012 em www.acidi.gov.pt

regularização da situação migratória, na obtenção da nacionalidade portuguesa, no reagrupamento familiar, em questões como o acesso à habitação, saúde, educação e formação profissional, ao trabalho e à Segurança Social, no apoio ao associativismo, e no retorno voluntário.

Os CLAII visam promover uma integração de proximidade e resultam de parcerias estabelecidas entre o ACIDI, I.P. e autarquias ou entidades da sociedade civil (associações de imigrantes, IPSS, ONG's, centros paroquiais, entre outras).

A Rede CLAII dinamiza diversos projetos na área da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, e desenvolve atividades que visam a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

3. Evolução da emigração na Ucrânia

Com a chegada de Mikhail Gorbachev em 1985 ao governo da União Soviética, seguida da queda do muro de Berlim (1989) e do colapso da U.R.S.S., os ucranianos puderam votar a favor da independência por via de um referendo nacional realizado em 1991. A Ucrânia tornou-se finalmente livre, porém as consequências desta liberdade não tardariam a surgir.



Figura 2 – Localização da Ucrânia na Europa⁸

A independência foi um desastre económico para a Ucrânia. Embora a União Soviética já apresentasse sinais de deterioração económica antes da dissolução, a sua queda agudizou-se nos anos 90 (Satzewich, 2002).

O período de pós-independência da Ucrânia traduziu-se em políticas extremamente fracas em matérias de economia e bem-estar social, criando diversas desigualdades no país (Wilson, 2000).

Segundo indicam diversos estudos (Wilson, 2000; Satzewich, 2002; Malynovska, 2004), desde 1991, a esperança média de vida diminuiu e aumentaram os suicídios, a

⁸ Fonte: Wikipédia, consultado em junho, 2013 em pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ukraine_in_Europe.svg

mortalidade infantil, o alcoolismo, algumas doenças infetocontagiosas e claro, o desemprego, sendo que a Ucrânia foi um dos poucos países da Europa a apresentar um decréscimo populacional nos anos 90, passando de 52,2 milhões em 1992 para 50,1 milhões em 1998.

Paralelamente registou-se um aumento dramático na chamada economia informal. Como em outros países em que as condições económicas são más e mostram poucos sinais de melhoria, a corrupção instalou-se na Ucrânia, sendo que os subornos a diversas entidades oficiais, reguladoras e fronteiriças se banalizaram, como forma de conseguir tratar de procedimentos burocráticos (Honore, 2001; Zviglyanich, 2000, pp. 256-258, cit. por Satzewich, 2002).

A transição do comunismo para o capitalismo levou a que a Ucrânia experienciasse uma nova vaga de emigração laboral.



Figura 3 – Mapa político da Ucrânia⁹

Com este fenómeno de emigração surgiram organizações criminosas internacionais que começaram a tirar vantagem da combinação entre as restritas oportunidades de emigração legal e o desespero para deixar a Ucrânia (Carroll, 2000, cit. por Satzewich, 2002).

⁹ Fonte: Wikipédia, consultado em junho, 2013 em pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Map_of_Ukraine_political_enwiki.png

A anarquia económica e a instabilidade política sentida na Ucrânia e noutros países pertencentes à ex-URSS favoreceram a corrupção e as máfias, que se manifestaram em todos os setores do estado de uma forma galopante (Rego, 1999).

Mendes (2009) considera que existem várias causas para que os ucranianos começassem a sair do seu país, nomeadamente associadas

A um quadro de carências materiais e de falta de perspetivas face ao futuro, nomeadamente os baixos salários auferidos no país de origem ou ao facto de estarem desempregados; à necessidade de ajudar os filhos, assegurando-lhes uma educação superior e de qualidade e ao contexto social, económico e político que lhes é desfavorável (pp. 202-203).

Também as questões da igualdade de género fizeram com que várias mulheres decidissem emigrar:

Hoje em dia já nem a lei se preocupa em lhes garantir essa igualdade. O resultado é que as mulheres deixam de receber ofertas de trabalho, são despedidas com a maior das facilidades quando engravidam, são objeto de assédio ou auferem um salário muito mais baixo que o dos homens. A discriminação no emprego, o assédio sexual, a violência doméstica, as práticas de saúde impróprias para mulheres, a legislação contra a liberdade de optar, e ainda as decisões judiciais desfavoráveis em questões de família, são apenas alguns indicadores da marginalização e exclusão sistemática que, continuando embora a ocorrer com uma incidência variável de país para país, acabaram por eclodir de uma maneira mais ou menos uniforme por toda esta região (Regulska, 1998, pp. 56-57, cit. por Santos et al., 2007, p. 20).

Malynovska (2004) refere no seu estudo que a emigração ucraniana diminuiu na viragem para o século XXI, sobretudo devido a políticas de restrição nos países da Europa Ocidental. A mesma autora conclui que existe uma emigração de tipo sazonal, potenciada pela concessão de vistos de curta duração, sendo que o tempo médio de permanência de um emigrante ucraniano num país estrangeiro varia entre um a seis meses¹⁰. Contudo, refere também que os países da Europa do Sul (onde Portugal se inclui) representam os locais onde a permanência destes emigrantes é mais prolongada, existindo uma correlação entre a duração da estadia e a atividade profissional exercida.

¹⁰ Com base num inquérito realizado pela autora em 2002.

4. A população do Leste Europeu em Portugal

O fluxo migratório de imigrantes oriundos do Leste Europeu para Portugal foi imprevisível, porque o país não adotou, durante o período do final dos anos 90 até ao ano de 2001, nenhuma política pró-ativa de recrutamento destes imigrantes.

Por outro lado, não existiam quaisquer laços históricos, culturais ou económicos privilegiados com esta região a que possa atribuir-se este súbito e intenso movimento de trabalhadores migrantes desta região para Portugal. Acresce que o número de cidadãos de países da Europa do Leste residentes em Portugal durante os anos 90 era diminuto, 2.373 pessoas em 1999 (SEF, 2000) e, além do mais, encontrava-se disperso por várias nacionalidades, pelo que, nenhuma nacionalidade da Europa de Leste tinha, em finais dos anos 90, relevância numérica suficiente para suportar uma rede migratória na qual este intenso movimento se pudesse basear.

Contudo, verifica-se que a partir deste período o número de imigrantes do Leste Europeu aumentou por toda a União Europeia, representando a Ucrânia, por exemplo, o quinto país com mais residentes não pertencentes à União Europeia nos 27 Estados membros, em 2008 (Eurostat, 2011).

Assim, dada a dimensão e eclosão repentina do fenómeno, torna-se fundamental para o nosso estudo caracterizar o perfil sociodemográfico dos imigrantes de Leste, para melhor perceber a sua integração na sociedade portuguesa.

4.1. Caracterização sociodemográfica da população de Leste em Portugal

É importante contextualizar a localização espacial dos imigrantes, porque apesar de muitos se terem fixado, na região de Lisboa e Vale do Tejo, verificou-se a sua dispersão regional, levando-os a áreas rurais, onde a sua presença era até então desconhecida. A fixação de residência nestes locais implicou numa maior variedade ocupacional dos trabalhadores, que passaram a trabalhar também na agricultura, nomeadamente no Alentejo, Ribatejo e Oeste, e em alguns ramos industriais mais intensivos em mão-de-obra, como a indústria têxtil, do vestuário e do calçado, sobretudo no Norte e Centro Litoral, em locais onde a oferta de mão-de-obra é mais reduzida, devido ao

envelhecimento da população e à deslocação dos mais jovens para profissões mais bem remuneradas, menos duras e socialmente mais valorizadas.

Pires (2003) refere que esta é uma imigração essencialmente laboral, caracterizada pelo papel do recrutamento no destino, em lugar da procura na origem.

A debilidade da situação económica e jurídica em que muitos destes imigrantes chegaram ao nosso país, levou a que a sua inserção no mercado laboral se efetivasse maioritariamente numa posição de desvantagem e por isso ligada a trabalhos precários, não qualificados e, por norma, mal pagos (Cordeiro, 2004).

Estes fluxos foram, numa fase inicial, constituídos por uma população maioritariamente masculina e jovem, pois numa primeira fase em que os imigrantes de leste vieram para Portugal, vinham sobretudo os homens e só numa fase seguinte as mulheres e os filhos, concretizando-se o reagrupamento familiar.

Quanto aos motivos da escolha de Portugal como país de destino, um estudo realizado em 2002 pela Universidade de Coimbra¹¹ (Marques e Góis, 2010) demonstrou que no momento da emigração, os indivíduos inquiridos tinham um grande desconhecimento ou apenas um vago conhecimento sobre Portugal. As principais razões apontadas pelos imigrantes de leste para a escolha deste país como destino foram: o aconselhamento de familiares e amigos (23%), as características do país (22%), a possibilidade de melhorar as suas condições económicas (16%), a possibilidade de obter uma legalização (13%) e o reagrupamento familiar (6,5%).

Quanto ao meio de entrada em Portugal, o mesmo estudo aponta como principais meios de transporte utilizados o miniautocarro (utilizado por 43,7% dos inquiridos) e o autocarro (42,2%), em detrimento do avião, utilizado por apenas 3,8% dos imigrantes inquiridos (Marques e Góis, 2010).

A emigração dos cidadãos de Leste para Portugal revestiu-se, no que diz respeito às redes de apoio, de características muito díspares face aos anteriores grupos a enfrentar esse processo (ACIME, 2004):

Esta nova fase da história da imigração para Portugal, revela também a substituição do processo migratório tradicional das comunidades africanas, suportado por estratégias de

¹¹ Inquérito realizado a uma amostra de 735 imigrantes de Leste entre os meses de junho e dezembro de 2002 pelo Núcleo de Estudo das Migrações do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e integrado no projeto “Novos fluxos migratórios: imigrantes de leste em Portugal” que decorreu nos anos de 2002 e 2003.

organização em redes sociais, de familiares e amigos, por um sistema organizado por redes ilegais de tráfico de mão-de-obra (p. 115).

Relativamente à situação atual de residentes dos principais países do leste europeu (não pertencentes à União Europeia) verifica-se que existem mais imigrantes do sexo masculino do que feminino (50,5% no caso da Moldávia e 52,5% no caso da Ucrânia), à exceção da Rússia cujas mulheres representam 61,3% do número total de imigrantes oriundos desse país a residir em Portugal (Tabela 3).

Tabela 3 - População residente do Leste Europeu por nacionalidade e género

Nacionalidade	TOTAL	Homens	Mulheres
Moldávia	11 503	5 811	5 692
Rússia	4 581	1 773	2 808
Ucrânia	44 074	23 147	20 927

Fonte: SEF, Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2012).

Relativamente ao nível de instrução, observa-se que as habilitações escolares dos imigrantes de leste são, em média, superiores às habilitações escolares dos portugueses e estas, já por sua vez, superiores às habilitações dos estrangeiros oriundos dos PALOP (Rosa, 2005).

Segundo Baganha et al. (2004), um elevado número de imigrantes de leste são diplomados por instituições do Ensino Superior (Politécnicos e Universidades), existindo também um elevado número de indivíduos que possuem diplomas técnico-profissionais de nível médio (correspondentes ao 12º ano profissionalizante). Grande parte destes imigrantes adquiriu competências linguísticas em português, o que permitiu quebrar a sua dependência inicial relativamente aos demais, melhorar significativamente a sua integração económica na sociedade portuguesa, o que fez com que os seus vencimentos e as condições de trabalho fossem melhores.

No que diz respeito à situação da empregabilidade destes imigrantes, os dados mais recentes (2011) apontam para que perto de 20.000 indivíduos de nacionalidade ucraniana (a nacionalidade dos países da Europa de Leste mais representativa em Portugal) estivessem empregados nessa altura, 99% dos quais no regime de trabalho por

conta de outrem, o que corresponde a cerca de 42% do total de imigrantes ucranianos residentes em Portugal (Tabela 4).

Tabela 4 – Pessoas de países do Leste Europeu ao serviço, segundo a situação na profissão

Continente	Homens/Mulheres			
	Situação na profissão	TOTAL	Empregador	Situação não enquadrável
Nacionalidade			Trabalhador por Conta de Outrem	
Moldávia	5 172	149	5 014	9
Rússia	1 940	83	1 848	9
Ucrânia	18 531	207	18 303	21

Fonte: GEE-MEE, Quadros de Pessoal (2011).

A nível religioso, a presença destes imigrantes veio contribuir para o aparecimento do Cristianismo Ortodoxo, religião pouco representativa em Portugal até à sua vinda.

A nível étnico, verificou-se o aumento da comunidade cigana, pela entrada de um grande número de ciganos romenos, não relacionados ou influenciados pela comunidade cigana já radicada em Portugal. Atualmente estes estão espalhados por todo o país, dedicando-se à venda ambulante e também à mendicidade com o recurso a crianças e deficientes.

Outra das particularidades que caracteriza estes imigrantes é o sentido de individualidade e de não dependência. Comparativamente a outras comunidades estabelecidas em Portugal há mais tempo, à medida que vão adquirindo competências linguísticas, e aumenta o seu período de estabelecimento, tendem a procurar, cada vez menos apoio junto das redes de sociabilidade e das redes institucionais.

Estes imigrantes entraram em Portugal sobretudo no período de 1999 a 2001 estando a sair desde 2005, principalmente os imigrantes da Ucrânia, nacionalidade cujos números de abandono do país foram mais expressivos nos anos de 2010 a 2012 (SEF, 2013). As razões para este regresso prendem-se com as evoluções desfavoráveis no setor da construção civil e obras públicas, por cumprimento dos objetivos migratórios ou por reconhecerem noutros países melhores oportunidades de trabalho (Reis et al., 2010).

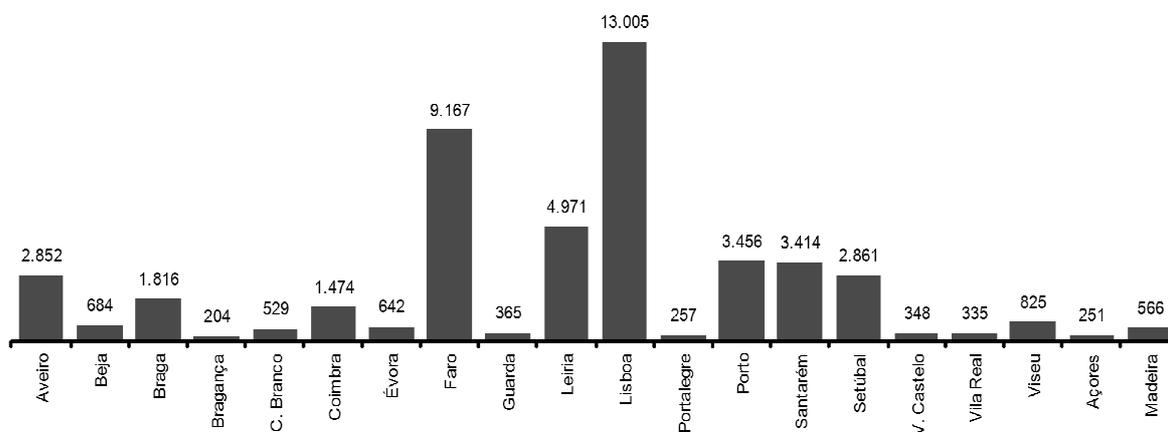
4.2. O caso específico dos imigrantes ucranianos

De acordo com Santos (2004), em termos comparativos, o percurso de inúmeros migrantes, sejam eles portugueses em França na década de 60 a 80, sejam ucranianos em Portugal na atualidade, é semelhante:

Nos anos 60, o emigrante português pertence maioritariamente ao sexo masculino, em idade ativa, deixando para trás a família e aventurando-se no trajeto de emigração, muitas vezes de forma clandestina. Nos anos 90, os imigrantes que chegam a Portugal não diferem muito desta imagem. Ambos partem com a vontade de voltar ao país de origem após alguns meses de trabalho. No entanto, acabam por instalar-se no país de acolhimento, sonhando em trazer a família (p. 143).

De acordo com o referido anteriormente, existe uma dispersão geográfica dos imigrantes oriundos dos países do Leste Europeu por todo o continente e ilhas, sendo que os imigrantes ucranianos não são exceção (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Distribuição da população ucraniana residente em Portugal, em 2011



Fonte: GEE, a partir de dados de 2011 do SEF e INE (população residente)

Conforme demonstra o gráfico anterior, relativo aos dados de 2011, residem imigrantes ucranianos em todos os distritos do país, incluindo ilhas. Destacam-se os distritos de Lisboa (com 13.005 residentes), de Faro (9.167), de Leiria (4.971), do Porto (3.456) e de Santarém (3.414).

Se analisarmos a distribuição desta população por grupo etário e por sexo (conforme demonstrado no gráfico seguinte – Gráfico 4) podemos verificar que a faixa etária predominante em ambos os sexos é entre os 25 e 64 anos de idade, onde se enquadram

77,8% dos homens e 74,9% das mulheres do total de imigrantes ucranianos residentes em Portugal, no ano de 2011.

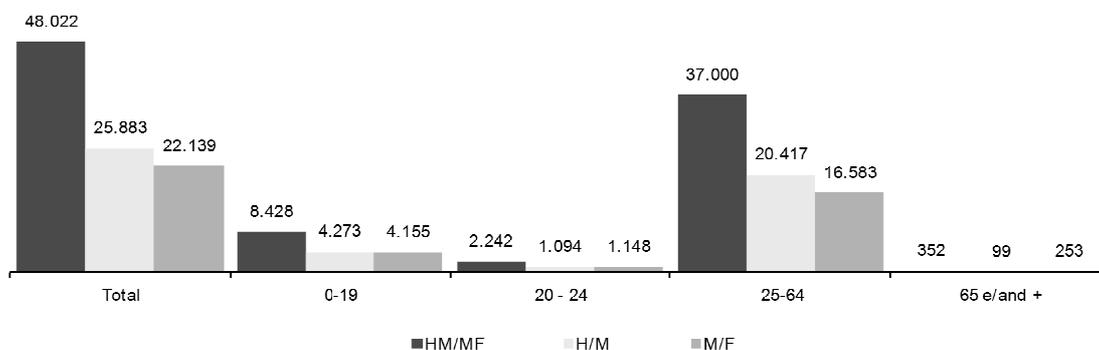
Devemos referir que este grupo etário representa não só a idade mais ativa em termos laborais como também se integra nele a idade reprodutiva.

Podemos também visualizar o grande número de crianças e adolescentes (entre os 0 e os 19 anos) que perfaziam, em 2011, um total de 8.428 residentes. Isto faz com que o número de filhos de imigrantes ucranianos a frequentarem instituições de ensino seja elevado.

Quanto à integração na escola e na comunidade destas crianças e jovens não existem muitos estudos, no entanto, segundo Rita e Rita (2004), são “alunos com expectativas elevadas relativamente à escola, sendo o mérito um dos valores face ao desempenho escolar, níveis de aprendizagem médios elevados com maior incidência nas áreas das artes, ciências, tecnologia e matemática” (p.18).

O número de idosos (com mais de 65 anos) é ainda pouco significativo, sendo a maioria destes mulheres (71,9%).

Gráfico 4 - População ucraniana residente em Portugal por grupo etário e por sexo, em 2011



Fonte: GEE, a partir de dados de 2011 do SEF e INE (população residente)

Como mencionámos previamente, o grande número de imigrantes (nomeadamente ucranianos) representa um eficaz instrumento de regulação demográfica e económica para os países que, tal como Portugal, enfrentam um desequilíbrio demográfico perante o crescente fenómeno do envelhecimento populacional.

Capítulo 2 – Educação e Formação de Adultos

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro (1987, p. 39)

Na origem da educação intercultural encontra-se um quadro político-social atravessado quer pelo espectro da intolerância, dos nacionalismos, da xenofobia e do racismo, quer por deslocação do tema da igualdade para o da diferença, de reivindicações feitas em nome da maioria para a defesa das minorias.

Joaquim Pires Valentim, docente da FPCEUC (1997, p. 84)

1. A Educação e Formação de Adultos no panorama internacional

A educação de adultos emerge politicamente com os ideais da Revolução Francesa e inicia o seu movimento de afirmação social no século XIX e na primeira metade do Século XX, em articulação com dois grandes processos sociais: o movimento operário, associado à Educação Popular, e a constituição por parte dos Estados de um sistema escolar nacional que, conseqüentemente, se estendeu aos adultos sob a forma de ensino de segunda oportunidade. Desponta sobretudo nos países nórdicos (onde se destaca a Dinamarca), como forma de fortalecimento da organização social e democrática.

Na Europa surgiram dois modelos distintos de práticas educativas para adultos:

O primeiro tem uma matriz essencialmente inglesa, mas acabou por ser assumido, predominantemente pela generalidade dos países da Europa central, colocando ênfase particular numa Educação de Adultos, «entendida como intervenção extraordinária, de carácter técnico e profissional e como instrumento de promoção social e de formação periódica». O segundo modelo teve origem no pensamento e ação do Bispo dinamarquês N.F.S. Grundtvig, para quem era indispensável construir uma Educação de Adultos essencialmente dirigida, «tanto para consolidação da personalidade e para a elevação pessoal, como para o contínuo progresso e fortalecimento de uma organização social e democrática, inspirada no mais absoluto respeito das liberdades subjetivas» (De Natale, 2003, p. 48, cit. por Alcoforado e Ferreira, 2011, p. 9).

Após a Segunda Guerra Mundial, e durante os “anos dourados” que se seguiram, a educação de adultos regista um crescimento exponencial em termos de afirmação do seu campo, uma vez que alarga o seu âmbito de atuação a todos os sectores da sociedade. É neste contexto do pós-guerra que, a recém-criada UNESCO, ilustrando a dimensão planetária que tal processo tomou, realiza, no ano de 1949 em Elsinore (Dinamarca), a primeira conferência internacional sobre educação de adultos, que se mantêm até aos dias de hoje, tendo um papel determinante na afirmação das políticas internacionais nesta matéria. Neste âmbito, enfatizou-se sobretudo o papel da educação cívica e a construção de uma cultura comum baseada em pilares de democracia, tolerância e de pertença uma comunidade mundial.

Contudo, todos os especialistas são unânimes ao referir que o conceito de *Educação de Adultos* apenas obteve uma definição consensual na XIX Conferência das Nações Unidas (Nairobi, 1976), ainda hoje considerada uma das mais adequadas. Décadas mais tarde, na CONFINTEA V (Hamburgo, 1997), embora apresente bastantes similaridades, deixa de ser tão precisa por veicular alguma confusão entre os conceitos de educação de adultos e educação permanente (Tabela 5).

Tabela 5 - O conceito de educação de adultos

<i>Conferência Geral de Nairobi (1976)</i>	<i>Conferência Internacional de Hamburgo (1997)</i>
<p>O termo educação de adultos designa a “totalidade dos processos organizados de educação, qualquer que seja o conteúdo, o nível ou o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial ministrada nas escolas e universidades ou sob a forma de aprendizagem profissional, graças aos quais as pessoas consideradas como adultos pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspectiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento social, económico e cultural, equilibrado e independente.”</p> <p>(Silva, 1990, p. 16)</p>	<p>Por educação de adultos entende-se “o conjunto de processos de aprendizagem formal ou não, graças ao qual as pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos e melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou as reorientam, de modo a satisfazerem as suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e a educação permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes numa sociedade educativa multicultural, em que são reconhecidas as abordagens teórica e baseada na prática”.</p> <p>(Instituto de Educação da UNESCO, 1998, pp.15,16)</p>

Segundo Osorio (2003), a Conferência de Nairobi considera a educação de adultos como estando inserida no projeto da *educação permanente*. A educação permanente reflete, de acordo com Silva (1990), “o constante deslocamento das questões de mudança social para a esfera educativa” (p. 15), sendo que Simões (1979) refere que se trata de uma conceção baseada no ideal de Platão, em que todas as pessoas se podem educar, nos mais diversos aspetos, ao longo das suas vidas. Desta forma, considera-se que a educação permanente se expressa numa relação que compreende “todas as formas, expressões e momentos do ato educativo” (Faure, 1974, p. 223, cit. por Alcoforado, 2008).

Já a Conferência de Hamburgo estabelece uma série de metas para a educação de adultos, no âmbito de uma sociedade multicultural, nomeadamente torná-la acessível a todos, considerando os direitos e motivações dos diversos grupos e fortalecer a cooperação e a solidariedade internacionais (Osorio, 2003).

Neste aspeto, verifica-se uma diferença de paradigma, em que se parte do pressuposto da educação permanente, conforme estipulado na Conferência de Nairobi, para uma perspetiva de aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 2010b). Esta perspetiva aproxima-se, como a definição resultante de Hamburgo indica, do conceito de sociedade educativa, sendo que se devem aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela sociedade onde as pessoas se inserem:

Tudo pode ser ocasião para aprender e desenvolver os próprios talentos [...], alargando a todos as possibilidades de educação, com vários objetivos, quer se trate de oferecer uma segunda ou uma terceira oportunidade de dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo, ou então, do desejo de aperfeiçoar e alargar as formações estritamente ligadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas (Delors, 1996, p. 101, cit. por Alcoforado, 2008, p. 77).

Na viragem para o século XXI, e face ao processo de globalização, considera Torres (2003) que a educação de adultos deve ser encarada como uma prioridade dos governos, pois refere que se a globalização tem “impacto sobre as políticas educacionais por todo o mundo, (...) nesse sentido, não é surpresa a constatação de que tal movimento vem afetando também políticas relacionadas à educação de adultos” (p. 66). Esta prioridade reflete também a principal mensagem que tem sido defendida nas diversas conferências da UNESCO organizadas aos longo destas últimas décadas.

Na CONFINTEA VI (Belém do Pará, 2009), os representantes dos 156 Estados membros da UNESCO reafirmaram o conceito de educação de adultos proposto em

Hamburgo, comprometendo-se a desenvolver todas as medidas necessárias para a sua implementação, nomeadamente através do investimento na alfabetização e na educação de adultos, na recolha e análise regular dos dados e informações sobre a participação e progressão nestes programas de educação de adultos, na elaboração de relatórios de acompanhamento e na monitorização da colaboração da educação de adultos em todos os campos do conhecimentos e setores como a agricultura, a saúde e o emprego (UNESCO, 2010a).

Um dos eixos de atuação estabelecidos pela UNESCO no âmbito da educação de adultos é a participação, inclusão e equidade, em que se prioriza a promoção do acesso a estes programas a pessoas pertencentes a grupos desfavorecidos, onde se incluem as populações migrantes. Do relatório desta última conferência (UNESCO, 2010a) conclui-se que a educação de adultos constitui uma importante via para a obtenção de situações de equidade e inclusão social, bem como se trata de um importante meio de combate à pobreza, promovendo uma sociedade justa e tolerante.

2. A Educação e Formação de Adultos em Portugal

2.1. Evolução histórica

Atualmente, o âmbito da educação e formação de adultos ultrapassa os tradicionais sistemas educativos e de formação profissional, projetando-se na realização individual dos sujeitos e compreendendo todos os momentos de formação, formais, não formais, ou informais, presentes nas suas vidas.

Canário (2008) considera pertinente, porém, distinguir os conceitos de *educação de adultos* e *formação de adultos*. O primeiro está ligado não apenas às práticas escolarizadas de ensino recorrente, mas pode ser encarado como sobreposição ao conceito de educação permanente, que consiste na totalidade dos processos educativos que abrangem todo o ciclo de vida. Por outro lado, devemos considerar a formação de adultos como um processo abrangente de autoconstrução e de abertura à existência, ao invés a encarmos, de forma redutora, como uma adaptação ao mercado de trabalho.

Desta forma, verifica-se que este fenómeno sempre existiu; contudo, foram fatores políticos, económicos e sociais que o fizeram emergir, com os contornos atuais, no início do século XX. Este conceito tem sido atualizado através de diretivas internacionais que visam adequar os seus objetivos aos processos de desenvolvimento dos povos, promovendo a igualdade entre cidadãos, com base em valores culturais e de cidadania (Quintas, 2008).

O facto da educação de adultos em Portugal ter sido alvo de políticas públicas segmentadas com cariz de curto prazo, aliado a um fraco investimento, contribuiu para que este campo se tenha vindo a subordinar às lógicas da formação profissional contínua e para que o seu eixo se tenha deslocado para a economia e para a gestão de recursos humanos, resistindo na sua verdadeira essência a uma pequena escala na nossa sociedade (Lima, 2005).

Historicamente, e recuando até ao século XIX, Portugal não conseguiu criar um regime escolar acessível a todos, sendo que apenas em meados do século XX todas as crianças tiveram acesso à instrução primária. Como consequência, o analfabetismo nos adultos era elevado, o que provocava inúmeros atrasos no país face a outros países da Europa.

Na década de 50 do século XX, em plena segunda República portuguesa marcada pela ditadura, foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas no domínio da educação de adultos, integradas no *Plano de Educação Popular* cujo objetivo seria dar a conhecer as primeiras letras e completar a formação moral e espiritual do povo português, campanha que, apesar de ter ficado aquém das expectativas iniciais no que concerne aos números da alfabetização, mobilizou meios até aí nunca vistos em Portugal (Alcoforado e Ferreira, 2011).

O período pós-25 de abril (terceira República), é essencialmente marcado por experiências em educação de adultos. Muitas estruturas que se mantiveram adormecidas desde a primeira República retomaram a sua atividade e outras surgiram com o objetivo de desenvolver as comunidades e consequentemente as suas populações (associações de educação popular, recreativas, comerciais, de moradores e de trabalhadores, centros culturais, bibliotecas e universidades populares), pautadas pela autonomia e criatividade.

Neste contexto, foram desenvolvidas ações de alfabetização e atividades de educação de adultos que englobavam uma grande diversidade de atores e instituições com um cariz comunitário de relevo.

Esta preocupação com a alfabetização levou à criação da Direcção-Geral da Educação Permanente (DGEP) em 1972, “à qual competia coordenar e promover a educação extraescolar e as atividades de promoção profissional e cultural, visando a população adulta e garantindo uma ação supletiva do ensino básico” (Pintassilgo e Mogarro, 2009, p. 58).

A DGEP, entre 1975 e 1976, constituiu parcerias com associações de educação popular, reconhecendo as iniciativas locais autogeridas, através de uma política descentralizada, e concedeu também diversos apoios ao associativismo socioeducativo (Lima, 2005).

A Lei 3/79, de 10 de janeiro¹², visa evidenciar o papel do Estado-Providência na educação, designadamente na provisão da educação de adultos, na criação de uma rede pública e na legislação e criação de programas para este setor.

Um dos propósitos desta lei, aprovada por unanimidade, seria a criação do Plano Nacional de Alfabetização e de Educação de Bases dos Adultos (PNAEBA), que traçou metas para a erradicação do analfabetismo, através de diversos programas de execução e de uma estratégia apoiada em projetos regionais integrados. Para além disso, a Lei previa a criação de um Instituto Nacional de Educação de Adultos, que nunca chegou a existir. O próprio Plano, por vontade política e por motivos orgânicos decorrentes das sucessivas alterações na DGEP, foi extinto em meados da década de 80, sem que os objetivos fossem minimamente alcançados (Lima, 2005; Alcoforado e Ferreira, 2011).

Em 1979, é também criado o Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.), sob a tutela do Ministério do Trabalho.

Em 1986, ano da entrada de Portugal na C.E.E. e da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, a educação de adultos praticamente desapareceu dos discursos políticos, passando a falar-se de modernização económica e produtividade.

Os principais eixos de educação de adultos que se afirmaram na altura foram o ensino recorrente, para fazer face aos problemas com o abandono escolar e visando particularmente a certificação, e a formação profissional, que se destacou como via

¹² Toda a legislação de suporte foi consultada em Diário da República, através do seu *site* na internet <http://dre.pt/>, durante os meses de março e abril de 2013.

autónoma e paralela à educação e à formação em geral, e que não possuía nenhuma articulação com a educação de base ou com a educação popular, que passou para segundo plano, subsistindo quase sem apoios em associações (algumas em articulação com o ensino superior) e nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (I.P.S.S.) (Lima, 2005).

A definição da educação passa especialmente pelo plano económico, sendo a modernização essencial para responder ao desafio europeu. Existiram alguns avanços na certificação escolar e na qualificação profissional, através do Programa Operacional de Desenvolvimento da Educação para Portugal (PRODEP), que porém abarcou uma população muito diminuta.

Em meados da década de 90, o campo da Educação de Adultos encontrava-se totalmente desmantelado e dominava o ensino recorrente e a formação profissional, que silenciavam as práticas de alfabetização e de literacia.

Nesta década existia no nosso país um desfasamento em relação ao nível de formação dos países da OCDE, sendo que na maioria destes Estados, mais de metade da população entre os 25 e os 64 anos apresentava o 2º ciclo do ensino básico, enquanto Portugal (no relatório de 1995 da OCDE) se encontrava no penúltimo lugar, com apenas 15% da população nessas condições (Valentim, 1997). O mesmo autor refere que, de acordo com a OCDE, se a taxa de renovação da população-alvo representa apenas uma percentagem mínima, demoram vários anos até que as políticas a eles destinadas (com o propósito de aumentar o número de jovens nos ensinos secundário e superior) possam atingir números satisfatórios.

Esta advertência não deixa de ter um significado especial para Portugal, na medida em que as políticas de educação de adultos (que são obviamente, a forma de acelerar este processo) ficaram sempre longe de conduzir aos resultados pretendidos, apesar das várias intenções e medidas governamentais nesta área, nomeadamente durante o Estado Novo e depois do 25 de abril (Valentim, 1997, p. 52).

Enfatizando igualmente a situação lastimosa em que nos encontrávamos, de acordo com Oliveira (2010, p. 128) “pese embora os fortes investimentos da União Europeia para elevar o nível educativo dos portugueses e as diversas reformas a que o sistema educativo tem sido sujeito, os resultados alcançados traduzem a disfuncionalidade do nosso sistema educativo.”

Em 1998, na sequência da participação das mais altas autoridades na V Conferência Internacional de Educação de Adultos da UNESCO (1997, Hamburgo), é criado um Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos (Despacho n.º 10 534/97, 16 de outubro), coordenado por Alberto Melo. Em consequência o Governo publica um documento estratégico (Documento de Estratégia para o Desenvolvimento da Educação de Adultos em Portugal) que propõe criar um sistema de educação para adultos, refletindo quatro áreas essenciais: a formação de base, o ensino recorrente, a educação e a formação ao longo da vida e a educação para a cidadania (Lima, 2005). Deste modo, em 1999, é criada a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), que teria sido concebida para se afirmar como uma oferta pública descentralizada de promoção educativa, técnica, científica, cívica e artística, que promovesse ações de alfabetização e de recuperação escolar, promovendo a inclusão social (nomeadamente dos grupos mais desfavorecidos, como é o caso da população migrante) e criando estruturas de validação das aprendizagens e centros de balanços de competências.

Em última análise, o que se veio a verificar foi a criação de uma estrutura minimalista que não intervinha no terreno nem possuía os recursos imprescindíveis às tarefas de conceção, planeamento e coordenação, para as quais estaria incumbida, tendo-se extinguido em 2002, através da Lei Orgânica do Ministério da Educação, consagrada no Decreto-lei n.º 208/2002, de 17 de outubro.

Desta forma, a extinção da ANEFA resulta sobretudo do desinvestimento do estado e de mudanças de políticas, tendo embora contribuído durante o período em que existiu para reavivar e mudar, como nunca, a face da Educação de Adultos em Portugal.

Durante esses quatro anos, no que concerne ao processo de validação de competências e à realização de cursos de Educação e Formação de Adultos, houve realizações efetivas, apesar de estar vocacionada para os interesses económicos, tendo o indivíduo que se sujeitar à agenda da formação (Lima, 2005).

No mesmo diploma é criada a Direção Geral de Formação Vocacional (DGFV), que se pretendeu designar como a sucessora das funções atribuídas à ANEFA. Porém, apesar de incluir a formação de jovens no seu âmbito de atuação, remeteu a educação de adultos a uma formação vocacional orientada para o mercado de trabalho.

Em 2006 é criada a ANQ – Agência Nacional para a Qualificação, através do Decreto-lei n.º 213/2006, de 27 de outubro e, conseqüentemente, extinta a DGFV. A missão da agência, de acordo com o N.º 1 do Art.º 17 do diploma que a consagra, consiste em “coordenar a execução das políticas de educação e de formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências”.

A 1 de março de 2012 a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional sucede à ANQ, mantendo as suas atribuições, direitos e obrigações, conforme consta no Decreto-lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro.

2.2. A Iniciativa Novas Oportunidades

Segundo Nóvoa (1988, cit. por Canário, 2008), os princípios (ou a *filosofia*) da educação de adultos assentam no pressuposto de que o adulto é portador de uma história de vida e de uma experiência profissional, valorizando-se a sua transformação individual e o impacto que esta alteração poderá representar nas instituições. Baseia-se, deste modo, a formação numa tensão permanente entre a reflexão e a intervenção, atribuindo a esta uma função integradora resultante de uma mudança individual e institucional.

No contexto europeu, tem-se vindo a verificar uma implementação de sistemas de reconhecimento e validação das aprendizagens experienciais, bem como a abertura de centros para esse efeito, valorizando-se na educação de adultos, num quadro de Aprendizagem ao Longo da Vida, as experiências vividas e as competências adquiridas fora do contexto formal. Após a década de 90, enfatiza-se este o paradigma da Aprendizagem ao Longo da Vida em detrimento da Educação Permanente, pois a sociedade contemporânea, pelo seu carácter dinâmico e turbulento, assim o exige (Pires, 2007).

O paradigma da educação de adultos, por esta perspetiva, transportou-se para o mundo do trabalho e das organizações, sendo a experiência considerada uma fonte legítima de saber.

Numa fase em que a crise afeta sobretudo os grupos mais fragilizados da nossa sociedade, assiste-se a um incentivo do Estado a práticas inovadoras (como o processo

de RVCC), pela sua intervenção na reinserção destes indivíduos, não só a nível formativo mas também profissional:

Integrada na *Iniciativa Novas Oportunidades*, a implementação do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, em conjunto com os Cursos de Educação e Formação de Adultos, que têm em comum o Referencial de Competências Chave para a Educação e Formação de Adultos, de nível básico e de nível secundário, constituem a mais recente iniciativa no sentido de vencer o longo ciclo do atraso português, através do investimento na reversão da desqualificação dos adultos que se viram privados, por diversas razões, do direito a uma adequada educação/formação inicial na idade própria (Pereira, 2010, p. 44).

De facto, a principal ambição da *Iniciativa Novas Oportunidades*, lançada em 2005, prendia-se com a melhoria do défice de qualificações da população adulta portuguesa, colocando o nível secundário (12º ano de escolaridade) como patamar mínimo a alcançar para uma participação ativa na economia do conhecimento e na sociedade da informação, o que se pretendia afirmar como uma vantagem competitiva para o país.

A estratégia levada a cabo por este programa assentava em quatro domínios essenciais¹³:

- 1º. Estruturação de uma oferta de cursos de educação e formação que possibilitasse o envolvimento de um número crescente de pessoas em percursos qualificantes, garantindo a qualidade dessas ofertas. “O aumento das vagas em cursos de dupla certificação cada vez mais diversificados, o reforço da legibilidade da oferta de qualificação, o alargamento da rede e perfil dos promotores, a afinação dos procedimentos de certificação, incluindo os que resultam da validação e certificação de competências, a revisão dos critérios de financiamento e a articulação dos sistemas de educação e formação, foram medidas apontadas como necessárias no quadro deste primeiro domínio da estratégia” (ANQ, 2010, p. 5).
- 2º. Mobilização dos portugueses, sensibilizando-os para o objetivo da qualificação, oferecendo sistemas de incentivo apropriados. Pretendeu-se fomentar a participação em ofertas de educação/formação variadas, através da mobilização de agentes públicos e privados, e melhorar a articulação entre a oferta e a procura de qualificações.
- 3º. Tentativa de reduzir a distância dos níveis de escolarização para as médias europeias.

¹³ Fonte: Agência Nacional para a Qualificação (2010).

4º. Implementação de dois eixos de atuação: um dirigido a jovens e outro dirigido a adultos.

No eixo adultos, que importa considerar no âmbito do presente estudo a INO pretendia valorizar o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas em contextos formais, não formais e informais, bem como disponibilizar formação profissionalizante para adultos pouco escolarizados.

Estas ofertas, formativas não seriam apenas para desempregados e para grupos tendencialmente mais desfavorecidos, mas sim para toda a população com habilitações inferiores ao secundário, flexibilizando-se as modalidades de formação para dar resposta às especificidades de cada público. A variedade de ofertas passaria pelo incremento de Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA), pelo alargamento da rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, mais tarde designados por Centros Novas Oportunidades (CNO's) e atualmente em reestruturação pela ANQEP, pela conceção de um Referencial de Competências-Chave para o Nível Secundário, pela promoção da gestão integrada das ofertas e da rede de promotores e pela implementação de um Sistema de Certificação da Qualidade.

No balanço do “eixo adultos” realizado no final de cinco anos de Iniciativa pela ANQ (atualmente ANQEP), verifica-se que neste período 1.133.593 pessoas realizaram inscrições em CNO's, tendo sido emitidos 386.463 certificados (Tabela 6).

O Leste em Portugal: A Integração de Imigrantes Ucranianos e a Educação de Adultos

Tabela 6 - Número de inscrições e de certificações no Eixo Adultos da INO, por modalidade de educação e formação

Modalidade de Educação e Formação	Período / Ano Civil / Ano Lectivo						
Centros Novas Oportunidades ¹⁾	2001/05	2006	2007	2008	2009	2010	Total
N.º de inscrições	-	77.246	282.026	283.498	277.394	213.429	1.133.593
N.º de certificados	44.192	25.079	55.046	74.310	112.150	75.686	386.463
Cursos EFA ²⁾	2001/05	2006	2007	2008	2009	2010	Total
N.º de inscrições	-	11.389	26.710	44.524	41.177	30.675	154.475
N.º de certificados	15.305	7.267	9.317	416	9.747	26.203	68.255
Formações Modulares Certificadas ³⁾		2006	2007	2008	2009	2010	Total
N.º de inscrições	-	-	-	13.624	48.386	136.701	198.711
N.º de certificados	-	-	-	0	47	548	595
Vias de Conclusão do Secundário ⁴⁾		2006	2007	2008	2009	2010	Total
N.º de inscrições	-	-	n.d.	3.066	n.d.	n.d.	3.066
N.º de certificados	-	-	n.d.	1.403	n.d.	n.d.	1.403
Ensino Recorrente ⁵⁾		2006	2007	2008	2009	2010	Total
N.º de alunos matriculados	-	73.317	34.393	19.684	8.797	-	-
N.º de alunos que concluíram	-	15.661	9.178	5.894	n.d.	-	-

Fontes:

¹⁾ Relatórios mensais enviados à DGFV (até 2006) e plataforma SIGO (desde 2007, dados provisórios de 29 de Novembro de 2010).

²⁾ Inscrições: GEPE/Ministério da Educação + IEFP (2006) e plataforma SIGO (2007, dados provisórios actualizados a 31 de Dezembro de 2010; desde 2008, dados provisórios actualizados a 29 de Novembro de 2010). Certificações: Carteiras de competências homologadas pela DGFV (2001-2005); IEFP + Carteiras de competências emitidas por entidades formadoras não pertencentes à rede do IEFP e homologadas pela DGFV (2006); IEFP + Carteiras de competências emitidas por entidades formadoras não pertencentes à rede do IEFP e homologadas pela DGFV + certificados emitidos na plataforma SIGO por entidades formadoras não pertencentes à rede do IEFP (2007); plataforma SIGO (desde 2008, dados provisórios de 29 de Novembro de 2010).

³⁾ Plataforma SIGO, dados provisórios de 29 de Novembro de 2010.

⁴⁾ Informação fornecida pelas Direcções Regionais de Educação.

⁵⁾ Os dados de 2006/07, 2007/08 e 2008/09 provêm das Estatísticas da Educação 06/07, 07/08 e 08/09 (GEPE/ME), abrangendo os sectores público e privado de educação. A informação referente ao ano lectivo 2009/10 é provisória, provém do MISI/ME e diz respeito exclusivamente a escolas públicas (relatório de Junho de 2010).

2.3. Os Cursos de Educação e Formação de Adultos

Um dos principais problemas estruturais de Portugal face aos outros países da U.E. é o baixo nível de escolaridade e qualificação profissional da maioria da população ativa, embora nas últimas décadas a situação tenha melhorado, uma vez que os mais jovens já beneficiaram do alargamento progressivo das oportunidades em educação e formação de adultos (Afonso e Ferreira, 2007).

Os cursos de educação e formação de adultos (EFA) têm-se afirmado como um instrumento essencial para a qualificação da população portuguesa com baixas qualificações.

Estes cursos podem ser frequentados por pessoas com idade igual ou superior a 18 anos (para o 1º, 2º ou 3º ciclos do ensino básico) e por pessoas com idade igual ou superior a 23 anos (para o nível secundário).

Os cursos EFA apresentam diversos requisitos de ingresso, de acordo com a habilitação que conferem (Tabelas 7, 8 e 9).

Tabela 7 – Percursos EFA – Nível Básico: habilitações escolares de acesso

Percurso Formativo	Habilitações escolares
B1	Inferior ao 1º ciclo do ensino básico
B2	1º Ciclo do ensino básico
B1+B2	Inferior ao 1º ciclo do ensino básico
B3	2º Ciclo do ensino básico
B2+B3	1º Ciclo do ensino básico
Percurso flexível a partir de Processo de RVCC	Inferior ao 1º ciclo do ensino básico
Componente de formação tecnológica do curso EFA	9º Ano de escolaridade

Fonte: Rodrigues (2009), adaptado da Portaria n.º 230/2008, de 7 de março

Tabela 8 – Percursos EFA (dupla certificação) – Nível Secundário: habilitações escolares de acesso

Percurso Formativo	Habilitações escolares
S3 – Tipo A	9º Ano de escolaridade
S3 – Tipo B	10º Ano de escolaridade
S3 – Tipo C	11º Ano de escolaridade
Percurso flexível a partir de Processo de RVCC	Inferior ou igual ao 9º ano de escolaridade
Componente de formação tecnológica do curso EFA	12º Ano de escolaridade

Fonte: Rodrigues (2009), adaptado da Portaria n.º 230/2008, de 7 de março

Tabela 9 – Percursos EFA (habilitação escolar) – Nível Secundário: habilitações escolares de acesso

Percurso Formativo	Habilitações escolares
S – Tipo A	9º Ano de escolaridade
S – Tipo B	10º Ano de escolaridade
S – Tipo C	11º Ano de escolaridade
Percurso flexível a partir de Processo de RVCC	Inferior ou igual ao 9º ano de escolaridade

Fonte: Rodrigues (2009), adaptado da Portaria nº 230/2008, de 7 de março

Os cursos EFA desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação ou apenas de habilitação escolar, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos.

Estes cursos organizam-se¹⁴:

- a. Numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida;
- b. Em percursos de formação, definidos a partir de um diagnóstico inicial avaliativo, efetuado pela entidade formadora do Curso EFA, ou de um processo de reconhecimento e validação das competências que o adulto foi adquirindo ao longo da vida;
- c. Em percursos formativos desenvolvidos de forma articulada, integrando uma formação de base e uma formação tecnológica ou apenas uma destas;
- d. Num modelo de formação modular, tendo por base os referenciais de formação que integram o Catálogo Nacional de Qualificações;
- e. No desenvolvimento de uma formação centrada em processos reflexivos e de aquisição de competências, através de um módulo intitulado “*Aprender com autonomia*” (nível básico de educação e/ou certificação profissional) ou de um “*Portefólio reflexivo de aprendizagens*” (nível secundário e/ou certificação profissional).

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos têm por base o percurso anterior da pessoa, no que respeita às suas habilitações escolares, experiência profissional e outros

¹⁴ Fonte: Site da ANQEP, consultado em julho, 2013 em <http://www.anqep.gov.pt>.

saberes, enquadrando-a no percurso que melhor satisfaz as suas necessidades formativas, com o objetivo de uma inserção/reinserção no mercado de trabalho.

Estes cursos podem representar uma oportunidade para os imigrantes, pois permitem por um lado obter uma certificação escolar e/ou profissional e por outro lado constituírem-se como um mecanismo de integração económica e também social, pois fomenta as relações interpessoais com portugueses, seja por via da instituição, dos técnicos e formadores e dos próprios formandos.

2.4. O Programa Português para Todos

O *Programa Português para Todos* (PPT), estabelece os cursos de *Português para Falantes de Outras Línguas*, tendo sido homologado em abril de 2008, resultando de uma parceria entre a DGIDC (Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular), a ANQ e o IEFP.

O objetivo do programa é possibilitar que a população imigrante, com idade igual ou superior a 18 anos, residente em Portugal e que esteja numa situação legal de estadia, permanência ou residência, tenha acesso

A um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa, promovendo a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos de cidadania, entendidos como componentes essenciais de um adequado processo de integração, através de um conjunto de ações de formação em língua portuguesa (IEFP, 2012¹⁵).

Segundo a Portaria n.º 1262/2009 de 15 de outubro, os cursos são lecionados por docentes profissionalizados na área do ensino do Português, preferencialmente com formação específica no ensino do Português como língua estrangeira ou língua segunda, ou por formadores devidamente certificados na mesma área, selecionados, para o efeito, pelos estabelecimentos de ensino e centros de formação.

No âmbito do *Curso de Português para Falantes de Outras Línguas* existem dois tipos de certificação:

¹⁵ Fonte: Site do I.E.F.P., página atualizada em 2012-06-19. Consultado em janeiro, 2013 em <http://www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/ProgramaPortugalAcolhe/Paginas/ProgramaPortuguesparaTodos.aspx>

O Leste em Portugal: A Integração de Imigrantes Ucranianos e a Educação de Adultos

- O *Certificado de Utilizador Elementar de Português Língua Estrangeira*, que é obtido na sequência da conclusão com aproveitamento do percurso formativo A.
- O *Certificado de Português para Fins Específicos*, que é obtido na sequência da conclusão de um percurso de Português Técnico.

O percurso de *Português Geral* compreende um total de 150 Horas (75 Horas para o Nível A1 e 75 Horas para o Nível A2) enquanto os cursos de *Português Técnico* têm a duração de 25 Horas, conforme demonstrado na figura seguinte (Tabela 10).

Tabela 10 – Estrutura curricular do *Curso de Português para Falantes de Outras Línguas*

Língua Portuguesa – Nível A1	Duração (em Horas)
Eu e a minha rotina diária	25
Hábitos alimentares, cultura e lazer	25
O corpo humano, saúde e serviços	25
Língua Portuguesa – Nível A2	Duração (em Horas)
Eu e o mundo do trabalho	25
O meu passado e o meu presente	25
Comunicação e vida em sociedade	25
Total de horas do percurso (A1 e A2):	150
Português Técnico	Duração (em Horas)
Português técnico aplicado à área do Comércio	25
Português técnico aplicado à área da Hotelaria e Restauração	25
Português técnico aplicado à área de Cuidados de Beleza	25
Português técnico aplicado à área da Construção Civil e Engenharia Civil	25

Fonte: IEFEP, 2012

Ao terem a possibilidade de aprender uma segunda língua (neste caso o português), os imigrantes adquirem diversas aptidões que excedem o mero aspeto relacional:

Quando o sujeito aprende e usa a língua desenvolve e atualiza [...] conhecimentos, capacidades e características [...]. Articula-se, portanto, o saber com o saber-fazer, com o saber-ser porque, atualmente, não importa só haver conhecimento mas também veicular valores e atitudes. Estes constituem dimensões fundamentais da formação integral do indivíduo (Costa, 2005, p. 49).

A fluência na Língua Portuguesa constitui “uma das vias mais poderosas para a integração dos estrangeiros, tanto a nível individual (garantia da autonomia) como coletivo (harmonia social)” (Ançã, 2008, p. 74).

Segundo o relatório de execução do POPH relativo ao ano de 2011 (POPH, 2012), foram abrangidos pelo programa 8161 formandos, verificando-se uma distribuição por 51,46% de mulheres e de 48,54% de homens (Tabela 11).

Tabela 11 – Fluxos dos formandos abrangidos em ações de formação em língua portuguesa

Fluxos	Para o ano 2011								
	Pessoas que entram			Pessoas que saem			Abrangidos		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Nº total de abrangidos	4.168	2.100	2.068	5.643	2.712	2.931	8.161	3.961	4.200

Fonte: POPH, 2012.

As habilitações escolares dos formandos que procuram as ações de língua portuguesa para estrangeiros são diversificadas, sendo as mais relevantes o Ensino Secundário (42,85%), Bacharelato/Licenciatura (22,06%) e 3.º Ciclo - 9ºano (16,79%).

Relativamente às ações de Português Técnico, a maioria dos participantes apresentam habilitações literárias ao nível do Ensino Secundário (79,02%) e 3ºciclo – 9.º ano (16,48%).

O mesmo relatório indica que 366 imigrantes ucranianos frequentaram estas ações, sendo esta nacionalidade uma das mais relevantes.

A maioria destes cursos ocorreu em horário noturno, em virtude do trabalho exercido por estes imigrantes, tendo o estado português tido a necessidade de criar diversas ações para fazer face à urgência da aprendizagem do português por parte destes imigrantes de língua materna eslava (Head e Semënova-Head, 2010).

No que se refere à aprendizagem da língua portuguesa vários estudos revelam que estes imigrantes apresentam alguma facilidade nesse campo, devido ao facto de, em muitos casos possuírem uma qualificação mais elevada e de serem bilingues, por terem pertencido à União Soviética e assim falarem a língua russa (Pliássova, 2007; Oliveira, Ferreira e Faneca, 2007, cit. por Silva, 2010).

Outro estudo considera que esta aprendizagem também se pode constituir como um obstáculo inicial a uma plena integração, sendo que, de acordo com um entrevistado:

“A nossa língua é mais difícil do que a língua russa e assim para aprender o português também temos mais dificuldades...” (Dionísio, 2007, p. 198).

Torna-se assim importante perceber de que forma a aprendizagem da língua do país de acolhimento se constitui como mecanismo facilitador da integração, bem como compreender que outros fatores contribuem para este processo, pelo que no próximo capítulo serão abordados mais aprofundadamente estes temas.

Capítulo 3 – Integração de imigrantes

Todos os imigrantes têm memória – quantas vezes feita de dramas, de saudades da família e dos filhos que ficam para trás, das difíceis transições da ditadura para a liberdade. Mas também é imperioso verificar que cada imigrante é portador de um projeto, de uma ambição, da ideia de um futuro melhor, de uma força transformadora de si e da realidade à sua volta.

Roberto Carneiro, Coordenador do Observatório da Imigração do ACIME (2004)

1. Integração económica

Segundo a União Europeia, “a integração é um processo dinâmico e bidirecional de adaptação mútua de todos os imigrantes e residentes nos Estados-Membros” (REM, 2012, p. 158).

Papademetriou (2004) considera que a integração de imigrantes se trata de um processo de interação, ajustamento e adaptação mútua através do qual os nacionais e os imigrantes acabam por formar um todo.

Neste âmbito, Dammeyer (1999, p. 5) refere que “a superação de obstáculos e antagonismos culturais, étnicos e sociais é de importância capital para a génese de uma Europa comum, devendo, portanto, ser empreendida afoitamente”.

Os trabalhadores imigrantes vindos de fora da União Europeia são essenciais para o seu crescimento económico e prosperidade:

Tornar-se-ão mais necessários ainda nos próximos anos, à medida que a população da União for envelhecendo e a força de trabalho for diminuindo. O envelhecimento é uma tendência de longo prazo que carece de solução, mesmo que se verifique um aumento do desemprego durante a crise económica de 2009. Os imigrantes, em especial se forem altamente qualificados, desempenharão um papel significativo na manutenção de elevados níveis de emprego, ocupando postos de trabalho essenciais e ajudando a financiar as pensões do número crescente de cidadãos seniores. (UE, 2010, p. 6).

Malheiros (1996) considera que as políticas governamentais englobam duas fases, no que concerne ao processo migratório, sendo que na primeira a ênfase é no recrutamento de trabalhadores que satisfaçam a necessidade de mão-de-obra das empresas dos países

de acolhimento e a segunda fase engloba a designada inserção de imigrantes, em que os objetivos se prendem com o apoio em áreas como a educação, acomodação e outros aspetos.

O mercado de trabalho, para além de possibilitar a integração económica, também desempenha, segundo Pereira (2009), um papel fundamental na integração social dos imigrantes e seus descendentes nas sociedades de acolhimento, porque ou a integração é bem-sucedida nas sociedades ou podem surgir situações de marginalização, sendo a incapacidade legal, a insegurança no estatuto de residência, a concentração em áreas residenciais pobres, a propensão para o insucesso e abandono escolar, as baixas qualificações, o racismo e a manutenção de um estatuto socioeconómico associado à pobreza e exclusão social fatores que contribuem para essa situação.

No que diz respeito ao contexto laboral, os imigrantes procuram à chegada ao país de acolhimento um meio para garantirem a sua subsistência, sujeitando-se muitas vezes a atividades profissionais em que a exploração e as péssimas condições de trabalho são frequentes. Neste âmbito, existem estudos desenvolvidos no nosso país que indicam que os trabalhadores imigrantes têm muitas vezes uma carga horária excessiva e recebem vencimentos muito baixos (Dias, 2002) embora não se possa considerar que em Portugal existam muitos casos de trabalhos forçados, apesar de muitas vezes os direitos dos trabalhadores imigrantes não sejam assegurados (Pereira e Vasconcelos, 2007).

Fonseca (2003) considera que o mercado de trabalho para os imigrantes em Portugal se divide em dois grupos: o mais numeroso que é composto por trabalhadores que fazem um tipo de trabalho menos qualificado e mais indiferenciado e um grupo menos numeroso que engloba profissionais qualificados, tais como investigadores, diretores ou técnicos especializados, na sua maioria provenientes da Europa.

No caso dos imigrantes ucranianos nem sempre (ou muito raramente) a primeira profissão desempenhada em Portugal foi a desempenhada na Ucrânia. O facto de à concessão de Autorizações de Permanência estar subjacente o desempenho de uma atividade profissional por conta de outrem aliado às grandes dificuldades inerentes ao reconhecimento habilitacional destes imigrantes, foram aspetos decisivos para a integração em trabalhos mal remunerados e divergentes face às suas anteriores profissões.

Cumpridas as condições legais de permanência (existência de um contrato de trabalho, embora num mercado pouco qualificado) são escassos os imigrantes que veem utilidade no reconhecimento das suas habilitações escolares e qualificações profissionais (Matias, 2004, cit. por Rodrigues, 2010).

A inserção destes imigrantes no mercado de trabalho português também diverge em questões de género, sendo que muitos homens foram inseridos no setor da construção civil e as mulheres nas limpezas, pois como já referido anteriormente, estas atividades tendem a concentrar as ofertas de trabalho disponíveis para esta população.

Verifica-se assim, que embora em muitos casos os imigrantes ucranianos possuam uma habilitação escolar média ou superior, no que diz respeito ao trajeto migratório, têm uma mobilidade para baixo (*downward mobility*) que se traduz na desqualificação profissional que se inicia no país de origem e culmina no país de acolhimento (Rodrigues, 2010).

2. Integração social

As atuais políticas de imigração da União Europeia, referem um conjunto de princípios comuns para integrar os imigrantes oriundos de países exteriores à União, nomeadamente ao nível da aprendizagem da língua do país de acolhimento, auxílio na procura de emprego e de habitação, bem como no acesso aos cuidados de saúde, à educação e à formação e reconversão profissionais, onde são assegurados aspetos como a igualdade de género e de oportunidades entre nacionais e emigrantes (UE, 2010).

Segundo vários autores citados por Graça (2008) a teoria ecológica do desenvolvimento humano define-se como uma nova perspetiva para a investigação sobre o comportamento. A migração é uma transição ecológica que envolve uma mudança abrupta no contexto social, psicológico, cultural e físico. Muitos autores salientam o efeito stressante desta transição que poderá ser a mais radical na vida de uma família ou de um indivíduo. Há um processo de adaptação e mudança cultural que ocorre quando indivíduos de diferentes culturas entram em contacto (aculturação). Este processo envolve mudanças e novas experiências na vida dos imigrantes. Estas novas experiências abrangem questões de identidade, valores, atitudes e comportamento,

fazendo com que os imigrantes experimentem níveis substanciais de stress (stress da aculturação), daí a importância do suporte social.

Independentemente do motivo, a imigração provoca três transições fundamentais: alteração e reconstrução das redes de suporte social, a extração de um sistema socioeconómico para outro e a movimentação de um sistema cultural para outro. Embora traga novas oportunidades, há sempre imensas perdas e possíveis sentimentos de angústia e desorientação. De entre os efeitos positivos da imigração, há que mencionar a possibilidade para novas experiências, novas aprendizagens e novas oportunidades, que permitirão desenhar um novo caminho de crescimento pessoal (Graça, 2008).

A integração de imigrantes, do ponto de vista da teoria clássica da assimilação, é vista como um processo de construção de condutas comuns à sociedade de acolhimento, englobando, de acordo com Mirotshnik (2008), dois aspetos complementares: o aspeto cultural (onde ocorre a assimilação dos padrões culturais do local de destino) e o aspeto social (onde o indivíduo interioriza as regras de conduta subjacentes à organização social do local de destino).

No âmbito de uma integração social sob a perspetiva intercultural, o papel da sociedade de acolhimento passa por valorizar a cultura, a língua, os valores e as crenças destes imigrantes e por promover o encontro entre esta cultura e a cultura local.

Hernández-Plaza e colaboradores (2005, cit. por Sousa e Alarcão, 2007) consideram que existem quatro formas de intervenções sociais com populações imigrantes:

1. A *intervenção diádica* tem por base a promoção de trocas interpessoais, tais como a mediação social e o apoio voluntário. O mediador (que pode ser imigrante ou nativo) funciona como elemento de ligação entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento em áreas como o estatuto legal, o acesso a serviços sociais, educativos e de saúde, o emprego, a habitação e a participação social/comunitária. O apoio voluntário não é profissional, sendo que os voluntários podem dar: informação sobre a sociedade de acolhimento, apoio instrumental, apoio emocional e oportunidades de participação social.
2. A *intervenção em rede social* identifica membros chave da comunidade que podem fornecer diversos tipos de apoio. Os profissionais funcionam como consultores, de modo a aumentar, promover ou melhorar a qualidade das interações informais de

suporte. Para além de informações sobre oportunidades de emprego, alojamento e procedimentos legais, a divulgação de serviços e programas de apoio formais por fontes credíveis da comunidade informal aumenta a utilização dos serviços, melhorando a eficácia da intervenção social.

3. Os *grupos de ajuda mútua* têm como principal objetivo criar novas ligações entre membros da comunidade, como forma de aumentar e melhorar as trocas de apoio, e podem assumir três tipos: grupos terapêuticos, grupos de suporte, ou grupos de autoajuda.
4. A *intervenção comunitária* enfatiza a identificação de necessidades coletivas e a implementação de ações para lhes responder.

Ao contrário do que aconteceu com os imigrantes oriundos dos PALOP, a primeira vaga de imigrantes de leste em Portugal não foi auxiliada por redes sociais, constituídas por indivíduos (familiares e amigos) que entretanto já residissem no país, mas sobretudo por profissionais mais ou menos organizados, alguns pertencendo a grupos de criminosos que exploravam estes imigrantes através da prática de extorsão.

Peixoto (2002) considera que este vasto fluxo migratório, aliado ao facto de o país de destino e os países de origem não terem qualquer ligação histórica, económica ou cultural entre si, despoletou a existência destas redes de tráfico ou *smuggling*¹⁶ com o propósito de gerir o processo migratório.

Um estudo de Matias (2004, cit. por Rodrigues, 2010) refere que estas redes atuavam no país de origem sob a forma de agências de viagens ou pessoas individuais e disponibilizavam pacotes nos quais estavam incluídos vistos turísticos, como ponte para a entrada no mercado de trabalho nos países do Espaço Schengen (sobretudo na área da construção civil). Estaria também incluído o transporte, que seria por autocarro, e o acesso a uma rede de contactos no país de destino. Esta viagem serviria, segundo o mesmo autor, como forma de controlo por parte destas redes, acarretando diversos riscos, como a usurpação de dinheiro e dos documentos.

¹⁶ Segundo a ONU (2000), *smuggling* ou tráfico ilegal de pessoas consiste em facilitar da entrada ilegal de uma pessoa num Estado do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanente com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material.

Esta matéria foi legislada pelas Nações Unidas através da realização de dois protocolos: o Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças o Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea.

Os vários estudos realizados em Portugal indicam que, no geral, os imigrantes de leste se sentem bem recebidos e muito satisfeitos com o acolhimento que lhes é prestado, sendo que a maioria refere não sentir discriminação no local de trabalho, apesar de relatarem algumas experiências negativas pontuais com patrões e colegas portugueses (Hespanha et al., 2002; Baganha et al., 2003, cit. por Sousa e Alarcão, 2007).

De facto, os estudos acerca do racismo no contexto europeu têm salientado que o preconceito “se expressa predominantemente através de manifestações subtis, nomeadamente pela negação de características positivas aos membros desses grupos [minoritários] em vez da atribuição de características negativas” (cf., por ex., Vala, Brito e Lopes, 1999, cit. por Valentim, 2010, p. 70).

No estudo de Dionísio (2007), quando foi solicitado aos entrevistados para compararem as relações portugueses/imigrantes de Leste e portugueses/outras comunidades, as afirmações foram bastante uniformes, tendo um dos entrevistados (representante da escola de russo MIR) relatado:

“Acho que somos melhor tratados. Alguns pais dos meninos lá da escola [russa] dizem que os filhos não são discriminados pelos colegas portugueses na escola [portuguesa], ao contrário do que fazem aos colegas africanos” (p. 197).

De acordo com Brigeiro (2006) a comunicação social e os média também desempenham um importante papel na integração social e cultural dos imigrantes:

Nalguns casos, a comunicação social pode perpetuar estereótipos negativos. Por vezes, desempenha um papel chave na luta pela igualdade de direitos, ao expor o racismo e a discriminação e espelhando as desigualdades. A comunicação social, na sua qualidade de fornecedora de atividades culturais e artísticas – televisão, rádio, editores de música – também poderá contribuir para a maneira como os imigrantes venham ou não a participar na evolução cultural da sociedade onde vivem (p. 103).

3. Redes de suporte existentes em Portugal

As redes migratórias, do ponto de vista social, representam “um conjunto de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos” (Portes, 1999, p. 12).

As redes sociais constituem uma importante base de apoio, pois conferem suporte funcional e emocional e possibilitam crescimento, contribuindo para a capacidade de

adaptação da pessoa em situações de crise e para a manutenção da sua saúde física e mental (Sluzki, 1996, cit. por Sousa e Alarcão, 2007).

O conhecimento das redes sociais pessoais ganha particular importância em relação aos imigrantes de países de leste, uma vez que estes representam a mais recente vaga de imigração em Portugal, apresentando particularidades relativamente aos outros principais núcleos de imigrantes (africanos e brasileiros): o português não é a sua língua materna, apresentam qualificações académicas e profissionais superiores e não se têm concentrado nas principais zonas urbanas (Hespanha et al., 2002; Lages e Policarpo, 2002; Rocha-Trindade, 2003, cit. por Sousa e Alarcão, 2007, p. 172).

Os dados do estudo realizado por Sousa e Alarcão (2007) concluem

Que os imigrantes de leste em Portugal incluem portugueses nas suas redes sociais pessoais embora sejam essencialmente técnicos e colegas de trabalho (...) O alargamento da rede a elementos do país de acolhimento pode permitir trocas sociais, culturais e pessoais, que poderão ajudar os imigrantes a melhorar a nova cultura, facilitando o processo de integração (p. 189).

As associações de imigrantes podem desempenhar um papel muito importante no acolhimento e integração dos ucranianos.

Estas associações têm cinco funções essenciais: ajudam a vencer o isolamento social, afirmam os valores e as crenças do grupo, proporcionam um apoio assistencial aos membros do grupo, agem na defesa dos interesses do grupo e na resolução de conflitos com a sociedade recetora e permitem a prática de aspetos ou atitudes da sociedade de acolhimento num ambiente étnico, funcionando de certo modo como escolas de treino para a futura participação na nova sociedade onde estão inseridos (John Rex apud Moren-Alegret, 2002; Schrover, 2003; cit. por Pires, 2004, p. 8).

Existem essencialmente dois tipos de organizações de imigrantes: as associações que são criadas *para* os imigrantes e as associações criadas *por* imigrantes, que constituem, de acordo com Rocha-Trindade (1996, p. 213), “formas organizadas de ação coletiva empenhadas, primordialmente, na defesa dos interesses dos migrantes e sua representação, junto dos poderes decisórios e na preservação das respetivas culturas de origem”.

O Regime Jurídico das Associações de Imigrantes, presente na Lei n.º 115/99, de 3 de agosto¹⁷, define estas associações como sendo dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, regional ou local, e que inscrevem nos seus estatutos

¹⁷ Fonte: Diário da República, 1ª Série A – N.º 179, de 3 de agosto de 1999, consultado em maio, 2013 em <http://www.dre.pt/pdf1s/1999/08/179A00/50055007.pdf>

o objetivo de proteger os direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal.

Os seus principais objetivos são:

- a) Defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descendentes em tudo quanto respeite à sua valorização, de modo a permitir a sua plena integração e inserção;
- b) Desenvolver ações de apoio aos imigrantes e seus descendentes visando a melhoria das suas condições de vida;
- c) Promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades de imigrantes ou dos seus descendentes como elemento fundamental da sociedade em que se inserem;
- d) Propor ações necessárias à prevenção ou cessação de atos ou omissões de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial;
- e) Estabelecer intercâmbios com associações congéneres estrangeiras ou promover ações comuns de informação ou formação.

Na primeira fase de estabelecimento dos imigrantes de Leste europeu em Portugal, estes e as suas Associações, procuraram os organismos nacionais que os pudessem apoiar nas suas diversas necessidades, tendo estas instituições, face ao inicial desconhecimento da comunidade, adotado uma postura de total abertura, sendo contudo esta relação prejudicada pela desconfiança da gratuidade do ato (Dionísio, 2007):

“Muitos destes imigrantes inicialmente desconfiavam das nossas intenções. Como havia aquele clima de fundo ligado à máfia, parecia que temiam recorrer a nós, sempre com medo que no fim lhes pedíssemos alguma coisa em troca ou que ficassem a nós vinculados de alguma forma (JRS¹⁸) ” (p. 220).

Um estudo de Pires (2002, cit. por Rodrigues, 2010) conclui que o aspeto cultural é o que menos visibilidade tem nas associações de imigrantes, sendo os seus principais objetivos a resolução de problemas imediatos, como sejam os aspetos socioeconómicos (habitação, trabalho, saúde), o apoio na aprendizagem da língua portuguesa e nos processos de legalização (reconhecimento de diplomas, cartas de condução, certidões do estado civil e processos de reagrupamento profissional).

¹⁸ Entrevista realizada pela autora do estudo ao representante do Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS – Jesuit Refugee Service), organização humanitária internacional presente em Portugal desde 1992.

As principais Associações de Imigrantes do Leste Europeu atualmente reconhecidas pelo ACIDI¹⁹ são as seguintes:

- Associação dos Ucranianos em Portugal
- CAPELA - Centro de Apoio à População Emigrante de Leste Europeu e Amigos
- EDINSTVO - Associação dos Imigrantes dos Países do Leste.

Destas, pela temática do presente estudo, destacamos a Associação dos Ucranianos em Portugal, que tem sede em Lisboa, mas dispõe de delegações em todo o país. Segundo os seus estatutos²⁰, é uma associação constituída por imigrantes, sem fins lucrativos, a nível nacional, criada nos princípios voluntários, de acordo com a legislação portuguesa.

De acordo com um estudo realizado por Dionísio (2007), em que foram entrevistados os representantes de várias associações de imigrantes de Leste sediadas no Concelho de Lisboa, todos afirmam aceitar como associado qualquer pessoa independentemente da sua nacionalidade, desde que fale português ou a língua da comunidade que representam. Porém, a Associação dos Ucranianos em Portugal manifestou preferência por associados ucranianos:

“Toda a gente pode, mas é melhor que sejam ucranianos, porque são as pessoas que podemos representar. Não sabemos os problemas dos outros” (p. 193).

Estas associações desempenham um papel muito importante enquanto rede de suporte para estes imigrantes, sendo que existem outras redes importantes, como por exemplo a igreja.

A maioria dos ucranianos professa a religião Ortodoxa e, devido ao grande número de imigrantes praticantes no nosso país, esta religião institucionalizou-se e tem ganho bastante representatividade.

Também a literatura considera que a religiosidade tem um papel muito presente na vida dos ucranianos. Cruz (2007, pp. 15-16, cit. por Sousa, 2006) refere que:

A religiosidade é uma das características básicas do povo ucraniano, além de virtudes, como a lealdade, o amor a terra e ao trabalho, tornando-se um sentimento profundamente arraigado, mantendo sua religião tradicional. Por toda a parte que imigraram, conservaram intactos seus rituais (seguem o rito oriental), bem aceites pela Igreja Católica. (...) Os

¹⁹ Fonte: Listagem elaborada pelo Observatório da Imigração do ACIDI, consultada em julho, 2013 em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=9>

²⁰ Fonte: Estatuto da Associação dos Ucranianos em Portugal, sítio da Associação, consultado em maio, 2013 em <http://spilka.pt/pt/estatuto>

imigrantes ucranianos transplantaram o rito oriental para os locais de imigração, conservando-o em todas as suas particularidades.

Em 14 de setembro de 2006, o Estado Português reconheceu à Igreja Católica Ortodoxa de Portugal, o carácter de confissão religiosa, como Igreja Ortodoxa Nacional²¹.

A Igreja Ortodoxa Russa²² encontra-se disseminada de norte a sul do país, dispondo de várias paróquias, em que se celebram regularmente missas, tendo grande visibilidade sobretudo na Páscoa (data mais importante para os Ortodoxos) e no Natal, que é celebrado a 7 de janeiro, uma vez que é seguido o Calendário Juliano (criado em 46 a.C.). Estas celebrações congregam um grande número de imigrantes de leste, sobretudo de nacionalidade russa e ucraniana.

²¹ Fonte: Igreja Ortodoxa de Portugal, consultado em julho, 2013 em <http://www.igrejaortodoxa.pt>

²² Fonte: Igreja Ortodoxa Russa, consultado em julho, 2013 em <http://www.orthodoxportugal.org>

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 4 – Problemática do Estudo e Metodologia

Capítulo 5 – Apresentação e Discussão dos Resultados

Capítulo 6 – Conclusão

Capítulo 4 - Problemática do Estudo e Metodologia

1. Objeto de Investigação

1.1. Enquadramento da Investigação

O facto de não existirem estudos que permitam compreender a relação entre a integração dos imigrantes ucranianos e a educação de adultos foi o principal motivo que levou ao desenvolvimento desta investigação.

Deste modo, os objetivos principais deste estudo são:

- Compreender como os imigrantes ucranianos percecionam o acolhimento no nosso país e como veem a sociedade portuguesa;
- Perceber se o processo educativo para adultos que estes imigrantes frequentaram contribuiu para a sua inclusão social, a partir da sua perspetiva;
- Entender, sob o ponto de vista dos imigrantes ucranianos, quais os principais fatores que interferiram (positiva ou negativamente) no seu processo de integração.

Este estudo reveste-se assim de um carácter exploratório, uma vez que, de acordo com Gil (1995), esta pesquisa é realizada quando o tema escolhido é pouco explorado, podendo a investigação exploratória ser a primeira etapa de estudos posteriores.

Neste sentido optou-se por realizar inicialmente uma pesquisa bibliográfica e estatística que permitisse perceber a forma como estes imigrantes estão integrados no nosso país, recorrendo não só aos dados sociodemográficos mas também aos diversos estudos que ao longo destes anos de permanência dos ucranianos em Portugal têm vindo a ser desenvolvidos em diversas áreas, como a sociologia e a psicologia social (Pires, 2004; Sousa, 2006; Sousa e Alarcão, 2007; Mendes, 2009), a geografia (Silva, 2010) e a economia e política (Dionísio, 2007).

Posteriormente procurou-se realizar um estudo empírico, que permitisse recolher os testemunhos destes imigrantes, e que fosse de encontro aos objetivos inicialmente traçados, sendo os procedimentos inerentes a essa investigação expostos em seguida.

1.2. Questões de Investigação

As questões de investigação são relevantes para orientar o investigador, permitindo ainda a coordenação dos resultados obtidos.

Talbot (1995, cit. por Fortin, 1999, p.101) refere que “as questões de investigação são as premissas sobre as quais se apoiam os resultados de investigação”.

Para Sousa e Sousa (2011, p. 2), as questões de investigação representam o ponto de partida para qualquer estudo, portanto devem ser corretamente elaboradas:

São os guias que orientam o tipo de informação necessária, como a recolha de informação deve ser feita e define a abrangência do corpus de dados para a resolução de um problema. Estas questões também são fundamentais na análise da informação recolhida ou construída (...) mantendo assim o rumo para as conclusões e respostas possíveis.

As questões de investigação do presente estudo foram definidas em função dos objetivos inicialmente propostos, sendo as seguintes:

Q1: Qual a perceção que os imigrantes ucranianos têm da sociedade portuguesa enquanto país de acolhimento?

Q2: De que forma os imigrantes ucranianos percecionam a frequência de processos de educação e formação de adultos como um processo facilitador da sua integração?

Q3: Do ponto de vista dos imigrantes ucranianos, que outros fatores influenciaram o seu processo de integração em Portugal?

1.3. Justificação do Estudo

De acordo com as políticas europeias de integração de imigrantes, torna-se pertinente estudar e conhecer mais aprofundadamente como estas se processam em Portugal, particularmente no que à população ucraniana diz respeito, uma vez que esta se tem afirmado como uma das principais comunidades de estrangeiros residentes em Portugal.

Pretende-se que esta investigação se constitua como mais um elemento que permita aprofundar os conhecimentos sobre este fenómeno, sobretudo pelo facto de ter centrado o seu âmbito de estudo sobre a educação de adultos, aspeto que não tem sido analisado como fator de integração desta população específica.

2. Metodologia

2.1. Plano de Investigação

McMillan e Schumacher (1989, cit. por Lima et al, 2007) referem que um plano de investigação descreve os procedimentos realizados pelo investigador no que concerne à escolha dos sujeitos, ao local de estudo e ao tipo de recolha de dados, de forma a responder aos problemas que justificaram o trabalho.

Segundo estes autores a escolha de um determinado plano é uma parte essencial de todo o processo de investigação, uma vez que pode colocar algumas limitações e alguns cuidados na interpretação e análise dos resultados.

Tendo em conta a natureza do problema apresentado, assim como os objetivos formulados, tornou-se necessário compreender a perceção que os imigrantes ucranianos têm da frequência de um curso de educação e formação de adultos em Portugal e como este facilitou a sua integração social, bem como perceber quais os outros fatores que contribuíram para facilitar esse processo.

Para o efeito optou-se por realizar uma investigação qualitativa, uma vez que a preocupação essencial deste estudo não é generalizar os resultados, mas sim compreender, do ponto de vista dos participantes, como se processa a sua integração e quais os fatores mais influentes na mesma.

Denzin e Lincoln (2003, cit. por Amado, 1999) definem investigação qualitativa:

Uma atividade situada que coloca o observador no mundo. Consiste num conjunto de prática interpretativas e materiais que dão visibilidade ao mundo. Estas práticas transformam o mundo. Elas transfiguram-no numa série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes para o próprio investigador. Neste nível, a pesquisa qualitativa implica uma abordagem naturalista, interpretativa, do mundo. Isto significa que pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando dar sentido ou interpretar os fenómenos em termos dos significados que as pessoas lhes conferem (p. 26).

Burawoy (1998) considera que aos métodos qualitativos estão inerentes a intersubjetividade entre o investigador e os participantes do estudo, bem como a incursão no mundo vivido das pessoas a estudar, integrando também a relação entre os processos internos e as forças externas.

Tendo em consideração a problemática em estudo e a sua abordagem de cariz qualitativo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas a “um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade não se coloca, no sentido estatístico do termo” (Albarelo et al., 1997, p.103).

Paulilo (1999, p.137, cit. por Silva et al., 2007) refere que:

A pesquisa qualitativa não tem (...) a pretensão de ser representativa no que diz respeito ao aspeto distributivo do fenómeno e se alguma possibilidade de generalização advier da análise realizada, ela somente poderá ser vista e entendida dentro das linhas de demarcação do vasto território das possibilidades.

Dessa maneira, entende-se a metodologia como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, que indaga e questiona acerca dos seus limites e das suas possibilidades.

A pesquisa qualitativa baseia-se em várias abordagens teóricas resultantes de diferentes linhas de desenvolvimento e considera a subjetividade dos pesquisadores e sujeitos estudados parte integrante do processo investigativo. As reflexões, observações, impressões e sentimentos dos pesquisadores tornam-se dados, constituindo parte da interpretação (Flick, 2004).

2.2. Participantes

Os participantes deste estudo são indivíduos com nacionalidade ucraniana, em situação legal no nosso país, de ambos os sexos, sendo contempladas pessoas com idades compreendidas na faixa etária dos 25 aos 54 anos (população adulta em idade ativa) e que concluíram com aproveitamento um curso de educação e formação de adultos no âmbito da *Iniciativa Novas Oportunidades* (entre os anos de 2006 e 2012).

No presente estudo foram realizadas seis entrevistas: uma no distrito de Aveiro, duas no distrito de Coimbra, uma no distrito de Leiria e duas no distrito de Faro. Foram entrevistadas quatro mulheres e dois homens, tendo o participante mais novo 33 anos e o mais velho 49 anos de idade.

Relativamente à sua proveniência, a maioria habitava em Kiev, a capital da Ucrânia, sendo os restantes oriundos das cidades de Lviv e de Ternopil.

No início do próximo capítulo (Capítulo 5 – Apresentação e Discussão dos Resultados) será apresentado um quadro síntese com alguns dados sociodemográficos dos participantes, para que seja possível, com base na sua breve caracterização, realizar uma melhor interpretação dos resultados obtidos.

2.3. Instrumentos de recolha de dados

2.3.1. Processo de recolha de dados

De acordo com Aires (2011, p. 29) “a entrevista implica sempre um processo de comunicação em que ambos atores (entrevistador e entrevistado) podem influenciar-se mutuamente, seja consciente ou inconscientemente”. Desta forma, e para minimizar esta inerente subjetividade, o processo de recolha de dados deverá ser o mais fidedigno possível.

Como meio de garantir a fidelidade interna do estudo²³, os dados foram recolhidos sob a forma de gravação sonora (com autorização dos participantes), sendo posteriormente as entrevistas transcritas, com o apoio de notas tiradas após cada entrevista, e que permitiram captar aspetos relativos à comunicação não-verbal (posturas, expressões, olhares, entre outros elementos).

A entrevista não se resume a uma gravação. Ninguém se conta a um gravador, mas a alguém. O entrevistador é esse alguém que se faz eco de uma gargalhada ou de um soluço, alguém que reage”. Este contacto entre o investigador e o participante reflete “uma relação interpessoal onde ressaltam expressões não-verbais, silêncios, palavras que se dizem com mais intensidade ou, pelo contrário, se sussurram quase a medo (Lalanda, 1998, p. 881).

De forma a garantir o respeito pelo anonimato e privacidade dos participantes e a obter dos mesmos um consentimento informado sobre os objetivos do estudo e o tratamento de dados inerentes à prossecução do mesmo, antes da realização de cada entrevista foi lida e assinada uma autorização²⁴.

Os dados recolhidos têm obrigatoriamente que ir de encontro ao que foi referido pelos participantes, e a interpretação que foi feita dos mesmos procurou sempre traduzir a realidade transmitida (Ferreira e Carmo, 1998).

²³ Conforme referem as autoras McMillan e Schumacher (1989, p. 190 cit. por Vieira, 1999).

²⁴ Conforme consta no Anexo C: Autorização dos participantes.

No que diz respeito ao trabalho de campo, as entrevistas foram realizadas entre os meses de dezembro de 2012 e julho de 2013.

2.3.2. Entrevistas semiestruturadas

“A entrevista é um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos.” (Amado, 2009, p. 181).

Numa entrevista semiestruturada, o investigador dispõe de um plano prévio, um guião onde constam as questões orientadoras, numa ordem lógica para o entrevistador, com base na informação que se pretende obter, existindo uma grande liberdade de resposta para o entrevistado. Nem todas as questões são colocadas pela ordem estipulada previamente, e o investigador dispõe de perguntas de aferição ou de recurso que poderá colocar ao entrevistado, com vista à obtenção da informação necessária para o seu estudo (Amado, 2009; Quivy e Campenhoudt, 1998).

O guião da entrevista²⁵ utilizado para o presente estudo foi inicialmente elaborado tendo por base os objetivos traçados para a investigação e as respetivas questões.

Posteriormente foi realizado um pré-teste ao guião, tendo sido entrevistada uma pessoa com o perfil definido para os participantes, em termos de idade e de conclusão de um curso de educação e formação de adultos.

Após a realização desta entrevista, e de acordo com as sugestões dadas pela entrevistada, foram realizadas umas pequenas alterações, tendo daí resultado a versão final do guião.

Na condução das entrevistas, para além de terem sido transmitidos os aspetos relacionados com a confidencialidade e imparcialidade do estudo, já mencionados, o investigador indicou claramente as razões da entrevista e o seu enquadramento.

Procurou-se também criar uma atmosfera favorável, sendo que ao existir alguma questão suscitadora de “uma resposta incompleta ou obscura, o entrevistador (...) [tentou alcançar] uma resposta mais completa sendo imparcial” (Gil, 1999).

²⁵ O guião encontra-se no Anexo B: Guião da Entrevista

Por outro lado, os entrevistados foram alertados no início de cada entrevista que poderiam optar por não responder às questões que quisessem, caso não se sentissem à vontade, o que acabou por acontecer, embora numa frequência reduzida.

As entrevistas tiveram uma duração variada (Quadro 1), estendendo-se a mais longa por cerca de uma hora e a mais curta tendo apenas decorrido em vinte minutos, o que se pode explicar não só por o fator supramencionado mas também por alguma dificuldade no domínio da língua portuguesa.

A duração média das entrevistas foi de quarenta e cinco minutos.

Todas as entrevistas foram realizadas em locais públicos da área de residência dos participantes (quatro entrevistas em cafés e duas em centros comerciais).

Quadro 1 – Duração das entrevistas

Designação do participante	Duração da entrevista
E1	1:02:23
E2	0:57:04
E3	0:35:39
E4	0:19:23
E5	0:43:19
E6	0:56:41

Após a transcrição integral das entrevistas foi realizada, de acordo com os propósitos do estudo, uma análise de conteúdo, que passamos seguidamente a expor.

2.4. Análise de conteúdo das entrevistas

De acordo com Krippendorff (1980, cit. por Vala, 2006, p. 103), a análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que permite fazer inferências²⁶, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto.”

²⁶ Segundo Bardin (1979, cit. por Vala, 1986) a inferência permite “a passagem da descrição à interpretação, enquanto atribuição de sentido às características do material que foram levantadas, enumeradas e organizadas” (pp. 103-104). De acordo com Vala (1986), a finalidade da análise de

A análise de conteúdo em investigação qualitativa consiste em agrupar as variáveis em estudo de uma forma intensiva, assente na análise de informações complexas e pormenorizadas, e tendo por base a presença/ausência de uma característica ou elemento do discurso (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Desta forma, entende-se que a análise de conteúdo é um processo sequencial, em que após a definição dos objetivos e o estabelecimento de um quadro teórico de referência, se definem os documentos válidos para análise, o designado *corpus* documental que, nesta investigação, corresponde às entrevistas realizadas aos imigrantes ucranianos que constituem o leque dos participantes.

Vala (1986, p. 108) considera que, para se proceder a uma análise de conteúdo de uma entrevista ou outro material, deve o investigador formular algumas questões, como sejam:

- *Com que frequência ocorrem determinados objetos (o que acontece e o que é importante);*
- *Quais as características ou atributos que são associados aos diferentes objetos (o que é avaliado e como);*
- *Qual a associação ou dissociação entre os objetos (a estrutura de relações entre os objetos).*

No presente estudo foi realizada uma análise de conteúdo das entrevistas através de grelhas temáticas.

As categorias presentes nas grelhas de análise de conteúdo que surgiram no decorrer da investigação regem-se pelas regras de exaustividade, exclusividade, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade (Amado, 2000).

Com base nas seis entrevistas realizadas e respetivo guião, bem como partindo dos objetivos do estudo, decorreram das respostas dos participantes, quatro temáticas principais:

- A decisão de emigrar e a relação com o país de origem;
- O processo de integração económica e social em Portugal;
- A Educação e Formação de Adultos como fator facilitador do processo de integração;

conteúdo é realizar inferências sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas, sob uma lógica explicitada.

— A condição de imigrante e a sociedade de acolhimento.

Cruzando estes temas com as questões de investigação, foram construídos os quatro blocos temáticos, com o objetivo de perceber, de uma forma concreta, como estes aspetos se interligam e se cruzam no percurso de cada um destes imigrantes, afirmando-se como fatores determinantes para a sua integração em Portugal, condicionando a sua permanência e afetando a decisão de ficar ou de abandonar o país.

Esta categorização é extremamente importante para a investigação, pois permite tratar os dados em bruto agrupando-os em unidades, o que permite perceber, de uma forma sistemática, as características mais relevantes deste conteúdo. Bardin (1995, cit. por Tiago, 2006) considera que o investigador deve delimitar as unidades de registo que correspondem ao segmento mínimo do conteúdo, colocando-o numa categoria (traduzida por palavras ou temas) e as unidades de contexto ou indicadores que são segmentos mais longos do conteúdo (frases registadas).

Dentro de cada um destes temas serão apresentados e discutidos os aspetos que nos parecem mais pertinentes para o estudo, tendo-se definido em cada um deles diversas categorias e subcategorias, que por via da análise do conteúdo das entrevistas, serão preenchidas com citações relevantes dos entrevistados. Nestes quadros, e como forma de garantir o rigor científico desta análise, serão apresentados os resultados obtidos através das principais evocações em cada categoria ou subcategoria.

De referir que as matrizes de análise de conteúdo se encontram completas em anexo ao presente estudo (Anexo D).

No capítulo seguinte (Capítulo 5 – Apresentação e Discussão dos Resultados) serão expostas as tabelas e discutidos os resultados obtidos em cada um dos temas.

Capítulo 5 – Apresentação e Discussão dos Resultados

1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

Na realização das entrevistas, e após assinatura dos consentimentos e explicação do enquadramento do estudo, contemplou-se no guião uma parte inicial dedicada à caracterização sociodemográfica destes imigrantes, cuja informação está presente na secção “Participantes” do capítulo anterior²⁷.

No que diz respeito ao estado civil, cinco dos seis imigrantes entrevistados são casados com uma pessoa de nacionalidade ucraniana, vivendo ambos em Portugal. No caso de uma participante, encontra-se atualmente a viver maritalmente com um cidadão português.

Existe um participante sem filhos, tendo os outros participantes um filho (um participante), dois filhos (dois participantes), três filhos (um participante) e quatro filhos (um participante).

À exceção dos filhos com idade superior a 18 anos, todos os restantes estão a viver em Portugal por via do reagrupamento familiar, tendo inclusivamente algumas destas crianças já nascido em Portugal.

Conforme referido no capítulo anterior (*vide* secção “Participantes”), todos estes imigrantes residiam em cidades ucranianas, sendo que muito deles afirmaram que já tinham experienciado migrações internas, por motivos familiares ou para estudar/trabalhar, migrando de aldeias nas periferias para os centros das grandes cidades.

No próximo ponto, procuraremos expor os quatro temas estipulados na análise de conteúdo e respetivas categorias.

²⁷ Como forma de proteger a identidade dos imigrantes entrevistados, o investigador optou por não revelar na presente caracterização sociodemográfica mais nenhuns dados, como sejam o local de origem ou de residência em Portugal, pois poderiam pôr em causa o compromisso de confidencialidade firmado com todos os participantes nesta investigação.

2. Apresentação da categorização dos temas

Na realização de qualquer estudo, cabe ao investigador tratar os dados recolhidos de forma a extrair destes, à luz da sua investigação, os significados que lhe permitam ir de encontro aos objetivos delineados.

“A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva” (Martins, 2004, p. 292).

No seguimento do guião elaborado e com base na recolha de dados efetuada aquando as entrevistas com os participantes, optou-se, como modo de facilitar a interpretação e a análise desses mesmos dados, por proceder à sua estruturação temática, como ora se apresenta.

2.1. Tema I – A decisão de emigrar e a relação com o país de origem

O primeiro ponto a analisar no âmbito do presente estudo prende-se com a necessidade de compreender quais os principais motivos que levaram estes imigrantes a abandonar o seu país (fatores externos e internos), bem como entender, de acordo com os seus pontos de vista, como se processaram estas migrações, quais os intervenientes neste processo (redes de apoio à emigração) e como se sentiram na chegada ao seu destino.

Foram estipuladas assim três categorias principais (Quadro 2).

A primeira diz respeito aos fatores externos e situacionais, que se prendem com as características do seu país de origem (a Ucrânia) e que, na perspetiva dos participantes, poderão ter sido determinantes para a sua saída. Destes destacamos a situação económica e política, bem como fatores sociais e culturais que poderão ter potenciado a sua decisão ou condicionado a sua opinião acerca do país de destino.

Com base nos relatos dos participantes procura-se em seguida compreender quais os aspetos internos e do foro pessoal que, segundo as suas perspetivas, poderão ter-se constituído como motivos importantes no processo decisório, nomeadamente a situação profissional e familiar.

A última categoria refere-se às perceções que os participantes têm acerca do seu processo migratório, quem os auxiliou na viagem e como estes imigrantes se sentiram à chegada.

Quadro 2 – Grelha analítica do tema I: A decisão de emigrar e a relação com o país de origem

Tema I – A decisão de emigrar e a relação com o país de origem	
Categorias	Subcategorias
1. Características do país de origem	1.1. Contexto económico
	1.2. Contexto político
	1.3. Contexto sociocultural
2. Âmbito pessoal	2.1. Situação profissional na Ucrânia
	2.2. Situação familiar
3. Processo migratório	3.1. Redes de apoio à emigração
	3.2. Viagem e deslocação
	3.3. Chegada ao destino

2.2. Tema II – O processo de integração económica e social em Portugal

O segundo tema constituído para a análise de conteúdo prende-se com o processo de integração destes imigrantes em Portugal.

Procurámos analisar este tema sob dois pontos de vista: a integração económica e a integração social, que definimos como as duas categorias presentes neste segundo assunto (Quadro 3).

No que concerne à categoria integração económica, e de acordo com a fundamentação teórica realizada acerca deste processo, agregaram-se testemunhos que refletissem as suas perceções destes imigrantes acerca de aspetos como a legalização, a aprendizagem da língua do país de acolhimento (neste caso o português), por se constituir como um mecanismo de facilitação no aspeto laboral, como se realizou a sua inserção no mercado de trabalho e qual a sua situação profissional em Portugal (em contraponto com a situação anterior na Ucrânia²⁸).

²⁸ Analisada no Tema I, categoria 2.

O aspeto integração social reflete a perceção dos participantes acerca das redes sociais que constituíram em Portugal, sejam elas com outros imigrantes ou com portugueses, no âmbito associativo, político ou religioso, e também com a situação familiar atual, em matéria de novas afiliações ou de reagrupamento familiar entretanto realizado.

Neste contexto dá-se relevância não só ao papel dos cônjuges como também dos filhos e outros familiares, e como estes contribuem (ou não) para a sua permanência em Portugal.

Quadro 3 – Grelha analítica do tema II: O processo de integração económica e social em Portugal

Tema II – O processo de integração económica e social em Portugal		
Categorias	Subcategorias	
1. Integração económica	1.1. Legalização	
	1.2. Aprendizagem do português	
	1.3. Inserção no mercado de trabalho	
	1.4. Situação profissional em Portugal	
2. Integração social	2.1. Redes sociais em Portugal	Movimentos associativos
		Política
		Religião
	2.2. Família/ Reagrupamento familiar	

2.3. Tema III – A Educação e Formação de Adultos como fator facilitador do processo de integração

O terceiro ponto em análise trata do papel dos percursos de Educação e Formação de Adultos frequentados por estes imigrantes na sua integração (Quadro 4).

Nesta temática é importante verificar não apenas como os participantes encaram as funções da formação no aspeto pessoal (como mecanismo facilitador da sua integração e promotor de desenvolvimento e aquisição de conhecimentos), mas também como avaliam a formação, no aspeto formal do curso e ainda, para além disso e mais importante, como veem o contributo destes cursos EFA para a sua vida profissional (em Portugal).

Neste campo é importante, de acordo com os objetivos do estudo, compreender, do ponto de vista destes imigrantes, como avaliam os percursos educativos que frequentaram e perceber se, dos seus pontos de vista, se esta frequência facilitou ou não a sua integração em Portugal.

Quadro 4 – Grelha analítica do tema III: A Educação e Formação de Adultos como fator facilitador do processo de integração

Tema III – A Educação e Formação de Adultos como fator facilitador do processo de integração	
Categorias	Subcategorias
1. Funções do curso	1.1. Aquisição de conhecimentos
	1.2. Integração social
	1.3. Desenvolvimento pessoal
2. Avaliação do curso	2.1. Sugestões/Críticas
	2.2. Resultados profissionais

2.4. Tema IV – A condição de imigrante e a sociedade de acolhimento

O quarto e último tema representa as perceções dos participantes acerca da sua condição de imigrantes em Portugal e como estes veem a sociedade de acolhimento.

Procurou-se tratar esta temática constituindo três categorias (Quadro 5).

A primeira categoria reflete a forma como estes imigrantes se sentem em Portugal, como consideram que os imigrantes de Leste são tratados pela sociedade portuguesa e se sentem que foram ou ainda são vítimas de discriminação ou xenofobia²⁹. Integra

²⁹ No âmbito do presente estudo optou-se por adotar as definições estipuladas pela Rede Europeia das Migrações (2012), que considera que:

- A discriminação direta “ocorre no caso de uma pessoa ser alvo de um tratamento mais desfavorável do que outra, em situação comparável, devido à sua origem étnica ou racial” (p. 93).
- Já a discriminação indireta consiste numa “disposição, critério ou prática, aparentemente neutra, que coloca pessoas de um grupo étnico ou racial em particular desvantagem, se comparadas com outras, exceto se tal disposição, critério ou prática for objetivamente justificada por um objetivo legítimo e os meios para o atingir sejam apropriados e necessários” (p. 94).
- A xenofobia traduz-se em “atitudes, preconceitos e comportamentos que rejeitam, excluem e, muitas vezes, difamam pessoas, com base na perceção de que eles são ou estrangeiros ou estranhos à comunidade, à sociedade ou à identidade nacional” (p. 335).

também testemunhos dos participantes em que referem que são melhor ou pior vistos pela sociedade portuguesa, em comparação com outros grupos de imigrantes.

A segunda categoria pretende agregar os testemunhos dos participantes acerca da sociedade portuguesa, ao nível das pessoas e das instituições.

A terceira categoria corresponde à percepção da ligação que se mantém ainda entre estes imigrantes e a Ucrânia e se pretendem regressar definitivamente ao seu país.

Quadro 5 – Grelha analítica do tema IV: A condição de imigrante e a sociedade de acolhimento

Tema IV – A condição de imigrante e a sociedade de acolhimento	
Categorias	Subcategorias
1. Condição de imigrante em Portugal	1.1. Portugal como país de acolhimento
	1.2. Os imigrantes de Leste em Portugal
	1.3. Discriminação/xenofobia
2. A sociedade portuguesa	2.1. Perspetiva sobre os portugueses
	2.2. O sistema institucional
3. Ligação à Ucrânia	3.1. Redes existentes no país
	3.2. Possibilidade de regresso

3. Análise e discussão dos resultados

No âmbito da análise e discussão dos resultados pretende-se equacionar os dados obtidos face às questões de investigação formuladas para o presente estudo, à luz dos temas definidos e de um modo sequencial, com o propósito de tornar coerente a nossa exposição.

Assim sendo, primeiramente será realizada uma análise pormenorizada sobre os principais fatores pertinentes em cada um dos quatro temas, finalizando o capítulo com os dados retirados desta análise que nos permitem responder, no âmbito dos objetivos traçados, às nossas questões de investigação.

No *Tema I – A decisão de imigrar e a relação com o país de origem*, expõem-se os motivos que, segundo os participantes, os levaram a deixar a Ucrânia rumo a um novo país.

Do ponto de vista da situação económica, embora a maioria dos entrevistados afirmasse estar a trabalhar na sua terra, e inclusivamente não ganhar mal para os padrões ucranianos, o desemprego iminente e o elevado custo de vida face aos vencimentos auferidos, constituiu um dos fatores determinantes para o abandono do seu país:

“Gostava muito de trabalho, o que era é que dinheiro sempre pouco. (...) Lá na Ucrânia vida muito mal, muito mal... Dinheiro não dava para nada...”. (E2)

“Faltava dinheiro, faltava tudo e eu (...) ter que vir para cá. Escolher uma vida melhor”. (E3)

Do ponto de vista das teorias migratórias verifica-se que, para os participantes neste estudo, os baixos salários auferidos na Ucrânia e os altos índices de desemprego funcionaram como mecanismo de repulsão, face à perspectiva de empregabilidade e de melhores salários noutros países da Europa ocidental, onde Portugal se insere.

Também o contexto político influenciou esta decisão, embora a maioria dos participantes hesitasse em abordar esta temática, o que se pode explicar pelo regime repressivo em que viveram:

“Sofri muito na Ucrânia por causa políticas...”. (E2)

“Ah, na Ucrânia está tudo misturado política e... Se for política na Ucrânia bom... (silêncio) não valia a pena vir para cá.” (E3)

“ (...) lá não funcionam as coisas tão bem... mas não queria falar mais nisto. Política... é difícil...” (E6)

Uma das entrevistadas referiu ter tido uma vida política ativa em contexto escolar, durante a sua adolescência, mas conta ter tido alguns problemas para deixar essa atividade:

“ (...) era política. Tive que afastar-me (...) porque não havia vida pessoal, havia só política e eu não aguentei. Tinha 18 anos, pedi autorização do meu pai para sair (...) ... era uma boneca, para onde mandavam ir... (...) Lá na altura era comunismo... (...) tentava sair do país só a mim disseram-me que eu não posso sair do país... tive que [assinar] autorização para não fazer política 15 anos...”. (E1)

Constata-se que, para estes imigrantes, o estímulo laboral foi um dos mais mencionados para a escolha de um percurso migratório, sendo que este motivo é explicado num contexto histórico em que a Ucrânia atravessou uma grave crise política e económica nos anos 90, após a sua independência, agravando a situação de muitos dos seus habitantes.

Os percursos de vida destes seis imigrantes ucranianos refletem esta vaga migratória, pois todos abandonaram a Ucrânia nos primeiros anos do século XXI (dois em 2000, dois em 2001, um em 2003 e um em 2004), uns sozinhos em busca de trabalho e melhores condições de vida e outros mais tarde, por via do reagrupamento familiar.

Também alguns fatores sociais e culturais pesaram na decisão de emigrar, nomeadamente o facto de pessoas das suas redes sociais terem realizado ou quererem realizar um percurso migratório, designadamente tendo Portugal como país de destino, e influenciarem as suas opções:

“... meu marido falou com amigos e decidiram de vir para Portugal...”. (E2)

“Nós já pensava emigrar porque muitas pessoas falava, e... pronto tinha vindo, alguns para Portugal... e como falavam bem Portugal, nós pensava vir.” (E6)

Contudo, a existência de relatos de experiências negativas, sobretudo logo nas primeiras vagas de emigração ucraniana para Portugal, nos anos de 1999 e 2000, sobre as designadas “agências de viagens” e como estas atuavam em Portugal e noutros países, constituíam motivo de receio por parte destes imigrantes, e levantavam-lhes dúvidas sobre o próprio processo migratório, ou o dos seus cônjuges:

“... na altura estava uma bando, é, imigrantes, roubar passaportes, roubar tudo... (...) Não queria vir para cá. Procura trabalho, pessoas trabalhei... e tira dinheiro deles. (...) quando as pessoa não sabem a língua, não sabem nada... não tem passaporte, não tem nada... tiram os passaportes eles trabalham e não paga nada! Tive medo.”. (E4)

Outro fator apontado tinha a ver precisamente com as questões de igualdade de género e de tratamento das mulheres na Ucrânia, que conforme verificámos, é um dos fatores que influenciou a início de um percurso migratório:

“Eu lá nem me sentia mulher (...) foi maltratada! (...) Um pano para usar. Uma cueca para vestir na hora...”. (E1)

Esta entrevistada destaca não só o seu contexto familiar mas considera que, no geral, a sociedade ucraniana não tratava de uma forma igualitária as mulheres, havendo diversas

formas de discriminação e podendo ser a emigração vista como uma fuga a estas situações abusivas e como conquista de uma nova independência que, por via das “agências de viagens” muitas vezes resultava na inserção em redes de tráfico de mulheres para diversos fins de exploração, sobretudo a exploração sexual.

Por último destaca-se a falta de oportunidades, sobretudo para a população mais jovem:

“Nós ainda novos, vinte e poucos anos, para pessoas novas a vida ainda mais difícil...”. (E6)

Quando questionados acerca da sua profissão na Ucrânia, todos os entrevistados referem que estavam a trabalhar na sua área de formação (seja ela de âmbito técnico-profissional ou superior), embora, e como já vimos, as condições relativas a vencimento e regalias laborais não fossem as mais atrativas.

As profissões desempenhadas por estes seis imigrantes ucranianos no seu país eram sobretudo ligadas à tecnologia e à saúde (engenheiro radioeletrónico, auxiliar de ação médica, técnico de informática e técnico de laboratório), sendo um participante músico e outro participante professor de educação física.

De destacar que a maioria dos participantes abordou este tema com naturalidade, à exceção de um dos entrevistados que, quando questionado acerca da sua profissão na Ucrânia, mostrou alguma hesitação em responder.

“ (silêncio) Não quero falar... (suspira) ... Na Ucrânia... Era professora de Educação Física... (risos) ”. (E4)

Como verificámos, a maioria dos imigrantes ucranianos, pelo menos numa fase inicial não conseguem arranjar emprego nas suas áreas profissionais e muitos, como é o caso de alguns dos participantes neste estudo, sentem vergonha pelo facto de terem experienciado, na chegada ao país de acolhimento, uma mobilidade descendente (*downward mobility*³⁰) no seu percurso laboral.

De entre as motivações de foro pessoal para a migração, a situação familiar é um dos motivos apontados pelos participantes como mais determinante neste processo.

As teorias migratórias do ciclo de vida referem que determinados eventos no contexto familiar poderão ser determinantes para iniciar um processo deste âmbito,

³⁰ Vide parte teórica: Rodrigues (2010).

nomeadamente o casamento, o nascimento de filhos ou até uma situação de separação ou divórcio.

No caso dos nossos participantes, destaca-se como principal motivo para emigrar o nascimento de filhos ou a necessidade de prover um melhor nível de vida para a família (Quadro 6).

Quadro 6 – Motivos familiares para emigrar, de acordo com os participantes

Motivos percebidos no contexto familiar	Unidades de Registo	Categoria/Subcategoria
Divórcio	<i>Estava casada, (...) tive acidente, fui atropelada (...) o meu homem abandonou-me...</i>	
Nascimento de filhos / Reagrupamento familiar	<i>Fiquei grávida... (suspira) (...) Ele [marido] veio para Portugal (...) era muito difícil criar lá filha (...) Nasceu a minha filha. (...) Casado. (...) Depois... veio, veio cá... (...) a minha mulher ainda ficou lá... com os meus filhos... (...) (...) marido foi para Portugal (...) (...) dois filhos quase idade para começar estudar... (...) Mas falamos e depois apareceu de ir para Espanha com pessoas de lá... (...) Casámos e... poucos meses depois marido veio para Portugal! (risos) (...) ...Ele falou com essas pessoas e arranjou para vir para Portugal. (...)</i>	Âmbito Pessoal/Situação familiar

Três das participantes emigraram numa fase posterior à dos seus maridos, porque em muitas destas pessoas o medo de deixar o seu país era grande, sendo, no seu entender, mais fácil para os maridos irem primeiro, com o objetivo de arranjar emprego e os meios de subsistência essenciais para poder trazer posteriormente a família, por via do reagrupamento familiar³¹:

³¹ A Rede Europeia das Migrações (2012, p. 275) define como **reagrupamento familiar** o “Estabelecimento de uma relação familiar, através da entrada e residência num Estado-Membro, de acordo com a Diretiva do Conselho 2003/86/CE, de membros da família de um nacional de país terceiro, residente legal nesse Estado-Membro (requerente do reagrupamento familiar/“agrupante”), de modo a preservar a unidade da família, independentemente da relação familiar ter surgido antes ou depois da entrada do agrupante”.

“Ele veio primeiro porque era mais fácil, por ser homem, quero dizer, a pessoa tem sempre medo!”. (E6)

Em relação aos participantes de sexo masculino, ambos referem ter emigrado e deixado na Ucrânia as suas mulheres e filhos.

Uma participante considera o divórcio como razão determinante para o seu processo migratório.

Para estas mulheres e homens, a fase de separação do seu cônjuge e filhos afigurou-se como um período muito difícil das suas vidas:

“Foi período muito complicado da minha vida... (...) Ai, desculpe! (chora) (...) fiquei lá sozinha e tive bebé sem marido perto (...) Foi muito difícil.”. (E2)

“Custava deixar mulher e meninos pequeninos e ir para países longe...”. (E5)

Relativamente ao seu processo migratório, existiram diversos intervenientes no percurso dos seis participantes e seus familiares, desde “agências de viagem” até a amigos e familiares (Quadro 7).

Quadro 7 – Principais intervenientes no processo migratório dos participantes

Intervenientes no processo migratório	Unidades de Registo	Categoria/Subcategoria
“Agência de viagens”	<i>O que é que se passou lá na minha terra: andavam a procurar uma mulher que pode cuidar de um bebé [em Portugal]. E eu aceitei. (...)</i>	Processo migratório/ Redes de apoio à imigração
Cônjuge	<i>(...) arranjou logo trabalho em obra, meu marido (...) ... mas eu não aguentei! (chora) eu teve que vir também. (...) (...) acabámos por esperar de ele [marido] arranjar trabalho e casa e depois eu vim...(...)</i>	
Amigos	<i>(...) amiga de minha esposa. Ela tinha marido aqui em Portugal(...) ela também foi comigo. (...)</i>	
Familiares	<i>[primo] veio 1999, ano antes... (...) comprou, vamos dizer, a uma agência (...). Mas foi tudo bom, pagou mas trataram tudo e pronto, não foi enganado nem nada dessas coisas. Porque você sabe... muitas pessoas esses... era coisas más, mas ele não. Veio para Portugal (...) (...) Eu pensei vir nessa altura (...)</i>	

No que diz respeito à viagem, todos os entrevistados neste estudo utilizaram o autocarro, ou o miniautocarro como meio de transporte. Outros estudos também

indicam que estes se constituem como os meios de transporte privilegiados para estes imigrantes (Marques e Góis, 2010).

Quatro participantes realizaram a viagem na companhia de amigos ou colegas. Um participante realizou a viagem sozinho e outro participante apenas com uma filha pequena, tendo relatado a dificuldade dessa experiência:

“Foi horrível! Vim menina tinha quase dois aninho (...) Sozinha, sozinha! Vim de autocarro, não conhecia pessoas, mas graças a Deus (...) ia lá um casal com filhos, que ele tinha ido buscar, e me ajudaram muito na viagem. Acho que foi uma aventura que tive mas correu no fim tudo bem. Minha menina portou bem e foi bom no fim! (suspira) Você desculpa eu estar assim, mas custou-me muito... (...) foi mau mas foi a melhor coisa que fiz. Se eu ficava lá mais tempo, tinha ficado maluca! (risos) Ai meu Deus!”.
(E2)

Outra participante também relata a realidade de várias mulheres que, por via do reagrupamento familiar, viajavam sozinhas, apenas na companhia dos filhos:

“... veio até com uma mulher de colega meu marido. Ela trazia já dois filhos. Tinha coragem aquela mulher! (...)”. (E6)

Estas viagens foram relatadas como sendo muito difíceis para estas mulheres, pois embora tivessem os cônjuges à espera no destino, o facto de se sujeitarem a elas próprias e aos seus filhos a perigos diversos, aliado a uma nova vida mergulhada nas incertezas de um país e cultura desconhecidas, tornavam esta fase extremamente instável e turbulenta.

Dos seis entrevistados, cinco vieram diretamente para Portugal, tendo apenas um participante tido como destino inicial o nosso país vizinho, a Espanha. Contudo, esta experiência foi muito negativa, tendo levado esta pessoa a procurar um novo destino, Portugal:

“... vim... mas antes estive na Espanha. (...) Veio com amigo, colega de trabalho lá na Ucrânia... mas ele ficou na Espanha... agora já voltou nossa terra... De família eu vim em primeiro, sozinho... quero dizer, vim com colega e amigos lá... eles tinham conhecimento e viemos num autocarro pequeno. Pronto, eu foi primeiro para Espanha, estive lá três meses mas não gostar, arranjou trabalho mas não gostar... depois primo em Portugal chamar eu para cá e vim. (...) não gostava porque era muitas horas no trabalho, era obra, e patrão era muito mau porque eu... nós muitos não sabiam falar nada e nem papéis muito em ordem, tipo SEF, ou assim e eles tratava muito mal. Nem

quase comida e não pagava como tinham dito, por isso eu pensei de vir para Portugal. Falei com (...) primo meu, e ele disse “Vem, há trabalho e casa” e eu fui. Apanhei autocarro com dinheiro que tinham pago e quase não dava! (risos) Fui porque ele tinha dito para... [localidade], e eu comprei. Foi umas nove ou dez horas, mas autocarro tudo muito bom. Assim grande e eu fui sozinho. Não sabia dizer nada porque espanhol não sabia, pronto, era muito pouco que eu soube lá e portugueses também nada, nada”. (E5)

Vários estudos (Dias, 2002; Pereira e Vasconcelos, 2007) mostram que muitos destes imigrantes de Leste que procuraram os países do sul da Europa para se estabelecerem foram vítimas de exploração laboral, estando sujeitos a condições adversas e muito vezes sub-humanas, passando inclusivamente fome e por vezes trabalhando horas excessivas por pouca ou mesmo nenhuma remuneração.

Na entrada em Portugal, os entrevistados que tinham como redes de suporte familiares e amigos tiveram uma chegada apoiada por estes, sentindo contudo algumas dificuldades na adaptação inicial ao país, sobretudo em termos da língua, habitação ou acesso ao emprego.

Contudo, a entrevistada que refere ter recorrido a uma “agência de viagens” refere ter sido enganada, roubada e desprovida de documentos pelos membros da rede que alegadamente a apoiariam em todo o processo migratório:

“Venho com proposta de trabalho garantida só que cheguei aqui enganaram-me. Roubaram-me documentos e tudo e abandonaram-me na rua. (...) [Eram] de lá. Eles tiveram de procurar pessoas com cadastro limpo, burro, para ter documentos limpos. Não sei... para fazer traficância... não sei... traficantes. Só tive sorte em encontrar o meu homem (...) porque eu estava a chorar (...) e ele é que me perguntou “o que é que se passa” e eu falava quase nada português (...) e disse “o passaporte” e estava a chorar, e levou-me a polícia e nós fomos. (...) Tive de denunciar as pessoas (...) que trouxeram-me a primeira vez. (...) Eu tinha medo de início sempre... porque quando roubaram o passaporte já mete medo tudo. (...)”. (E2)

Esta imigrante foi então vítima destas redes de auxílio à imigração ilegal³² e relatou o processo difícil pelo qual passou na chegada a Portugal, tendo sido auxiliada por um cidadão português que se viria a tornar o seu companheiro.

³² A Rede Europeia das Migrações (2012, p. 38) considera como **auxílio à imigração ilegal** o “Auxílio à entrada ilegal de uma pessoa num Estado-Membro do qual não seja nacional ou residente permanente, de modo a obter, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou outros benefícios materiais”.

Após termos percebido como surgiu a decisão de emigrar e como todo este processo migratório foi vivido pelos participantes, procurou-se perceber como decorreu o processo de integração económica e social destes imigrantes, visando identificar, de acordo com os objetivos do nosso estudo, alguns fatores que poderão ter facilitado ou dificultado o seu percurso em Portugal.

Relativamente ao seu processo de legalização, todos os entrevistados referiram que nesse período em que entraram em Portugal (2000-2004), conseguiram tratar de tudo com bastante facilidade. De facto, os dados da imigração em Portugal anteriormente mencionados mostram-nos que com a legislação de concessão de Autorizações de Permanência (em detrimento das anteriores Autorizações de Residência) a partir de 2001, pôde-se ultrapassar o elevado número de imigrantes ilegais no nosso país (muitos de nacionalidade ucraniana), bem como possibilitar a vinda de mais imigrantes, o que fez com que os imigrantes legalizados passassem de 200.000 (em 2000) para cerca de 450.000 indivíduos (em 2004)³³.

Neste processo, para além do papel dos cônjuges (já em Portugal), os entrevistados destacaram a ajuda das entidades empregadoras:

“Naquela altura estava muito fácil. O patrão muito... ajudou-me. (...) ... era muito bom patrão. Muito bom patrão! Ajudou tudo. Tudo, tudo, tudo, tudo! Fomos para SEF, para serviço de estrangeiros com ele e ele tratou de todas as coisas, porque eu não falei nada partitamente!...”. (E3)

“... patrão também ajudou com documentos.”. (E5)

“... patrão dele também ajudou, patrão muito, muito bom. Ele [marido] trabalha com ele até hoje, já vão dez anos... (...) não houve problema com SEF...nada, nada. Nesse aspeto acho bom”. (E6)

A participante cujos documentos foram roubados relata que teve que voltar à Ucrânia para poder tratar dessas burocracias, e só depois pôde regressar:

“ [Os papéis] isso eu tive que voltar para a minha terra. (...) Estive lá dois meses e meio... para voltar cá. (...) E ele [companheiro] é que (...) ajudou-me, tratou de tratar de tudo. (...) Facilitou tudo, tudo. Legalização... (...) Graças a Deus (...) Se não fosse ele eu não sei o que é que eu fazia”. (E1)

³³ Vide dados do SEF (Tabela 2 - Evolução da População Estrangeira em Território Nacional (1980-2012)

Para além do aspeto legal, um dos fatores que mais contribui para uma melhor integração dos imigrantes é a aprendizagem da língua do país de acolhimento, neste caso o português.

O *Programa Portugal Acolhe* visa a integração de imigrantes com base na frequência de um percurso formativo para adultos denominado *Português para Todos* que tem por objetivo inseri-los na sociedade de acolhimento através da aprendizagem da língua portuguesa.

Este programa tem sido muito procurado pelos imigrantes ucranianos, como verificámos nos dados apresentados no relatório de execução do POPH relativo ao ano de 2011 (POPH, 2012), sendo que três dos participantes o frequentaram, obtendo bons resultados:

“(...) eu não falava português... nada, quase nada... meu marido falava já bem, ele tinha andado curso (...) e eu falei de ir também. E fui! (...) três ou quatro meses, mais ou menos e já ajudou. Era curso mesmo para estrangeiros, curso de português para estrangeiros. (...) Foi bom, eu gostei (...) achei pouca hora, mas deu para aprender alguma coisa”. (E2)

“Escola para imigrantes aqui muito boa, todas noites tinha aulas e eu aprendo bem... foi dois cursos escola secundária só de português para imigrantes. Havia lá muita gente, assim, russos e outros de outros países”. (E5)

“No início, muito complicado! (risos) (...) é que eu não sabia nada falar! Graças a Deus inscreveu-se logo para aprender curso português para estrangeiros, senão... (...) Muito bom! Foi à noite, e professora muito, muito boa, paciência grande! (...) Mais difícil início foi português, mas depois no curso aprendeu”. (E6)

Estes imigrantes consideram que a frequência deste curso facilitou bastante a sua integração em Portugal, mas existem outros intervenientes na aprendizagem da língua portuguesa nomeadamente os filhos:

“E filhos ajuda muito! (...) Casa não, em casa falamos nossa língua...só às vezes português quando não percebe o que quer dizer palavra e filhos explicam...”. (E5)

A inserção no mercado de trabalho pode constituir um fator facilitador da aprendizagem do português, mas depende muito da profissão desempenhada. Em profissões em que existe pouca interação com colegas ou com o público, nomeadamente limpezas em

escritórios ou empresas, a aprendizagem do português era bastante dificultada, sendo que este facto foi referido por duas participantes.

Pelo contrário, quando existia uma maior interação com patrões, colegas ou clientes, a aprendizagem do português era facilitada.

Rocha-Trindade (2004) considera que o adequado domínio da língua portuguesa aliado a um forte desempenho laboral podem contribuir para que estes imigrantes acedam, de uma forma progressiva, a empregos mais qualificados.

Contudo, verifica-se que muitos destes imigrantes não têm tido oportunidade de desempenhar profissões mais qualificadas, compatíveis com a sua formação escolar e profissional.

Do ponto de vista da inserção profissional, todos iniciaram o seu percurso em Portugal no mercado de trabalho secundário, nos setores fabril, da construção civil e dos serviços de limpeza.

Atualmente, dois participantes estão em situação de desemprego ou em empregos precários, um participante continua a trabalhar no âmbito do mercado secundário e três participantes estão em profissões mais qualificadas, decorrentes da habilitação e competências adquiridas com a frequência do curso EFA em Portugal ou semelhantes à profissão desempenhada na Ucrânia.

Verifica-se então que os participantes deste estudo que tinham uma profissão concordante com a licenciatura ou formação profissional na Ucrânia, não tiveram a possibilidade de exercer em Portugal uma profissão semelhante, à exceção uma entrevistada, que trabalhava como auxiliar de ação médica num hospital e atualmente trabalha como auxiliar num lar de idosos.

A inserção de imigrantes com elevados níveis habilitacionais em profissões menos qualificadas é uma das características dos fluxos migratórios oriundos da Europa de Leste para os países do Sul da Europa, em que Portugal se insere (Baganha e Fonseca, 2004). A maioria dos imigrantes ucranianos inicia os seus percursos profissionais em Portugal no chamado mercado secundário (Peixoto, 2004).

Neste âmbito, a discrepância entre habilitações e mercado de trabalho, aliado a um alto índice das taxas de desemprego verificado nos últimos anos, poderia contribuir para a

saída destes imigrantes do nosso país, voltando ao seu país de origem ou procurando outras alternativas (economicamente mais atrativas) no seu percurso migratório.

Segundo Malynovska (2004), embora a permanência destes imigrantes nos países do sul da Europa seja por si só mais duradoura, seria de esperar que um emprego pouco qualificado ou mesmo a falta de oportunidades de trabalho levasse estes imigrantes a abandonar Portugal.

Contudo, a capacidade de adaptação e a resiliência dos entrevistados neste estudo, conjuntamente com a constituição de uma nova família ou por via do reagrupamento familiar, em que alguns filhos já nasceram em Portugal, levaram estes imigrantes a enfrentar as adversidades do mercado de trabalho e a permanecer em Portugal, em períodos que vão já desde os nove aos treze anos.

A inserção no mercado de trabalho em Portugal foi conseguida sobretudo com o apoio dos familiares ou amigos imigrantes estabelecidos anteriormente no nosso país e ocorreu com alguma rapidez, embora com algumas dificuldades iniciais que refletiam não só o pouco conhecimento da língua como, em alguns casos, o desconhecimento da profissão que iriam desempenhar:

“A pessoa adapta-se a tudo! (risos) (...) Trabalhei na fábrica. Fazia, fazia praticamente tudo! (...) Tudo inox, e eu... consegui soldar lá o inox. Sozinho eu aprendi...(...) Foi uma experiência nova. Elétrica... e tudo”. (E3)

“... começou logo trabalhar poucos dias depois chegar. Mas foi pouco mais difícil falar patrão e outros colegas obra porque não sabia português... Mas graças a Deus trabalhou quase sempre. Mais em obras, início o que era preciso, depois teve oportunidade de um patrão dar ensino na eletricidade. Mas fácil para mim... (...) Sou forte, trabalho pesado ... princípio muito cansado, trabalho dia e escola noite mas aguentou bem... Ucrânia mais fácil, trabalho sentado... (risos)”. (E5)

Procurou-se também perceber, neste contexto, qual foi o enquadramento legal das atividades profissionais exercidas, no que concerne à existência ou ausência de contratos de trabalho, descontos obrigatórios e outros aspetos exigidos ao abrigo da lei portuguesa.

Numa fase inicial, sobretudo nos primeiros trabalhos, existiram algumas situações irregulares com estes imigrantes, nomeadamente exercerem uma atividade profissional

com visto de turismo ou não terem certificado de aptidão profissional para a atividade exercida:

“Não tinha certificado nem nada, mas soldei... soldei bem! Mas agora nesta altura todos os patrões pedem: “Tens papel?”. Não, não tens, olha! (...) Tive no desemprego dois anos e tal. Não consegui arranjar trabalho”. (E3)

Alguns entrevistados mencionaram o facto de não terem contrato de trabalho ou realizado os descontos obrigatórios em algumas atividades que desempenharam em Portugal, embora a importância dos descontos para a Segurança Social (sobretudo na proteção no desemprego) seja entendida:

“Depois arranjei de ir para (...) casas de senhoras, casas particulares (...) fazer algumas limpezas na casa, passar a ferro e coisas que era preciso. (...) Descontos não, esses não”. (E2)

“Logo, logo... não foi... mas depois sim, fez descontos... e patrão seguinte também fez... muito bom porque depois teve subsídio desemprego. Pronto, assim há três anos enquanto não teve trabalho”. (E5)

Quando questionados sobre a atual profissão e se consideram que poderiam fazer algo para mudar essa situação, dois entrevistados referem estar bastante satisfeitos com a sua atual profissão embora possam ter mudado de área, dois entrevistados lamentam a falta de trabalho advinda da conjuntura atual, enquanto os restantes entrevistados consideram que, embora licenciados, nada poderão fazer para mudar o seu percurso laboral:

“Sou funcionária administrativa e estou a fazer limpezas. Por isso... não é muito bem! (...) Porque posso dar muito mais a este país, da educação que tenho, da experiência que tenho (...) De mim não depende. Depende mesmo das pessoas”. (E1)

“Não procurou [reconhecimento das habilitações académicas]. A única coisa. A língua tem que saber a língua perfeitamente. Aqui não há escola russa, ucraniana. Só na Lisboa...”. (E4)

Um dos entrevistados também tentou retomar a profissão de músico que tinha na Ucrânia, mas não conseguiu exercê-la durante muito tempo, pois economicamente não era viável, preferindo trabalhar noutra área:

“Também tive saudade por causa da música. Claro! (...) Queria tocar também, queria arranjar uma banda... Não era, não era tão fácil! Para tocar numa banda tenho que comprar aparelhagem (...) Mas com o tempo eu arranjei aqui banda. Toquei dois anos

assim, fizemos uns concertos nos cafés e assim. E depois... acabei porque... era... a única coisa muito longe. (...) Ensaiávamos dois, dois vezes por semana. E... 30 km para lá, 30 para trás. Dois vezes... 120 km por semana... não vale...(...) Arranjei (...) trabalho mesmo como soldador". (E3)

Verifica-se que o presente estudo corrobora várias investigações desenvolvidas em Portugal nos últimos anos (nomeadamente a de Reis e colaboradores, 2010) que, a par dos dados estatísticos referentes a esta população, constatam que existe um fosso entre as qualificações destes imigrantes e os desempenhos profissionais correspondentes, sendo muitos destes indivíduos inseridos profissionalmente como não-qualificados ou operários.

Analisando os percursos dos nossos participantes, constata-se que as primeiras profissões desempenhadas se enquadravam neste padrão (operário fabril, empregada de limpeza e servente da construção civil), as chamadas profissões não-qualificadas, em que a maioria dos imigrantes se insere, pelo menos numa fase inicial de permanência no país de acolhimento.

Reis e a sua equipa (2010) consideram que, neste sentido, cabe às empresas portuguesas perceberem que esta integração laboral faz com que se desperdicem imigrantes qualificados, pelo que deveriam realizar um melhor aproveitamento desta mão-de-obra.

Noutro sentido, para compreender o processo de integração social dos nossos participantes em Portugal, procurou-se perceber se estes participam em associações, atividades políticas ou práticas religiosas no nosso país, sejam estas organizadas por portugueses ou outros imigrantes.

No que diz respeito à participação em associações, dois participantes referem participar em associações de cariz recreativo local:

"Entrava (...) nas marchas populares, andava com pessoas". (E1)

"Associação Recreativa (...) na organização de festas (...) também tem rancho de folclore e minha filha mais velha até anda lá, veja você bem! Ela também quase sempre vivia cá e gosta muito coisas Portugal. É muito bonito, eu gosta também muito". (E2)

Estes entrevistados consideram importante o convívio com os portugueses da sua comunidade e sentem que é importante participarem nestas atividades, como forma de integração social.

Outro entrevistado afirma fazer parte da Associação dos Ucranianos em Portugal, pois recorreu várias vezes a esta associação de imigrantes no passado e atualmente procura ajudar as pessoas que pretendem vir para Portugal, os residentes, caso necessitem de algum apoio, ou os imigrantes que procuram regressar à Ucrânia.

Relativamente a atividades políticas, a maioria dos entrevistados refere não participar e nem gostar de política pois, conforme verificámos anteriormente, o facto de terem vivido num regime opressivo e posteriormente dominado pela economia informal, pela corrupção e pelos subornos, afastou-os deste meio:

“Política (...) Não gosto. Nunca gostei”. (E2)

“Política não, para mim política é chinês”. (E3)

“(risos) Política? Ai! Não... não, não... (mais risos)”. (E5)

“Política não participa em nada. Sabe que eu política já não gostava muito na Ucrânia...” . (E6)

Uma das participantes, que havia referido anteriormente, já participava ativamente na vida política na Ucrânia, continua a fazê-lo em Portugal, afirmando gostar bastante de política:

“Pertença ao departamento mulheres socialistas (...) A minha coordenadora ... disse que não gosta de política. Eu disse-lhe: «minha senhora, e você gosta quando burros mandam em você? Você tem que escolher quem vai mandar em você!» Para isto, nós temos de saber com quem estamos lidar, quem está a candidatar-se!”. (E1)

No aspeto religioso, todos os entrevistados referiram professar o Cristianismo Ortodoxo, a religião dominante na Ucrânia, e consideram a religiosidade, como indicam os estudos, nomeadamente Pires (2004) e Sousa (2006) que referem o seu carácter associativo, um aspeto muito importante das suas vidas:

“Eu sou muito religiosa, acredito Deus muito, muito... e muito, muito reza. Sempre!”. (E2)

“Eu tenho Cristo só aqui... no coração”. (E4)

Alguns deles referiram ser praticantes da sua religião em Portugal, destacando a participação nas festividades mais importantes, a Páscoa e o Natal Ortodoxo, celebrado no mês de janeiro, ou outras celebrações organizadas por imigrantes:

“... participa quando há Páscoa ou Natal Ortodoxo em janeiro. (...) Festas bonitas, lindas mesmo, e vimos pessoas que moram cá em Portugal mas noutros terras... Muito lindo.” (E2)

“Como estamos aqui eu vou a igreja nossa, às vezes ando lá... ou por altura de Páscoa assim... (...) Tenho uma amiga minha da Rússia (...) gosta de fazer essas coisas, por exemplo os anos dos casamentos, quem tem muitos filhos... fazemos isso em conjunto com os portugueses (...) nas aldeias ou assim até fazemos alguns concursos também... (...) ... por exemplo o Natal, o Natal mas vem todos os que querem, quem é de Portugal vem... (...) também fazemos uns concertos, muitas vezes ela pedia (...) e eu vai...” (E3)

“... aqui ... [localidade] igreja muito bonita para nós. Nós vamos muitas vezes... minha família religiosa, meus filhos gostam muito... depois também temos lá muitos amigos nossa terra, é bom falarmos todos e ouvir nossa língua, faz lembrar nossa terra. (...) Às vezes também vão igreja ortodoxa e às festas. Páscoa e o Natal nosso”. (E5)

“Participamos muito, vamos na missa e festas todas da nossa igreja. Páscoa e Natal vamos sempre lá também. Minha família gosta muito, até o meu filho já gosta porque está com outros crianças amiguinhos dele”. (E6)

Uma das questões levantadas neste âmbito tem a ver com o facto do Natal Ortodoxo ser um dia comum em Portugal e como tal poderia constituir um problema em termos de trabalho ou frequência escolar. Porém, é referida alguma compreensão por parte dos portugueses nesse sentido, que é muito bem vista por estes imigrantes:

“Pena não ser feriado mas patrões sempre facilitou a nós e dá folga. Na escola também professoras deixa minha filha faltar... E vamos sempre!”. (E2)

Um outro fator que contribui para a integração social prende-se com o contexto familiar do imigrante no país de acolhimento. Como foi mencionado anteriormente, todos estes imigrantes ou construíram uma nova família ou conseguiram fixar as suas famílias em Portugal.

No caso de um entrevistado, para além dos descendentes, também a mãe veio para Portugal, quando nasceu a sua segunda filha, vivendo com a família e prestando-lhes apoio na criação e acompanhamento dos filhos. Outro entrevistado refere que, para além do primo que já residia em Portugal, o seu irmão mais novo também escolheu o nosso país para viver, vindo em busca de trabalho.

Verifica-se no entanto que o processo de reagrupamento familiar não foi fácil para estes imigrantes, pois como já vimos, as viagens nem sempre eram fáceis, sobretudo com crianças, como relata um pai que, após já ter a mulher em Portugal, foi à Ucrânia buscar a sua filha mais nova:

“Ela [filha] estava, estava lá com a irmã, na Ucrânia, com a irmã da, da minha esposa. Também tinha-a visto quanto? Um ano e meio. (...) Então sem filha. Tenho saudade. Filha pequenina. E mais coisas... Tenho que mandar dinheiro para Ucrânia para ela também sobreviver. Mandámos a roupa... Tudo! Praticamente. (...) Depois eu fui lá (...) para a ir buscar, pronto. Foi difícil! Muito difícil! Ela tinha três anitos, e eu tive no caminho da Ucrânia para cá sete dias! E viemos no... naquele bus... bus pequeno. (...) Daqueles oito... doze lugares só! Era muito difícil!” (E3)

Outra imigrante refere a dificuldade em ter deixado um filho na altura com dez anos a viver na Ucrânia, e que até hoje lá continua a viver:

“Tenho dois filhos. Um filho estudar para Ucrânia para universidade, mais velho. E pequena... está cá! Está na escola... (...) Ai! [quando saí]. (...) Mais velho dez. (...) Tenho irmã. Sim, sim, sim... tem tudo... [o filho] está com minha irmã. (...) Chorou muito tempo e... saudades pois, esta vida!” (E4)

Todos os entrevistados destacam a importância da família na sua integração em Portugal, alguns inclusivamente referindo o facto de os seus filhos já serem e assim se sentirem portugueses:

“ [filhos] andam escolas portuguesas e nem parecem estrangeiros...” (E5)

“ Ainda hoje não tenho família, só nós e filho. (...) tenho um filho pequenito, com cinco anos. Já nascido cá em Portugal. (...) Meu filho então... não há nada diferente de outros meninos amigos dele portugueses”. (E6)

De facto os filhos têm um papel muito importante para a integração destes imigrantes, pois segundo a perceção dos participantes deste estudo, em muitos casos eles representam uma das razões mais fortes para a sua vinda, motivo que os trabalhos de investigação realizados com estas populações consideram, a par das ambições laborais, como motivador da saída destes ucranianos do seu país rumo a Portugal (Mendes, 2009).

A existência de filhos influencia também a sua permanência em Portugal, pois para além de os ajudarem na aprendizagem da língua, também contribuem para a sua

integração social, através da escola e outras atividades a que se dedicam e que solicitam o acompanhamento parental.

Após termos tentado perceber como decorreu o seu processo de integração económica e social em Portugal, procurámos entender, do ponto de vista dos participantes, como o processo educativo para adultos por eles frequentado contribuiu para a sua inclusão e como avaliam o decurso e a utilidade desta formação.

De acordo com as diretrizes da UNESCO (2010a), a educação de adultos é determinante para a obtenção da equidade e da inclusão social, bem como para a redução da pobreza, visando a construção de sociedades justas, solidárias, sustentáveis e apoiados no conhecimento.

Os estados devem assim possibilitar aos imigrantes a frequência destes processos educativos com vista ao acesso de melhores oportunidades na sociedade de acolhimento e tendo por fim último evitar o risco de exclusão social.

A par do PPT, que muito contribuiu para esta inclusão e que como vimos se revelou bastante importante para a aprendizagem da língua portuguesa por parte dos entrevistados que o frequentaram, também os Cursos de Educação e Formação de Adultos se podem revestir de grande importância no percurso destes imigrantes em Portugal.

Pretende-se então perceber, em primeiro lugar o tipo de percurso académico e formativo que estes imigrantes tiveram não só cá mas também no seu país de origem (Quadro 8).

Quadro 8 – Evolução do percurso académico e formativo dos participantes

Habilitação escolar na Ucrânia	Habilitação escolar em Portugal <i>via</i> Curso EFA	Outros cursos de formação profissional realizados em Portugal
Curso superior (Ensino Politécnico)	12º Ano – EFA NS (Dupla Certificação)	Competências básicas EFA B3
Curso Tecnológico (Nível Secundário)	9º Ano – EFA B2+B3	PPT
Curso Tecnológico (Nível Secundário)	6º Ano – EFA B2	Competências básicas
Curso superior (Ensino Universitário)	6º Ano – EFA B2	Competências básicas
Curso Tecnológico (Nível Secundário)	12º Ano – EFA NS (Dupla Certificação)	PPT
Curso superior (Ensino Universitário)	12º Ano – EFA NS (Dupla Certificação)	PPT

Por via do desemprego ou como forma de procurar melhores oportunidades no mercado de trabalho, estes imigrantes realizaram então percursos de educação e formação de adultos, tendo procurado obter uma qualificação escolar e profissional em Portugal.

Segundo diversos estudos realizados com esta população (Baganha, Marques e Góis, 2004; Rita e Rita, 2004) constata-se que estes imigrantes possuem um grau de escolarização elevado, possuindo em muitos casos formação superior e especializações, o que vai de encontro às características dos participantes na presente investigação.

No caso dos nossos participantes, três são possuidores de Licenciatura e os outros três terminaram o Ensino Secundário na Ucrânia.

Na vinda para Portugal, e como já foi exposto anteriormente e pelas razões apontadas, estes imigrantes não procuraram o reconhecimento habilitacional. Como tal, face às suas habilitações na Ucrânia, os percursos formativos frequentados em Portugal não representaram a concessão de nenhum grau académico superior ao anteriormente detido.

Dos seis entrevistados, dois frequentaram um Curso EFA do 2º ciclo do ensino básico (6º ano), um frequentou um Curso EFA do 2º e 3º ciclo do ensino básico (9º ano) e três frequentaram um curso EFA de Nível Secundários de Dupla Certificação. Devemos referir que todos os participantes, para além destes cursos, haviam anteriormente realizado outras formações, como sejam as ações de português para estrangeiros e cursos de formação em competências básicas.

De acordo com os participantes, o ingresso nestes cursos de educação e formação de adultos constituiu-se como uma alternativa ao desemprego, sendo que os objetivos principais traçados por estes formandos foram o aperfeiçoamento do português, a aprendizagem de novas competências, uma possível reconversão profissional e, um aspeto muito importante e abordado por todos os participantes, a possibilidade de conseguir um novo trabalho.

Relativamente à aquisição de conhecimentos procurou-se perceber quais os principais saberes e competências que os participantes consideraram ter adquirido com a frequência destes percursos educativos para adultos (cursos EFA) e todos destacam as melhorias na língua portuguesa:

“Língua Portuguesa abrangeu muito mais porque aqueles termos profissionais que eu não sabia, lá é que eu aprendi. (...) ... conhecimentos que eu tenho agora de língua portuguesa muito maiores...”. (E1)

“ ... foi lá que eu comecei a escrever português melhor e a falar também. E isso é muito, muito bom. (...) Era muito bom e aprendíamos muitas coisas que eu não sabia... ”. (E2)

“No (...) curso ...quer dizer não é melhor que todos, mas para ler e para escrever, escrevo melhor que todos, para ler... para escrever... as coisas assim compreendo (...) os exercícios e tudo e todas as coisas (...) mais rápido que todos... (...) A escola muito ajuda, muito ajuda... tenho dificuldade por exemplo na língua portuguesa para escrever uma história...exercícios assim para fazer uma história, a pessoa não entra nada na cabeça... o que é que eu vou escrever? (...) É assim... foi uma vez ao pé da professora... «oh professora diga-me o que é que eu devo escrever por exemplo um tema deste»... E ela começa a falar e eu logo escrevo... brrrr! E sem erros, sem erros, é mais importante... ”. (E3)

“Escrever e ler... Pois... tem prática a escrever... mas não compreendo ler... ”. (E4)

“Eu já sabia bem português das outras aulas na escola mas ajuda sempre, mais vocabulário, assim... palavras mais técnicos... depois falamos muito e isso também ajuda, gosto muito de conversar com portugueses e com os professores, quero sempre aprender mais... (...) muito bom!”. (E5)

“A nível português muito, muito, porque aquilo que eu falava era muito pouco e no curso aprendeu mais palavras, vocabulário mais desenvolvido... muito melhor! (...) Aprendeu muitas coisas de português que não sabia. (...) Para isso curso que tirou foi muito bom”. (E6)

De uma forma transversal todos destacaram a importância destas ações para a aprendizagem da língua, mas também outros conhecimentos foram importantes:

“... tive que estudar de estatutos, de direitos e obrigações de Portugal... abrangeu... lei de trabalho (...) de sociedade, regras, conhecimentos mesmo nacionais. (...) E mais ainda por cima temos sempre renovar nossos conhecimentos, porque aparecem novos produtos, novos mecanismos, novas máquinas (...) novas coisas!”. (E1)

“Eu já tinha alguma formação e conhecimentos mas... diferente, porque aqui aprendeu mais coisas práticas assim, mecânica de máquina, computadores, muito importante... ”. (E5)

“Eram áreas que não tinha muito conhecimento, gestão, contabilidade, trabalho administrativo e foi muito bom. (...) Aprendíamos muitas coisas, professores todos explicavam bem... ”. (E6)

No decorrer das entrevistas foi visível a importância que os entrevistados atribuíram a estes cursos como enriquecimento pessoal e, a par do conhecimento obtido, mais geral ou mais específico, todos perspetivaram a formação de adultos como um fator influenciador da sua integração social, pois constituíram-se relacionamentos profundos e duradouros não só com os colegas mas também com os formadores:

“Os professores (...) são todos compreensivos. (...) Ajudavam-me pessoalmente (...) tiveram tolerância mesmo comigo!”. (E1)

“... também é muitas horas juntos, pessoas ficam a ser quase como família! (...) Há pessoas lá que somos amigas até hoje! Fazemos jantar de vez em quando...”. (E2)

“... todas professoras também muito gostam de mim. (...) É como uma família! (...) alunos assim muito engraçados todos alegres, assim sempre na brincadeira (...) tenho praticamente o telefone de todos eles... (...) turma espetáculo (...) por isso muito gosto dos portugueses, muito gosto, muito gosto...”. (E3)

“... mais gente a conhecer, mais professores, mais amigos novos... (...) colegas turma muito boa, era único estrangeiro, quero dizer, havia um homem... africano, assim... mas era português”. (E5)

“Muito positivos. Gostou muito todos professores, pessoas todas muito boas. Só colegas... umas boas e outras más! (...) fiz amigos novos ...”. (E6)

A maioria destes formandos vê bastantes benefícios na frequência destes percursos educativos para adultos e menciona a vontade de continuar a estudar:

“ Eu até já pensar tirar 12º ano curso de noite. Gostava de estudar mais em Portugal porque acho que é importante. Minha filha está sempre a falar também: “Mamã, vai estudar mais, quando eu for escola secundário tu vais também!”. E eu gostava muito de ir...”. (E2)

Com base nestes testemunhos, pretendeu-se então entender de que forma os participantes consideram que estes cursos contribuíram para o seu desenvolvimento pessoal e de uma maneira transversal de todos os que frequentam estes percursos, e quais os fatores que, neste contexto, eles evidenciam (Quadro 9).

Quadro 9 – Contribuições do curso para o desenvolvimento pessoal dos participantes

Designação dos participantes	Principais fatores identificados	Unidades de Registo	Categoria/Subcategoria
E1	Independência Motivação Autoestima Capacitação Valorização Utilidade Autoconfiança	<i>Pessoas aprenderam a ler, escrever, saber (...) usar informação, conhecimentos para a empregabilidade (...) Frequentei com muito gosto porque... até hoje não parei de estudar. Continuo (...) renovar os meus conhecimentos sempre, atualizar.</i>	Funções do curso/ Desenvolvimento pessoal
E2		<i>(...) melhorar tudo, a vida, aprenderem a (...) ser melhores em tudo, sentirem-se (...) com mais capacidades! (...) em casa não se faz nada de bom, pessoa fica (...) com depressão. (...) é bom ir para estas coisas. (...)</i>	
E3		<i>(...) uma coisa que dá mais coisas para mim! (...) Aprendes mais. Eu gosto de estudar, gosto de aprender as coisas. (...) e se possível vou estudar mais, vou estudar mais, vou estudar...</i>	
E4		<i>Curso muito útil minha vida!</i>	
E5		<i>É importante porque também a pessoa fica mais... fica melhor assim, com confiança. Como dizer... para estudar e aprender mais (...)</i>	
E6		<i>(...) acho importante estes cursos. Para tudo, para a vida das pessoas... Para não estar desemprego sem fazer nada. (...) Sempre recomendaria estes cursos porque desenvolve muitas capacidades...</i>	

De destacar que alguns entrevistados referiram a importância da existência dos *Centros de Novas Oportunidades* e que este tipo de instituição não deveria deixar de existir. Mencionaram também que recomendariam (alguns já o fizeram) este tipo de cursos a outras pessoas, pois consideram-nos uma mais-valia do ponto de vista cognitivo, psicológico e social.

A avaliação dos cursos frequentados pelos participantes também permite verificar quais os aspetos a melhorar e quais os aspetos que mais contribuem para a satisfação dos formandos com as ações, pelo que destacamos os principais aspetos positivos e

negativos que, do ponto de vista dos entrevistados, pautam as ações de formação de adultos por estes frequentadas.

De um modo global, todos os formandos consideraram as ações bastante positivas não só para eles próprios mas para todos os que as frequentam, pois consideram importante que as pessoas detenham habilitações mínimas (como o 9º ou o 12º ano).

Referem também que estes cursos permitem que as pessoas aprendam diversas competências básicas, como o uso de ferramentas informáticas, sendo que estas são, dos seus pontos de vista, essenciais para a sociedade atual e um requisito do mundo do trabalho.

Outro aspeto a mencionar é a qualidade do ensino, uma vez que os formadores destas ações são, do ponto de vista dos participantes, bastante competentes, atenciosos e disponíveis.

Apesar de alguns entrevistados considerarem o curso como sendo bastante prático, outros consideram que um dos defeitos destas ações é terem uma componente prática reduzida.

Outra crítica apontada pelos participantes tem a ver com a seleção dos formandos para estas ações:

“Muitas pessoas andavam lá quase nem sabiam escrever bem, ou mexer com o computador... E era 12º ano!!! Pessoas assim nem sabiam quase nada, é a única coisa que acho... que às vezes pessoas vai para estes cursos e não tem grande capacidade porque tirou já 6º ou 9º ano em cursos assim destes... Claro que devem ter oportunidades, mas também não deviam de facilitar estas pessoas, e às vezes isso acontecia lá... (...) algumas pessoas eu pensava, o que elas vão fazer? Algumas não tem capacidades para trabalhar profissão melhor, porque tem 12º ano mas não sabem... não tem capacidades básicas! E isso só é mau. Mas também culpa das pessoas, formandas, porque não aproveita os conhecimentos das aulas, dos professores... Estar ali a passar o tempo e muitas não trabalham vários anos! Eu isso não acho bem... (...) Mas também o resto tudo bom...”. (E6)

De acordo com esta entrevistada, muitos dos formandos selecionados para estas ações não demonstram as capacidades básicas inerentes à frequência de um percurso de ensino secundário pois muitas pessoas já vêm de cursos de formação semelhantes, o que se traduz em políticas de facilitismo por parte das instituições e dos formadores.

No que diz respeito à empregabilidade, no geral, os participantes consideram que esta poderá ser potenciada pela frequência do curso, existindo alguns casos bastante positivos:

“ [Mais oportunidades de emprego] *Sempre, sempre! Sempre! Não só por conhecimentos que eu tinha de profissão, não (...) capacidade abranger todas áreas de trabalho: o que pode e o que não pode*”. (E1)

“*É sempre bom tirar estes cursos, porque aprende-se muito e isso é bom para qualquer profissão! Acho que é sempre bom aprender! Quanto mais souber mais fácil arranjar trabalho. (...) acho bem para aprender mais coisas, para ter vida melhor, quem sabe? Agora sem estudar não se tem nada, isso é assim...*”. (E2)

“ *... depois deste curso espero algo melhor, porque tirou curso em Portugal para 12º ano em área eletrónica. (...) não sei... não sei... talvez não resolva minha situação (...) também pensa poder arranjar trabalho melhor e assim...*”. (E5)

“ *... todas as coisas do curso muito útil para arranjar trabalho melhor. (...) Abriu portas pois, abriu tanto que fiquei a trabalhar onde fez o estágio! (risos) (...) ajuda a poder arranjar trabalho... Muito bom!*”. (E6)

O caso desta última entrevistada é um caso de sucesso, pois acabou por ficar a trabalhar na empresa onde realizou o estágio do seu curso EFA³⁴.

Verifica-se que estes entrevistados consideram a frequência do curso como potenciadora da empregabilidade, fator que, aliado a outros benefícios anteriormente mencionados faz com que esta formação tenha tido um impacto positivo na vida dos nossos participantes.

Outro aspeto que se prende com os objetivos do presente estudo relaciona-se com a forma como estes imigrantes percecionam Portugal como país de acolhimento.

Analisando os testemunhos dos nossos participantes, verifica-se que maioritariamente as opiniões são positivas, embora as saudades da Ucrânia estejam sempre presentes:

“*Imigrantes ucranianos eu acho que melhor aceite, pelo menos nosso caso sim. (...) comigo, marido e filhos nunca nada mal (...) Graças a Deus e agradeço todos dias por termos vindo para Portugal... (...) É bom ter trabalho e ganhar bem. Ter casinha arranjada e tudo bom. (...) ser imigrante em Portugal é bom desde que haja trabalho, quando trabalho falta é sempre mau, por isso dou graças a Deus de termos os dois trabalho. (...) de viver cá gosta muito. (...) O que eu gostava mais na Ucrânia era*

³⁴ Os cursos EFA-NS estão sujeitos na fase final a uma formação prática em contexto de trabalho.

minha cidade. Cidade lá grande, aqui terra pequenina... E gostava neve... Mas aqui Portugal já foi Serra da Estrela! (risos) (...)”. (E2)

“Tinha os amigos também... arranja-se! Estava para todo o lado, para todo o lado. Só que devagarinho, devagarinho também arranjei. Arranjei amigos e (...) ajudávamos uns com os outros. É assim... (...) e mesmo Portugal porque é uma país muito calma... calmo... calminho, muito bom...sim... e o tempo... a gente na nossa terra é frio com neve mas ... [a esposa] pode também gostar, gosta... porque no início quando vinha cá ela disse assim... não... porque não sabia falar... «Não, não, não... um ano e vamos para a Ucrânia ‘tá bem?’» (...) Já ‘tamos há dez anos cá e não queria ir. Não quer ir. (risos) ”. (E3)

“ [Portugal] Pequeno país, mas grande coração!”. (E4)

“Portugal é bom... para imigrantes, não trata mal pessoas, eu acho quando tive em Espanha pior... também era há muitos anos e se calhar era diferente... não sei o que... mas quando vim para cá foi diferentes... pessoas, patrões bons. (...) Às vezes saudades de neve, aqui não há nunca... mas de frio não tem saudades... muito bom aqui inverno quentinho!”. (E5)

“Eu acho que somos bem acolhidos porque nunca teve muitos problemas comigo e meu marido... (...) acho que Portugal país bom nesse aspeto, quero dizer, não é mau para pessoas que vêm de fora. (...) fácil legalizar e ficar aqui. (...) país calmo, cidade calma... (...) Temos é muitos amigos cá. Uns já eram (...) e outros fomos conhecendo...”. (E6)

Estes relatos indicam que estes imigrantes se encontram satisfeitos com a sua vida em Portugal e que se sentiram, a si e às suas famílias, bem acolhidos.

Um dos aspetos mais referidos foi o facto de ser um país calmo e bom para viver, em comparação com a Ucrânia. Outro aspeto importante é a facilidade de legalização, que os estudos (Marques e Góis, 2010) também indicam como sendo um dos motivos que mais levou os imigrantes ucranianos a procurar e a fixarem residência em Portugal. O clima também é importante, mas a existência de oportunidades de trabalho é ainda mais determinante, sobretudo tendo em conta que muitos vivenciaram nos primeiros anos em Portugal um período de abundância de emprego (embora muito fosse não-qualificado) e atualmente veem os índices de desemprego a atingir máximos históricos.

No seguimento daquilo que tem sido verificado em investigações realizadas com imigrantes ucranianos em Portugal (Sousa e Alarcão, 2007), também os nossos participantes afirmam incluir portugueses nas suas redes sociais:

“... minha mãe gosta muito cá estar, ela já tem alguma idade e senhoras tudo muito amiga dela. Vai café, vai tudo, amigas muito grandes, senhoras portuguesas... Vida cá muito boa para nossa família todo. (...) Acho que maioria pessoas não faz distinção para imigrantes... Não vejo assim que haja preconceitos.” (E2)

“... vizinhos é do coração. Muito boas pessoas. Eu gosto”. (E4)

“Também temos muitos amigos portugueses...”. (E6)

Constata-se, porém, que uma das entrevistadas refere ter tido uma experiência negativa no seu acolhimento, mostrando-se inclusivamente um pouco relutante em falar sobre a forma como considera que os imigrantes são acolhidos em Portugal:

“Só também não facilitaram cá é portugueses. Porque haviam uns portugueses até ameaçavam-me (...) Estrangeiros têm que saber o seu lugar! Eles não podem mandar aqui! (...) Não, não considero isto [que os imigrantes são bem acolhidos em Portugal] Não, porque... até digo uma coisa... Isto não está a gravar agora? (...) Depois... Isso, isso eu digo depois. (...) Tem que se ter muita tolerância e paciência. (...) Estrangeiros têm que ser, aprender mesmo a respeitar as pessoas, como... terra onde vivem. (...) É preciso ter tolerância e bom coração para aguentar tudo se não tens... olha! Levas pontapés sempre!”. (E1)

Apesar deste testemunho, estes imigrantes encaram Portugal como um bom país para se viver, considerando os portugueses pessoas acolhedoras e disponíveis.

Com os fluxos migratórios decorrentes de países da Europa de Leste para Portugal na viragem do século, institui-se no nosso o termo “Imigrantes de Leste”³⁵ que, apesar da vastidão que encerra em si mesmo, serviu (e ainda hoje em dia serve) para os portugueses se referirem a este recente grupo de residentes.

Procurou-se também compreender durante a realização das entrevistas, como os participantes haviam assimilado este termo, como consideravam a população de Leste

³⁵ Segundo Reis e seus colaboradores (2010) “em termos geopolíticos e socioeconómicos, nomeadamente tendo em vista a diferenciação entre o Ocidente e o Leste Europeu, consideram-se, como países integrantes da Europa de Leste: a Albânia, a Bielorrússia, a Bósnia Herzegovina, a Bulgária, a Croácia, a Eslováquia, a Eslovénia, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Macedónia, a Moldávia, o Montenegro, a Polónia, a Republica Checa, a Roménia, a Rússia, a Sérvia e a Ucrânia” (p. 91).

em Portugal e a percepção que tinham destes imigrantes (não só os da sua nacionalidade mas também de outras) enquanto residentes em Portugal.

Uma das primeiras referências tem a ver precisamente com o facto de muitas mulheres oriundas da Ucrânia e de outros países do Leste Europeu terem vindo, como os estudos também nos indicam (Santos et al., 2007), como vítimas de exploração sexual ou simplesmente já integradas na prostituição, exercendo essa atividade em Portugal:

“Há ucranianas e ucranianas. Há ucranianas que fazem vida porca e há ucranianas que fazem vida digna!”. (E1)

O facto de existirem muito residentes desta comunidade em Portugal pode representar um fator facilitador da integração destes imigrantes:

“Sim, aqui muitos ucranianos... e não é só. Também russos, moldavos, assim. (...) Encontramos muita gente assim, muitos já conhecemos cá, em Portugal”. (E5)

Porém, se por um lado sentem fazer parte de uma comunidade, por outro lado podem-se sentir, como relata uma entrevistada, um pouco à margem da sociedade portuguesa, apesar de viverem desde há muitos anos em Portugal:

“... às vezes a pessoa sente-se (...) como se não fosse mesmo daqui (...) Acho que para algumas pessoas é sempre “aqueles de Leste”... mas no início se calhar era pior, para aqueles pessoas que vinham para cá quinze anos atrás ou assim”. (E6)

Outra constatação interessante que decorreu das entrevistas consiste nas aparentes diferenças de tratamento para com estes imigrantes, sobretudo quando se refere a algumas nacionalidades, como a romena:

“Acho que outros imigrantes de leste me parece pior [em relação aos ucranianos] (...) muito preconceito [com] romenos agora últimos anos, por causa dizem que vêm para fazer mal e são ciganos... (...) alguns que vieram para cá pouco tempo é mesmo. Mas também lhe digo que (...) conheço alguns imigrantes... romenos que estão cá Portugal muitos anos, até já são portugueses, e é pessoas muito trabalhadoras, nunca roubaram nem fizeram mal a ninguém... mas há pessoas, portuguesas (...) que não sabem diferença...”. (E2)

Segundo o relato desta entrevistada, verifica-se que alguns portugueses associam os imigrantes romenos à etnia cigana, com todos os estereótipos e preconceitos a ela associados.

Ainda neste contexto, uma das entrevistadas relata de forma emocionada a situação vivenciada por uma das formadoras que teve no curso EFA, e que seria de nacionalidade romena:

“Por exemplo, a ... [formadora] ela é romena! Tinha também uma parte muito difícil na aula. Quando entrou havia umas pessoas que (...) dizer que ela é estrangeira não quer saber nada disto. Também vi esta dificuldade dela... (...) Como eles andaram a inventar na cabeça deles! Faziam confusão só por causa que ela era estrangeira. (...) (chora) Começaram a inventar, complicar a vida dela. Coitada da mulher! «Porque sou romena, sou isto!» E casada com um português. (...). Ela é espetacular! Mulher digna, de capacidade, de, de honra... de tudo! (...) Sabe que muitas pessoas [imigrantes] não são tão abertas como eu. Vão dizer: «não, não, está tudo bem, está tudo bem, está tudo bem!» ”. (E1)

Neste testemunho conseguimos verificar que a entrevistada considera existir discriminação de imigrantes em Portugal, achando porém que muitos não o referem com medo de serem ainda mais postos de parte.

Tentámos então perceber, ao longo das diversas entrevistas realizadas, se haveria algum indício de discriminação ou xenofobia relatado pelos nossos participantes. E verificou-se que, de facto, foram mencionadas várias situações em que estavam subentendidos comportamentos discriminatórios.

Uma das entrevistadas refere ter sido vítima de discriminação na primeira pessoa, vivenciando situações muito negativas em diversos contextos, como sejam na comunidade onde se inseriu, pois inicialmente consideravam que estaria com o companheiro português numa relação apenas de cariz sexual, reduzida à condição de prostituta, durante a frequência do curso em que as colegas a maltratavam e também no seu percurso profissional:

“Aconteceu-me uma coisa, nos primeiros três meses na escola de ... quando eu fazia POC (...) havia xenofobia por parte dos meninos. (...) Porque eles sabiam aquilo que estão a falar os pais dentro de casa e traziam tudo para lá. Batiam-me, rasgavam-me meias, até chamavam-me filha da puta. (...) Eu entendia que não devia fazer queixa e não fazia (...) Chorava todos os dias. (...) Só que quando colegas repararam eles ficaram espantados! Chamaram atenção, chamaram-me os meninos para pedir desculpa, chamaram-me os pais e obrigaram os pais a parar com estas conversas em casa. Porque eles entenderão se meninos não param com estas ofensas, amanhã vão virar ofensas para eles próprios. (...) Cá, onde eu estou agora é o contrário.

Educadoras não querem saber de isso para nada. Elas próprias são “xenofobistas”. Horrível! Horrível! Horrível! E não faço queixa nenhuma”. (E1)

Apesar de ser vítima de discriminação no seu atual emprego, esta mulher refere não ter apresentado qualquer queixa neste sentido, por pensar não valer a pena e considerar que a maior prejudicada iria ser ela. A descrença nos sistemas policiais e judiciais, intrínseca a muitos imigrantes ucranianos, também está patente neste comportamento.

A discriminação das mulheres ucranianas, eventualmente vítimas de redes de tráfico de seres humanos para efeitos de exploração sexual, volta a ser mencionada por outra entrevistada:

“ É claro que há ucranianos que se calhar não tão bem... eu sei ver isso, mas também esses se calhar já não cá... (...) Aqueles que vieram para fazer mal, início pessoas muito enganar outros imigrantes para vir para Portugal... Assim como tipo máfias... esses já não cá... Acho eu, pelo menos... E também mulheres ucranianas ou russas que vinham cá fazer a vida (...) algumas, muitas era enganadas... Acho que isso hoje já não passa tanto... pelo menos cá Portugal. Não sei. Acho que há uns anos falava-se mais isso... (...) e claro portugueses não gosta, acha mal... ”. (E2)

Está então implícito neste relato a forma como estas mulheres podem ser de certo modo duplamente vítimas no seu percurso, pois para além de caírem nestas redes de exploração, muitas vezes não são devidamente auxiliadas no país de acolhimento.

Contudo, e como refere esta participante, esta situação tem vindo a melhorar, sendo que a maioria das redes a atuar neste contexto o fizeram nos primeiros anos do *boom* migratório (1999 e seguintes), tendo sido algumas dessas redes desmanteladas³⁶.

Relativamente às empresas portuguesas, estes imigrantes consideram que, em alguns casos, as entidades empregadoras preferem contratar imigrantes de leste, mesmo em detrimento de outras nacionalidades:

“Patroa também gosta de pessoas da Ucrânia, tanto pessoas da Ucrânia ou... Trinta, trinta, tem trinta pessoas da Ucrânia.” (E4)

“... dizia que trabalhávamos bem. E preferia assim, ser de leste do que (...) outros assim que talvez não trabalha tanto... não sei... (...) Pronto, eu não queria falar... isto

³⁶ Um dos casos mais mediáticos em Portugal foi o designado “*Caso Borman*”, que a Polícia Judiciária classificou como uma estrutura com a organização e funcionamento semelhantes às máfias, e onde foram detidas vinte e cinco pessoas oriundas da Moldávia, Ucrânia, Rússia, Azerbaijão e Letónia, acusadas de organização terrorista, crimes de terrorismo, falsificação de documentos, posse ilegal de arma, sequestro e auxílio à imigração ilegal.

é pensar... pronto ele [o patrão] (...) era mais assim com os brasileiros... os africanos, assim pretos, eles trabalhava já muito tempo, sabiam... assim... mas de novo ele não queria brasileiros porque ‘tavam lá pouco tempo ou não queriam fazer... não sei... trabalhar... Mas isto que digo era ele que pensava. Eu e colegas não tinha problemas... são formas de pensar!’. (E5)

Também a nacionalidade brasileira é referida no testemunho seguinte:

“Eu falei no Serviço de Estrangeiros, fui tratar as coisas de... do bilhete de identidade, cartão de cidadão... e o homem que lá trabalha ele disse «para mim, melhor eu falar com dez, dez ucranianos, estrangeiros, esses russos, ucranianos, que com um brasileiro» E eu: «então porquê? A língua é mesma!», «pá, não sei, não sabe ler, não sabe escrever, não compreende o que é que eu quero, tás a ver?». É estranho, a língua é a mesma!”. (E3)

A perpetuação de certos estereótipos pode contribuir tanto para uma valorização do “imigrante de leste” como por outro lado para a desvalorização de outros imigrantes, como sejam os de nacionalidade brasileira. Esta circunstância, pelo facto de falarem a mesma língua que os portugueses, causa alguma estranheza aos entrevistados, embora mencionem que os portugueses consideram os brasileiros mais ignorantes e menos diligentes que os imigrantes de leste, que são vistos como dedicados, trabalhadores e honestos pelos seus patrões, sobretudo em tratando-se do setor da construção civil ou de serviços de limpezas.

Um dos aspetos que se procurou estudar relacionava-se com a perceção que os participantes teriam dos portugueses e quais as principais características que, nos seus pontos de vista, estes apresentam.

Serem bastante prestáveis foi uma das principais virtudes atribuídas aos portugueses:

“Portugueses... acho que pessoas boas, amigas de ajudar...”. (E2)

“... todos os vizinhos são espetaculares, espetaculares...toda a gente ajuda até não conhecia como é que eu chamo nem nada... no primeiro dia foi à tasca, eu sou vizinho... (...) Há problemazitos, casa velha... (...) temos que arranjar (...) tudo as coisas, no outro dia de manhã já estava dois homens para ajudar, nem leva nem dinheiro, nem nada, nada, nada, nada...é um espetáculo!”. (E3)

“ ... povo português gosta de ajudar... depois vivo terra pequena, vizinhos amigos, ajudam e eu também ajudo quando posso, todos bons vizinhos, muito bons”. (E5)

“Acho que são pessoas que gostam ajudar...”. (E6)

Os participantes também referiram que, nas suas perspetivas, os portugueses são pessoas abertas, simpáticas, honestas e que gostam de conviver, embora tenham o hábito de se intrometer na vida dos outros e de se queixarem de tudo:

“Só acho às vezes pessoas (...) gostam falar vida dos outros! (risos) Mas vizinhos todos bons amigos!”. (E2)

“... muito gosto de estar cá e muito gosto as pessoas portuguêsas. (...) Os pessoas portuguêsas? Ai é maravilha...”. (E3)

“Na nossa terra pessoas mais nervosos, mais... Portugueses mais abertos...”. (E4)

“Portugueses todos muito simpáticos, amigos, bons vizinhos...”. (E5)

“... pessoas no geral honestas. (...) e gostam conviver... Acho que queixam-se é muito das coisas! (risos) ... assim... falar mal de tudo!”. (E6)

Embora seja considerado um povo mais calmo que os ucranianos, no que diz respeito à diferenciação entre classes sociais, os portugueses, segundo este relato, dão mais ênfase a essa distinção, constituindo-se como um povo bastante orgulhoso:

“ Há aquela rivalidade: tu és de classe e tu és pobre. Isto há muito! (...) A única coisa que é fora deste país (...) eu nunca senti aquela rivalidade: eu sou dona, eu sou rica e, e... eu sou pobre. Aqui é mais. (...) Até nas escolas, até nas escolas. Se pai tem alguma capacidade... o menino é logo tratado diferente. (...) Portugueses é muito orgulhosos. O orgulho é que está a dominar a eles. Isso é que está mal.”. (E1)

Constata-se que a opinião dos integrantes do presente estudo acerca dos portugueses é bastante positiva, sendo que o acolhimento prestado pelos portugueses se revelou determinante para a sua integração no nosso país.

O estabelecimento de relações de amizade com portugueses, e não sendo estas apenas no contexto profissional, faz com que estes imigrantes se possam sentir mais integrados socialmente.

As relações com o sistema institucional português têm-se revelado muito positivas, sendo que existe, na perceção dos entrevistados, uma grande diferença entre o Estado Português e o país onde viviam, pois na Ucrânia dos anos 90 as entidades públicas eram dominadas pela corrupção, como já mencionámos previamente.

Neste sentido, todos os imigrantes consideram ser bem atendidos nas diversas instituições portuguesas a que recorreram, tais como o SEF, os CLAI ou as Lojas do

Cidadão, sendo que no caso de uma entrevistada a colaboração com a Polícia Judiciária e o Tribunal, decorrente de ter denunciado a rede que providenciou a sua vinda para Portugal, também se revelou positiva.

Um dos pontos negativos do sistema público português e que foi apontado nas entrevistadas é o excesso de burocracia, mas, na generalidade, todos consideram ser bem atendidos nestas instituições.

Por último procurou-se entender qual a relação com a Ucrânia, no que se refere às redes que ainda possuem neste país, tendo-se questionado os entrevistados sobre a possibilidade de regressarem novamente ao seu país.

Todos os entrevistados afirmam que, embora tenham o seu núcleo familiar a residir em Portugal, sentem bastante falta da família que está na Ucrânia, como sejam, pais, irmãos, alguns filhos adultos e até netos. Todos falam com a família regularmente, quer por telefone, quer através da Internet (*Skype* ou *Facebook*), mantendo um contacto assíduo com estes familiares.

Uma das entrevistadas, que já tem a mãe a residir em Portugal, procura que o irmão também venha viver para Portugal:

“... meu irmão vem cá este ano. Vem ver isto cá. Eu já estive convencê-lo vir morar para cá (...) Eles só vinham se desse para trabalhar como médicos... Vamos ver o que dá... Eu gostava muito, ficava feliz muito, muito, muito!”. (E2)

Quando questionados sobre um possível regresso definitivo ao seu país, a resposta destes imigrantes é unânime: não voltarão.

Todos os imigrantes revelaram que se consideravam mais portugueses que ucranianos que era em Portugal que se sentiam bem, pois aquilo que passaram na Ucrânia foi doloroso em vários aspetos, pelo que a sua vida agora é cá:

“... perdi confiança, não quero renovar confiança (...) não quero nada deles... (...) Não posso voltar. Só como turista. Lá para mudar (...) nacionalidade, lá, considerado traidor da pátria. (...) Eu já sou portuguesa (...) Sim. É para sempre”. (E1)

“Próxima sente família lá, mas país não... Quero dizer que amo meu país mas não me vejo já como ucraniana. (...) Penso ir só turismo. Mais nada. Nunca mais voltar para viver. Sofri muito lá, mais para sair de lá e Ucrânia para mim agora só passear e ver amigos e família (...) Sentimo-nos bem e vamos ficar. (...) não havia nada que podia levar a gente a ir para lá de vez. Não”. (E2)

“ ... eu acho que se vai melhorar e se arranjo trabalho fica...a minha esposa também não quer ir daqui...nada, nada, nada... (...) Só visitar assim férias, ver os amigos, famílias, netos... ”. (E3)

“Não quero, porque sim. Aqui calminho... não há guerra”. (E4)

“Não, não, não, não volta... minha mulher trabalho aqui... (...) todos estamos bem aqui”. (E5)

“Acho que cada vez estou mais longe e a distância é mesma! (risos) O que passa é que sinto-me mais portuguesa neste momento! (...) Só férias. Isso vou, claro, quando possa, ver a minha família. (...) Mas a minha vida agora é cá. Já não voltamos mais”. (E6)

Um outro motivo apontado é não quererem prejudicar a vida dos filhos, pois estes já estão perfeitamente integrados em Portugal, sendo que o seu percurso escolar é cá, pelo que querem que eles e a família cá continuem, pois as raízes destas crianças e jovens estão cá, e não na Ucrânia:

“Minhas filhas nunca iriam para lá, vida delas aqui e nossa também aqui”. (E2)

“... e também não vou estragar a vida dela [filha] agora, ela tem agora escola aqui começada e tem que acabar aqui. (...) Imagina se eu vou agora com ela para a Ucrânia, ela tem que ir para a primeira classe, para o primeiro ano, para a primária. (...) O motivo é um, é este, a filha, tem que estudar aqui... tem que acabar a escola, não sei se vai para a universidade”. (E3)

“Filha tem que acabar a escola!”. (E4)

“... filhos escola... daqui a pouco universidade, são dois... (risos) (...) meus filhos estudar aqui, não querem voltar e minha filha mais pequena... é portuguesa já... (risos)”. (E5)

Da mesma forma que um dos motivos para abandonarem a Ucrânia e iniciarem um percurso migratório foi o contexto familiar, a atual fase do ciclo de vida em que se encontram os seus filhos faz com que seja difícil abandonar Portugal. Também o facto de se tratar de um país calmo, em que ainda existem mais oportunidades de trabalho e em que as pessoas são no geral acolhedoras, faz com que estes imigrantes não queiram regressar à Ucrânia, tendo abraçado Portugal como a sua nova pátria.

3.1. Limitações do estudo

Uma das principais limitações do presente estudo prende-se com o facto de a investigação ter sido realizada num curto espaço de tempo, apenas durante um ano³⁷, o que, aliado a uma vasta dispersão geográfica dos participantes, embora confira riqueza ao estudo, acabou por dificultar a recolha dos dados no terreno e, conseqüentemente, exigir um maior esforço na redação da tese, no que concerne ao tratamento e à análise dos dados obtidos.

Na presente investigação poderão ocorrer, como em qualquer outra, limitações de cariz metodológico.

Considera-se assim que cabe ao investigador garantir a fidelidade do seu estudo, não só através da escolha dos seus instrumentos, mas sobretudo garantindo a consistência do seu estilo de interatividade, do tipo de registo e da análise e interpretação dos dados recolhidos junto dos participantes no decorrer de todo o processo de investigação (McMillan e Schumacher, 1989, p. 188, cit. por Vieira, 1999).

Desta forma a fidelidade deriva do próprio investigador, pois depende do modo como este descreve aquilo que observa.

“Embora tentem estudar objetivamente os conteúdos subjetivos dos sujeitos e se esforcem por ver a realidade através dos olhos dos participantes, todos os investigadores qualitativos devem estar conscientes das dificuldades colocadas na sua própria identidade” (Bogdan e Biklen, 1982, p. 42; Hill, Thompson e Williams, 1997, p. 520, cit. por Vieira, 1999, p. 94).

Para minimizar possíveis ameaças à fidelidade do estudo³⁸, tomaram-se diversas opções no que concerne aos procedimentos e à metodologia, nomeadamente:

- Optou-se por seleccionar participantes sem qualquer relação com o investigador, excluindo-se imigrantes ucranianos que tivessem sido seus formandos e/ou que se tivessem cruzado consigo no decorrer da sua vida profissional;

³⁷ O cronograma da investigação pode ser consultado no Anexo A: Cronograma.

³⁸ LeCompte e Goetz (1982, Goetz e LeCompte, 1984 cit. por Vieira, 1999) referem a existência de cinco ameaças à fidelidade de um estudo qualitativo: o estatuto do investigador, a escolha dos informadores, as situações e condições sociais, os construtos e premissas analíticas e os métodos de recolha e análise dos dados. Para aumentar a fidelidade do estudo, cabe ao investigador ser o mais claro e exato possível na descrição destes diferentes aspetos, ao elaborar a descrição do seu trabalho.

- Os participantes nunca tiveram qualquer relação de subordinação perante os informadores (por exemplo: formador/formando ou empregador/trabalhador), sendo os participantes referidos por técnicos de centros de formação e/ou através de relações informais;
- As entrevistas foram recolhidas individualmente, não tendo tido os participantes qualquer contacto direto entre eles;
- Os conceitos abordados e as linhas teóricas que orientaram a investigação não foram alterados no decorrer da mesma;
- A técnica de recolha de dados escolhida foi a que, do ponto de vista do investigador, melhor permitiria conseguir os dados necessários à prossecução dos objetivos do estudo, pois tratando-se de temas tão vastos e tão pessoais, optou-se pela realização da entrevista para obtenção de toda a riqueza que um relato destes imigrantes ucranianos sobre a sua experiência encerra.

3.2. Síntese

Com a realização destas seis entrevistas e com a perceção do percurso de vida partilhado por estes imigrantes, pudemos responder às questões orientadoras da nossa investigação.

Os ucranianos entrevistados consideram que foram bem acolhidos em Portugal, embora tenham passado por percursos difíceis no seu trajeto migratório, que se traduzem no afastamento da família nuclear (cônjuge ou filhos), dificuldades na viagem, extorsão por parte de redes de auxílio à imigração ilegal ou mesmo privações financeiras nos primeiros tempos a residir neste país.

Mencionam também que os portugueses, salvo algumas raras exceções, são um povo aberto e acolhedor, que tem uma boa imagem do povo ucraniano (mesmo em detrimento de outras nacionalidades, na sua perspetiva, e citando alguns exemplos, a romena e a brasileira) e que trata bem os imigrantes de uma forma geral. Referiram que Portugal está bem dotado de instituições públicas de apoio aos imigrantes e que nestes locais nunca foram vítimas de discriminação.

De acordo com os entrevistados, o processo educativo para adultos que frequentaram contribuiu significativamente não só para o aperfeiçoamento da língua portuguesa, mas

também para a sua inclusão social, pois fomentou a constituição de relacionamentos de amizade com portugueses (dada a longa duração das ações) e despertou nestes imigrantes sentimentos de autoestima e necessidade de autovalorização, sendo que todos consideram ter sido importante para aumentar a sua empregabilidade.

Do ponto de vista dos entrevistados, os fatores que mais interferiram positivamente na sua integração foi o facto de terem conseguido manter cá a sua família a viver, sendo o papel dos filhos extremamente importante neste aspeto, ser relativamente fácil legalizarem a sua situação e a das suas famílias, e terem tido, numa fase inicial da sua permanência em Portugal, uma grande abertura do mercado de trabalho secundário, tendo conseguido trabalho com bastante rapidez, o que se afigurou determinante para a sua sobrevivência imediata, embora as redes de suporte existentes em Portugal também tivessem facilitado esses primeiros tempos (amigos e familiares ucranianos). Um outro fator apontado como muito importante para a sua integração foi o facto de considerarem, comparativamente com a Ucrânia, Portugal um país muito mais calmo para se viver, não tão dominado pela instabilidade política e pela corrupção, que consideravam abundar no país que deixaram para trás.

Em contraposição, os fatores que consideram que contribuíram negativamente para o seu processo de integração foram alguns casos de discriminação pontuais e sentirem que poderiam fazer mais por Portugal, pois entendem que em muitos casos não lhes são dadas as oportunidades de trabalho compatíveis com a sua formação académica, qualificação e experiência profissional, o que resulta em alguns casos num descontentamento com este país, embora na conjuntura atual de crise, aquilo que consideram mais importante é a detenção de um posto de trabalho, mesmo que seja num emprego pouco qualificado. Outro fator que dificultou numa fase inicial a integração destes imigrantes foi a aprendizagem da língua portuguesa, porque consideram muito diferente da sua língua, o que levou os participantes a procurar formação de adultos em português para estrangeiros, tendo muitos recorrido a cursos do PPT ou a formações em Competências Básicas, onde para além da aprendizagem da língua, tinham também noções de matemática e informática.

Considera-se assim, que apesar de terem enfrentado muitas dificuldades no seu percurso migratório, estes imigrantes se encontram satisfeitos com a sua permanência em Portugal, não pretendendo abandonar este país, que já sentem como o seu lar, a sua pátria.

Conclusão

Conclusão

Com a realização do presente estudo pretendeu-se compreender de que forma os imigrantes ucranianos entrevistados percebem a frequência de um curso de educação e formação de adultos em Portugal e como consideram que este facilitou a sua integração social, bem como perceber, do ponto de vista dos participantes, que outros fatores contribuíram para esse processo.

O facto de a população imigrante em Portugal constituir atualmente cerca de 5% do total de residentes, reforçando o carácter de país de imigração (embora existam cerca de 5 milhões de portugueses em diáspora), e sendo a nacionalidade ucraniana uma das mais representadas (Ramos, 2007), faz com que seja importante estudar a integração desta comunidade sob vários paradigmas, nomeadamente do ponto de vista das Ciências da Educação.

Tratando-se de um Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, procurou-se estudar o percurso de imigrantes ucranianos que tivessem frequentado cursos EFA em Portugal e qual o impacto que essa formação teve nas suas vidas, não descartando a importância que outros fatores tiveram, dos seus pontos de vista, na sua integração económica e social. Neste aspeto não foram descuradas as redes de apoio existentes no seu processo migratório, que intervieram desde a decisão de imigrar até à atualidade.

Neste âmbito, um dos primeiros aspetos que procurámos perceber, foi a forma como os participantes vivenciaram a saída do seu país e a chegada a Portugal e quais os intervenientes nesse processo.

Ao considerarmos que existem dois tipos de motivações para emigrar, que têm por base, os desígnios individuais (teorias microssociológicas das migrações) ou os fatores externos e coletivos que impulsionam esse processo (teorias macrossociológicas das migrações), concluímos no presente estudo que ambos os motivos se afiguraram importantes no percurso dos nossos participantes.

Por um lado, no aspeto micro, existiam diversos “fatores de repulsão” na Ucrânia de ordem social, económica e política, que contribuíram para a sua saída do país, sobretudo quando comparados com os “fatores de atração” em Portugal no início do século XXI

(Malgesini e Giménez, 1997), que foi descrito pelos participantes como um destino calmo, com possibilidade de conseguir emprego com facilidade e de obter rapidamente uma situação de permanência legal, tanto para si como para as suas famílias. Também o curso de vida dos participantes (onde se destacam a situação de divórcio e, sobretudo, o nascimento de filhos) foi determinante para esta decisão (Peixoto, 2004).

Por outro lado, no contexto macro, verifica-se que na fase em que os participantes e suas famílias realizaram a sua vinda para Portugal, o país apresentava altos índices de procura de mão-de-obra para o mercado secundário, sendo relativamente fácil conseguir uma inserção laboral e conseqüente integração económica (Baganha et al., 2004) e, embora não existissem quaisquer ligações históricas e culturais entre estes países, a possibilidade de migração tornou-se atrativa. Por outro lado, a proliferação de redes de auxílio às migrações entre países do Leste Europeu e países do Sul da Europa, tais como Portugal, facilitou a vinda dos nossos participantes ou seus familiares para este país, sendo que, no entanto, algumas destas pessoas foram vítimas de redes ilegais que os enganaram e roubaram, contribuindo de uma forma negativa para os seus percursos.

No âmbito de um processo migratório é importante estudar, para além da integração e adaptação destes sujeitos ao seu novo contexto, as características do país de acolhimento, como sejam, “as condições sociais, económicas e políticas dominantes e fatores como a xenofobia, a discriminação e o preconceito” (Burke, 1984, cit. por Ramos, 2008, p. 136). Desta forma, procurou-se compreender qual a perceção que os imigrantes ucranianos têm da sociedade portuguesa enquanto país de acolhimento.

Verificámos que, de uma forma geral, os participantes têm uma visão positiva de Portugal enquanto país de acolhimento, o que vários estudos corroboram (Hespanha et al., 2002; Sousa e Alarcão, 2007), embora relatem experiências negativas pontuais de discriminação e xenofobia, ocorridas com eles próprios ou com outros imigrantes, sobretudo de nacionalidade romena ou brasileira. Estas comunidades, segundo alguns participantes, são pior acolhidas que os ucranianos, que consideram ser vistos pelos portugueses como pessoas trabalhadoras e honestas.

Consideram também que o país está dotado de boas instituições e organismos de apoio aos imigrantes, o que vai no sentido das políticas comunitárias (UE, 2010) e portuguesas de integração, ao abrigo do segundo PII, e que têm criado e reforçado o papel de estruturas como o ACIDI, o SEF, o CNAI, a rede CLAI e as associações de

Conclusão

imigrantes, que se têm relevado determinantes no processo de inclusão social dos imigrantes em Portugal.

Também a Formação de Adultos se inclui neste Plano, sendo que o *Programa Português para Todos* e a abertura dos cursos EFA aos imigrantes em situação legal no nosso país, foi um passo muito importante para a sua integração.

A aprendizagem da língua portuguesa afirma-se como fator determinante para uma integração plena destes imigrantes, podendo facilitar o acesso a melhores oportunidades de emprego. O domínio da língua é também muito importante para a criação de redes sociais nos países de acolhimento, sendo que muitos participantes procuraram processos formais de educação de adultos para aprender o português.

Neste domínio, a frequência dos cursos EFA no âmbito da INO afigurou-se como um processo positivo, não só de aquisição de conhecimentos, mas também de desenvolvimento pessoal. Os participantes afirmaram de um modo geral que as formações possibilitaram a emergência de redes de amizade com portugueses e facilitaram bastante a sua integração em Portugal.

Todos os entrevistados destacam a qualidade do ensino e das equipas formativas, considerando que este tipo de formações contribui para arranjar trabalho ou conseguirem um emprego melhor e mais adequado às suas habilitações académicas anteriores, embora refiram que seja difícil voltarem a desempenhar as suas anteriores profissões, sobretudo aqueles que são portadores de formação superior na Ucrânia.

Na perspetiva dos entrevistados, a INO é bastante positiva para todos os que frequentam estes processos, mas sobretudo para os imigrantes, pois facilita a sua integração social e profissional, pelo que os CNO deveriam continuar a existir.

No decorrer do estudo procurou-se perceber também, do ponto de vista dos participantes, quais os fatores que, para além da frequência do curso, contribuíram para o seu processo de integração em Portugal.

Da análise dos seus relatos, conseguimos perceber que existem vários fatores que têm influenciado a sua longa permanência em Portugal, nomeadamente a existência de um contexto político mais favorável, o acesso ao emprego, sobretudo ao mercado secundário (embora, como vimos, alguns dos participantes já estejam a trabalhar em profissões mais qualificadas), e a existência de relacionamentos de amizade com

portugueses (colegas ou vizinhos) e com outros imigrantes (através de associações, da igreja ou outras redes informais). Contudo, todos são unânimes num aspeto essencial: referem que se não tivessem a família nuclear a residir em Portugal ou, no caso de uma participante, se não tivesse cá constituído família, não teriam ficado por tanto tempo, nem considerariam nunca mais voltar a morar na Ucrânia.

De facto, a importância da família é determinante para a integração destes imigrantes. Segundo Ramos (2007, p. 369) “se a família se adapta bem à sociedade de acolhimento, as interações poderão ser dinamizadoras e o processo de aculturação será enriquecedor para todos os membros”. Aqui se destaca o papel dos filhos, pois a maioria considera que os filhos já são portugueses e que será melhor para eles se as suas vidas se fizerem cá. Os filhos também foram apontados como determinantes para a sua aprendizagem do português e para o estabelecimento de relações sociais com a comunidade portuguesa (nomeadamente através das escolas e outras atividades em que os filhos tomam parte).

A vivência religiosa também mostrou ser um fator muito significativo, que os aproxima das suas famílias e da comunidade de imigrantes de Leste residentes em Portugal, sendo um aspeto positivo e reconfortante para as suas vidas e para a permanência neste país, pois sentem a Igreja Ortodoxa sempre presente.

Conclui-se assim que estes imigrantes se sentem bem integrados em Portugal e que, apesar da conjuntura económica adversa e dos constrangimentos laborais que alguns participantes e as suas famílias atravessam atualmente, pretendem continuar a viver neste país, não vendo quaisquer motivos para regressar definitivamente à Ucrânia, pois já se consideram portugueses.

Com a realização desta investigação procurou-se dar mais um passo no estudo da integração dos imigrantes ucranianos em Portugal, tendo como pano de fundo a área de intervenção da Educação e Formação de Adultos. Desta forma, cumpriram-se os objetivos de tentar descortinar a influência da frequência destas ações no seu percurso migratório e perceber, dos seus pontos de vista, como se processou a sua integração em Portugal e como encaram esta sociedade que os acolheu no início do século.

No geral, obtivemos uma perspetiva muito abrangente dos seus percursos e da sua história de vida, desde o instante em que pensaram abandonar o seu país, passando pelo momento em que, num autocarro com destino a Portugal, com a mala cheia de angústias e de esperança, encetavam um novo caminho, até ao dia em que, de forma humilde, se

Conclusão

sentaram à mesa com um investigador e abriram os seus corações, desfolhando generosamente as páginas da sua vivência neste país.

A riqueza e a relevância dos dados recolhidos, não nos permite entendê-los como representativos da integração dos imigrantes ucranianos, uma vez que o estudo foi qualitativo e não tinha essa pretensão. Contudo, como referido, existem muitos dados semelhantes em estudos prévios que suportam a utilidade de investigações sobre esta população, pela grande comunidade que tem a residir em Portugal e pela importância económica e social que representa.

Obviamente que o presente tema não se esgota, e muito mais fica por saber e por investigar, pois a vivência destes e de outros imigrantes ucranianos em Portugal tem muito a dizer, não só sobre eles mesmos, mas também, e sobretudo sobre nós, os portugueses, e a forma como colocamos em prática todas as políticas de apoio aos imigrantes de que o nosso país dispõe.

Seria também pertinente estudar a frequência destes cursos por parte de outras comunidades de imigrantes em Portugal e perceber se também foi importante para os seus percursos.

Também do ponto de vista da integração de imigrantes, mas em âmbito escolar, poderia ser interessante compreender (embora alguns estudos já o tenham de algum modo abordado, nomeadamente Mirotshnik (2008), com filhos de imigrantes de países da ex-URSS), como este processo decorreu para as crianças e jovens ucranianos em Portugal, alguns nascidos cá, mas outros que vieram posteriormente para Portugal e constatar como estes percebem os seus percursos.

Ao concluirmos a presente investigação temos a sensação de dever cumprido, mas sentimos também que muito mais há a fazer, pelo que se pretende com este estudo despertar a curiosidade da comunidade científica sobre esta temática, abrindo quem sabe as portas de novas investigações nesta área.

Bibliografia

- Afonso, M. C. e Ferreira, F. (2007). *O sistema de educação e formação profissional em Portugal*. Luxemburgo: CEDEFOP.
- Agência Nacional para a Qualificação (2010). *Linhas orientadoras para o futuro da Iniciativa Novas Oportunidades*. Lisboa: ANQ.
- Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Albarello, L.; Digneffe, F.; Hiernaux, J.P.; Maroy, C.; Ruquoy, D. e Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Alcoforado, J. L. (2008). *Competências, Cidadania e profissionalidade: Limites e desafios para a construção de um modelo português de educação e formação de adultos*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Alcoforado, L., e Ferreira, S. M. (2011). *Introdução Geral. Educação e Formação de Adultos: Nótulas sobre a necessidade de descomprometer a Cinderela depois do beijo do príncipe encantado*. In L. Alcoforado, et al. (2011). *Educação e Formação de Adultos: Políticas, práticas e investigação* (pp. 9-20). Coimbra: Imprensa da UC.
- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas [org.]. (2004). *Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*. Porto: ACIME.
- Amado, J. S. (2000). A técnica da análise de conteúdo. *Referência.*, 5, 53-63.
- Amado, J. S. (2009). *Introdução à investigação qualitativa em educação*. Relatório não publicado de uma unidade curricular apresentado nas Provas de Agregação. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Ançã, M. H. (2008). Língua portuguesa em novos públicos, *Saber (e) Educar*, 13, 71-87.

- Baganha, M. I., e Góis, P. (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280.
- Baganha, M. I., e Fonseca, M. L. (Eds.). (2004). *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Baganha, M. I., Marques, J. C. e Góis, P. (2004). Novas migrações, novos desafios: A imigração do Leste Europeu, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 95-115.
- Baganha, M. I., e Peixoto, J. (1996). *O Estudo das migrações nacionais - Ponto de intersecção disciplinar*. In J.M. Carvalho Ferreira et al. (Org.) (1996). *Entre a Economia e a Sociologia* (pp. 233-239) Oeiras: Celta Editora.
- Brigeiro, A. L. O. (2006). *Imigração em Portugal: Desafios de integração e cidadania numa sociedade multicultural*. Dissertação de Mestrado em Gestão Pública. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Burawoy, M. (1998). Critical Sociology: A dialogue between two sciences, *Contemporary Sociology*, 27 (1), 12-20.
- Canário, R. (2008). *Educação de Adultos – Um campo e uma problemática*. Lisboa: EDUCA.
- Carneiro, R. (2004). *Introdução*. In P. F. Santos (2004). *Vento de Leste – a nova imigração em Portugal* (pp. 11-14). Lisboa: Edeline.
- Castro, F. (2008). *A Europa do outro – A imigração em Portugal no início do século XXI. Estudo de caso dos imigrantes da Europa do Leste no concelho de Vila Viçosa*. Lisboa: ACIDI.
- Cordeiro, A. P. (2004). *Imigrantes, minorias étnicas e autarquias: Intervenções e omissões – Práticas políticas no Município da Amadora*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Universidade Aberta.

- Costa, A. C. S. M. (2005). *Narrativas de vida e percursos escolares de aprendentes de Leste*. Dissertação de Mestrado em Didáctica de Línguas. Aveiro: Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa da Universidade de Aveiro.
- Dammeyer M. (1999). *Prefácio*. In Comité das Regiões (1999). *Educação intercultural na União Europeia – Acção local, regional e inter-regional: Exemplos de boas práticas* (p. 7). Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Dias, B. (2002). *Os imigrantes e o mundo do trabalho em Portugal*. In *A imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal* (pp.329-338). Lisboa: Edições SOS Racismo.
- Dionísio, E.A.L. (2007). *Políticas locais e acção colectiva dos imigrantes da Europa de Leste, no concelho de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- ESDIME (2007). *Estudo sobre o impacto da certificação de competências na vida das pessoas: A experiência da Esdime*. Camarate: IEFP.
- Eurostat (2011). *Migrants in Europe. A statistical portrait of the first and second generation*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Ferreira, M. M. e Carmo, H. (1998). *Metodologia de investigação – Guia para auto aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ferreira, E. S. e Rato, H. (2000). *Economia e imigrantes*. (1.^a ed.). Coleção Comunidades Portuguesas. Oeiras: Celta Editora.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Fonseca, M. L. (2003). *Dinâmicas de integração dos imigrantes: Estratégias e protagonistas*. In *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade - Cidadania – Integração* (pp. 108-140). Lisboa: ACIME.
- Fortin M. F. (1999). *O processo de investigação – da concepção à realização* (2^a ed.). (tradução de Nídia Salgueiro). Loures: Lusociência.

- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17.^a ed). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego (2011). *Quadros de Pessoal 2011*. Lisboa: GEE-MEE.
- Gil, A. C. (1995). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas. Consultado em maio, 2013 em <http://www.das.ufsc.br/~andrer/ref/bibliogr/pesq/pesq1.htm>.
- Graça, C. M. D. F. (2008). *Sós ou amparados? A percepção de suporte social numa amostra de imigrantes em Portugal*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Head, B. F., e Semënova-Head, L. (2010). *Problemas na aprendizagem da pronúncia portuguesa entre falantes adultos de russo*. *Cadernos de comunicação e linguagem*, (Vol. 2), 13-33.
- Instituto de Educação da UNESCO (1998). *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – Hamburgo 1997*. Lisboa: Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Educação e Inovação.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Estatísticas demográficas 2010*. Lisboa: INE.
- Lalanda, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, XXXIII (148), 871-883.
- Lima, L. C. (2005). A educação de adultos em Portugal (1974-2004). In R. Canário e B. Cabrito (Orgs.). (2005) *Educação e Formação de Adultos. Mutações e convergências* (pp. 31-60). Lisboa: EDUCA.
- Lima, M. P., Vieira, C. M. C. e Oliveira, A. L. (2007). *Metodologia da investigação científica – Caderno de textos de apoio* (8^a ed.). Textos não publicados. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Malgesini, G., e Giménez, C. (1997). *Guia de conceptos sobre migraciones, racismo e inter-culturalidad*. Madrid: Ed. La Cueva del Oco.
- Malheiros, J. M. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri.

- Malynovska, O. (2004). *International labour migration from the Ukraine: the last ten years*. In M. I. Baganha e M. Fonseca. (ed.). (2004). *New waves: Migration from Eastern to Southern Europe* (pp. 11-21). Lisboa: Metropolis Portugal.
- Marques, J. C. e Góis, P. (2010). *Quando os extremos se tocam: imigrantes ucranianos em Portugal*. In M. I. Baganha, J. C. Marques e P. Góis (orgs.). *Imigração ucraniana em Portugal e no Sul da Europa: a emergência de uma ou várias comunidades?* (pp. 25-117). Lisboa: ACIDI.
- Martins, H. H. T. S. (2004). *Metodologia qualitativa de pesquisa*, Educação e Pesquisa, Vol. 30/2, 289-300.
- Martins, A.J. (2005). *A escola e a escolarização em Portugal: Representações dos imigrantes da Europa de Leste*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Matos, C. (1993). *Migrações: decisões individuais e estruturas sociais*. *Socius Working Papers*, n. ° 5/93. Lisboa: Universidade Técnica.
- Mendes, M. M. (2009). Imigrantes russos e ucranianos na AML: retratos sociais, *Ler História: Emigração e Imigração*, número especial, 183-210.
- Mirotshnik, V. (2008). *Integração e escola em populações imigrantes da ex-URSS*. Lisboa: ACIDI.
- Moreira, A., (1996). *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Oliveira, A. L. (2010). *Um olhar de dentro: Perspectivas de professores acerca de necessidades de mudança na escola*. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 22, 127-138. Consultado em maio, 2013 em <http://sisifo.fpce.ul.pt>
- Osorio, A. R. (2003). *Educação permanente e educação de adultos*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Papademetriou, D. (2004). *Imigração, perspectivas e desafios*. In ACIME, *I Congresso Imigração em Portugal, Diversidade - Cidadania-Integração* (pp. 22-30). Lisboa: ACIME.
- Peixoto, J. (2002). *Strong market, weak states: The case of foreign immigration in Portugal*, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28(3), 483-497.
- Peixoto, J. (2004). *As teorias explicativas das migrações: Teorias micro e macro-sociológicas*. *SOCIUS Working Papers*, 11/2004. Lisboa: Universidade Técnica.
- Peixoto; J. (2008). *Imigração e mercado de trabalho em Portugal: Investigação e tendências recentes*. *Revista Migrações*, 2, 19-46.
- Pereira, C. (2010). *O processo de RVCC de Nível Secundário e a orientação para a aprendizagem ao longo da vida*. Dissertação de Mestrado em Gestão Escolar. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Economia.
- Pereira, S. e Vasconcelos, J. (2007). *Combate ao tráfico de seres humanos e trabalho forçado – estudo de casos e respostas de Portugal*. Escritório da OIT em Lisboa, Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- Pintassilgo, J. e Mogarro, M^a. J. (2009.) *Educação, cidadania e alfabetização em contexto revolucionário*. In *Educação, cidadania e alfabetização em contexto revolucionário* (pp.51 – 68). Porto: Porto Editora.
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
- Pires, S. (2004). *O terceiro sector imigrante e as associações dos imigrantes do Leste Europeu em Portugal - estruturação de um novo espaço de cidadania?* Oficina do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Consultado em outubro, 2012 em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/204.pdf>

- Pires, A. L. O. (2007). Reconhecimento e validação das aprendizagens experienciais. uma problemática educativa. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 2, 5-20. Consultado em novembro, 2011 em <http://sisifo.fpce.ul.pt>
- Portes, A. (1999). *Migrações internacionais – origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- Quintas, H. (2008). *Educação de adultos: Vida no currículo e currículo na vida*. Lisboa: ANQ.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, N. (2007). *Interculturalidade, educação e desenvolvimento – o caso das crianças migrantes*. In *Eu e o Outro – Estudos multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais*. Perafita: Areal Editores.
- Ramos, N. (2008). *A diversidade cultural na cidade: Problemas e desafio*. In L. Rubim e N. Miranda (orgs). *Transversalidades da Cultura* (pp. 133-179). Salvador, EDUFBA.
- Rede Europeia das Migrações (2012). *Glossário de Migração e Asilo*. REM.
- Rego, H. C. (1999). *A nova Rússia*. Lisboa: ISCSP.
- Reis, J. et al. (2010). *Imigrantes em Portugal. Economia, pessoas, qualificações e territórios*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rita, J.P., e Rita, P.L. (2004). A Escola no caminho da fixação dos imigrantes de Leste no interior do país. Constrangimentos e desafios. *Revista Sociedade e Trabalho*, nº 19/20, Lisboa: DEEP-MST.
- Rocha-Trindade, M^a B. (1993). *Perspectivas sociológicas da interculturalidade. Análise Social*, vol. XXVIII 123-124; 4º-5º, 869-878.
- Rocha-Trindade, M^a B. (2000). *História da imigração em Portugal*. *Janus 2001, Anuário de Relações Exteriores*, 170-173.

- Rocha-Trindade, M^a B. (2001). *Perspectivas actuais das migrações em Portugal*. In *Movilidad interne y migraciones intraeuropeas en la península Ibérica, actas del Coloquio Europeo, 8-9 noviembre de 2001* (2002) (pp.147-170). Santiago de Compostela: Universidade.
- Rocha-Trindade, M^a B. (2004). *A realidade da imigração em Portugal*. In ACIME, *I Congresso Imigração em Portugal, Diversidade-Cidadania-Integração* (pp. 172-184). Lisboa, ACIME.
- Rodrigues, S. P. (2009). *Guia de operacionalização de cursos de Educação e Formação de Adultos*. Lisboa: ANQ.
- Rodrigues, A. I. F. (2010). *Caminhos do Leste: a imigração enquanto processo de transição pessoal e social*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
- Rosa, M. J. V. (2005). *(Des)encontro entre as migrações internacionais (laborais) e as qualificações (escolares): o caso dos europeus de Leste em Portugal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Sacco, M. (2005). *Geografia universal: grande atlas do século XXI – Europa Oriental e do Sul* (Vol. 4). Lisboa: Planeta De Agostini.
- Santos, V. (2004). *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e emigração dos anos 90 à actualidade*. Lisboa: ACIME.
- Santos, B. S., Gomes, C.; Duarte, M. e Baganha, M. I. (2007). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Coimbra: CES.
- Satzewich, V. (2002). *The ukrainian diaspora*. London: Routledge.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo – 2011*. Oeiras: SEF/Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2013). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo – 2012*. Oeiras: SEF/Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação.

- Silva, A. P., Barros, C. R.; Nogueira, M. L. M. e Barros, V. A. (2007). Conte-me sua história: Reflexões sobre o método de história de vida. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, I (1), 25-35.
- Silva, A. J. (1990). *Educação de Adultos: Educação para o desenvolvimento*. Porto: Edições ASA.
- Silva, E. (2010). *Competências linguísticas e trajetórias profissionais dos imigrantes ucranianos e moldavos na AML*. Dissertação de Mestrado em População, Sociedade e Território. Lisboa: Faculdade de Letras.
- Sousa, J. E. X. F. (2006). *Imigrantes ucranianos em Portugal. Da satisfação das necessidades de imigração à adoção de comportamentos saudáveis*. Tese de Doutoramento em Psicologia, especialidade em Psicologia Intercultural. Lisboa: Universidade Aberta.
- Sousa, L., e Alarcão, M. (2007). Quem apoia os imigrantes de Leste em Portugal?: um estudo exploratório das suas redes sociais pessoais. *Psychologica*, 45, 171-193.
- Sousa, F. N., e Sousa, D. N. (2011). *Editorial: Formular questões de investigação, Internet Latent Corpus Journal*, Vol. 2 N.º1, 2-5. Consultado em julho, 2013 em <http://revistas.ua.pt/index.php/ilcj/article/viewFile/1275/1172>
- Tiago, M. (2006). *Ensinar e aprender a pensar*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação.
- Torres, C. A. (2003). Política para educação de adultos e globalização, *Currículo sem Fronteiras*, 3(2), 60-69.
- UNESCO (2010a). *Confintea VI*. Marco de Ação de Belém. Brasília: UNESCO.
- UNESCO (2010b). *Relatório global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos*. Brasília: UNESCO.
- União Europeia (2010). *Uma oportunidade e um desafio. Imigração na União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

- Vala, J. (1986). *A análise de conteúdo*. In A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais* (11.^a ed) (pp.101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Valentim, J. P. (1997). *Escola, igualdade e diferença*. Porto: Campo das Letras.
- Valentim, J. P. (2011). *Representações sociais do luso-tropicalismo e olhares cruzados entre portugueses e africanos*. In M. J. Simões (Coord.). *Imagotipos Literários: Processos de (Des)configuração na Imagologia Literária* (pp. 55-75). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.
- Vieira, C. M. C. (1999). A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: questões relativas à sua fidelidade e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIII (2) 89-116.
- Wilson, A. (2000). *The ukrainians: Unexpected nation*. London: Yale University Press.

Anexos

Anexo A: Cronograma

Anexo B: Guião da Entrevista

Anexo C: Autorização dos participantes

Anexo D: Matriz de Análise de Conteúdo das Entrevistas

Guião da Entrevista

Blocos	Objetivos	Questões Orientadoras	Questões de aferição e de recurso
I – Legitimação da entrevista	<p>1 – Realizar a apresentação dos intervenientes e da investigação.</p> <p>2 – Garantir que o participante compreende os objetivos e a importância da entrevista e do estudo.</p> <p>3 – Assegurar que o participante compreende os aspetos éticos e deontológicos referentes à confidencialidade, pedido de autorização para gravação, direito ao esclarecimento de dúvidas e à não resposta.</p>	<p>1 – Agradecer ao participante a sua disponibilidade em participar no estudo;</p> <p>2 – Explicitar o problema, os objetivos e os benefícios do estudo;</p> <p>3 – Explicar o procedimento, a metodologia e as condições da entrevista;</p> <p>4 – Colocar o entrevistado na situação de colaborador;</p> <p>5 – Garantir a confidencialidade dos dados.</p>	
II – Caracterização sociodemográfica	<p>1 – Recolher dados sociodemográficos sobre o participante e compreender a sua situação familiar atual.</p>	<p>6 – Antes de começarmos a falar sobre a sua integração em Portugal e sobre o curso que frequentou, será que poderia falar um pouco sobre si?</p>	<p>a) Que idade tem?</p> <p>b) Qual o seu estado civil? Tem filhos? Quantos e com que idades?</p> <p>c) Onde vivia na Ucrânia?</p> <p>d) Onde vive em Portugal e com quem?</p> <p>e) Tem parentes ou pessoas próximas a viver em Portugal?</p>
III – Processo de emigração e acolhimento em Portugal	<p>1 – Perceber as razões que motivaram a ato de emigrar e as condições que o participante teve durante o processo.</p> <p>2 – Compreender como se processou o seu acolhimento em Portugal.</p>	<p>7 – Como surgiu a decisão de emigrar?</p> <p>8 – Fale-nos um pouco da sua situação no momento de emigrar e como foi essa experiência para si.</p> <p>9 – Quais as razões que o/a levaram a escolher Portugal?</p> <p>10 – Fale-me sobre as condições que enfrentou à chegada e quais foram as suas principais dificuldades.</p>	<p>a) Em que ano deixou a Ucrânia?</p> <p>b) Veio diretamente para Portugal ou esteve a viver noutro(s) país(es)?</p> <p>c) Saiu sozinho/a ou com familiares/amigos?</p> <p>d) No caso de ter filhos, de que forma é que isso influenciou a sua emigração?</p> <p>a) Conhecia alguém que já vivia em Portugal?</p> <p>b) Teve dificuldade em tratar de burocracias relativas à sua permanência?</p> <p>c) Houve alguém ou alguma entidade que tivesse um papel decisivo na fase do seu acolhimento?</p>

IV - Inserção no mercado de trabalho e na comunidade	1 – Entender os mecanismos que levaram ao primeiro emprego em Portugal (redes de suporte /autoiniciativa do participante) e o percurso profissional até ao presente.	11 – Fale-nos do seu percurso profissional. 12 – Encontra-se satisfeito com a sua atual situação profissional? O que mudaria? 13 – Alguma vez sentiu que o mercado de trabalho em Portugal não lhe deu as oportunidades mais adequadas à sua formação?	a) Qual era a sua profissão na Ucrânia? b) Qual foi o seu primeiro trabalho em Portugal e como o conseguiu? c) Quais as condições que lhe ofereceram (tipo de contrato, vencimento e descontos)? d) Como se sente perante as diferenças entre a anterior e a atual profissão? e) Que acha que poderia ser feito para modificar a situação?
	2 – Perceber como se processou a aprendizagem da língua portuguesa (contextos formais e informais).	14 – Como aprendeu a falar e a escrever português?	a) Frequentou algum curso de língua portuguesa, nomeadamente a iniciativa <i>Português para Todos</i> ? b) Quais foram as principais dificuldades nessa aprendizagem?
V – Educação e Formação de Adultos	1 – Compreender em que medida a frequência da iniciativa <i>Novas Oportunidades</i> facilitou a sua integração em Portugal.	15 – Porque é que surgiu a necessidade de frequentar um curso de educação de adultos? 16 – Do seu ponto de vista de que forma é que o processo educativo que frequentou influenciou a sua integração em Portugal? 17 – O que é que mudaria no curso que frequentou? 18 – Se o tempo voltasse atrás tornaria a frequentar esta ação ou recomendaria o curso que frequentou a alguém que se encontrasse numa situação idêntica à sua?	a) Considera que a frequência deste curso: i. Facilitou a aprendizagem do português? ii. Permitiu uma maior integração na comunidade portuguesa? iii. Lhe deu mais acesso a oportunidades de emprego? iv. Outros aspetos. b) Fale-nos de quais são para si os aspetos positivos e negativos do seu curso e da <i>Iniciativa Novas Oportunidades</i> .
VI – Rede/afiliação, identidade e expectativas	1 – Perceber quais as redes sociais que o participante estabeleceu em Portugal.	19 – Participa em atividades associativas, políticas ou religiosas em Portugal?	a) Dê exemplos. b) Qual é o tempo que dedica a essas atividades? c) Quem participa consigo nessas atividades: familiares, amigos de nacionalidade ucraniana e/ou amigos portugueses?
	2 – Entender a perceção que o participante tem de Portugal enquanto país de acolhimento.	20 – Considera que os imigrantes de Leste, especialmente os ucranianos, são bem integrados pela sociedade portuguesa? 21 – Como é ser imigrante em Portugal? 22 – O que pensa dos	a) Quais os aspetos positivos e negativos de ser imigrante neste país, de acordo com a sua experiência pessoal?

ANEXO B: Guião da Entrevista

		portugueses: i. Ao nível das pessoas? ii. Ao nível das instituições?	
	3 – Compreender como se sente por estar geograficamente distante do seu país e quais as expectativas que tem de um possível regresso.	23 – De que é que sente mais falta do seu país? 24 – Sente-se próximo do seu país sendo emigrante? 25 – Pensa regressar à Ucrânia?	a) Contacta frequentemente com familiares e amigos na Ucrânia? b) Visita regularmente o seu país? c) Que motivos o levariam a voltar definitivamente à Ucrânia?
VII – Síntese e reflexão	1 – Captar o sentido que o entrevistado deu à situação da entrevista	26 – O que pensa dos objetivos deste estudo, e como vê o seu contributo para o mesmo?	
Agradecimentos.	2 – Reafirmar a confidencialidade de toda a informação recolhida.		

Autorização dos participantes

Aceito participar voluntariamente na investigação desenvolvida pela mestranda Vera Lúcia Galhós Menezes Estrela, inserida no Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, cujo principal objetivo é compreender a perceção que os imigrantes ucranianos têm da frequência de um curso de educação e formação de adultos em Portugal e como este facilitou a sua integração social, bem como perceber que outros fatores contribuíram para esse processo, do ponto de vista do/a participante.

Autorizo a realização e gravação da entrevista sob a condição da correta utilização das informações recolhidas, salvaguardando a total garantia de anonimato e a confidencialidade de todos os dados, os quais só serão utilizados para efeitos de investigação. Fui informado/a de que depois de concluído o estudo, todos os registos serão destruídos e ainda de que terei toda a liberdade para deixar de nele participar a qualquer momento, se assim for o meu entendimento, sem que dessa decisão decorra qualquer prejuízo para mim.

Assinatura do participante: _____

Data da realização da entrevista: _____

Matriz de Análise de Conteúdo das Entrevistas:
Tema I – A decisão de emigrar e a relação com o país de origem

Categories	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registo
1. Características do país de origem	1.1. Contexto económico	Impacto da situação económica nas suas vidas e na decisão de emigrar	<p>(E1) E tive lá trabalho na minha empresa e... não é minha própria, na empresa onde trabalhei, ganhava bem, ganhava dois ordenados por mês porque... dois ordenados mínimos. (...)</p> <p>(E2) Gostava muito de trabalho, o que era é que dinheiro sempre pouco. Meu marido trabalhava numa fábrica mas depois mandaram embora e ficou sem trabalho. (...) Lá na Ucrânia vida muito mal, muito mal... Dinheiro não dava para nada... (...)</p> <p>(E3) (...) faltava dinheiro, faltava tudo e eu (...) ter de vir para cá. Escolher uma vida melhor... (...)</p> <p>(E4) Depois lá [na Ucrânia] ... trabalho, trabalho não há... dinheiro preciso pagar casa, preciso pagar água, luz... (...)</p> <p>(E5) O que passava era... vida era muito, muito difícil. (...) Ucrânia não há trabalho, ganhar muito mal, pouco dinheiro... (...) Mas... desempregado... Teve que vir procurar outra vida cá longe. (...)</p> <p>(E6) Lá difícil, pouco trabalho... (...) foi muito, muito, muito difícil, porque dinheiro pouco, trabalho até arranjei mas ganhava mal, porque vida lá muito cara! Tinha meu irmão, é mais velho, que me ajudou a arranjar um trabalho lá mesmo na cidade, mas era poucas horas e dinheiro não dava... Eu tinha pena (...) Mas naquela altura não havia muito trabalho e a pessoa pensa que vai ter que ir embora. Sair da Ucrânia... (...)</p>
	1.2. Contexto político	Impacto da conjuntura política nacional nas suas vidas e na decisão de emigrar	<p>(E1) (...) era política. Tive que afastar-me de política por motivos próprios, porque não havia vida pessoal, havia vida só política e eu não aguentei. Tinha 18 anos, pedi autorização do meu pai para sair. (...) porque vida política isso ocupava tempo todo, não podia ter nem namorados, nem ver filme, nem... nada! Isso era, era uma boneca, para onde mandavam ir... temos que fazer aquilo que mandam e que é marcado (...) Fui eleita 8 anos seguidos pelos meus colegas na escola. Lá era na altura comunismo e... todos os anos havia sempre eleições e fui sempre eleita. Quando eu tentava sair da vida política, já tentava sair do país só a mim disseram-me que eu não posso sair do país 15 anos, porque escola política que eu tive (...) dava-me mesmo abrir portas e fazer vida política lá fora e como eu sabia muita coisa de lá eles não me permitiram, eu tive que autorização para não fazer política 15 anos (...)</p> <p>(E2) Sofri muito na Ucrânia por causa políticas, lá tudo muito confuso e vivia-se também mal por causa disso, sabe? (...)</p> <p>(E3) E depois estava pior e pior na Ucrânia. (...) Ah, na Ucrânia está tudo misturado política e... Se for política na Ucrânia bom... (<i>silêncio</i>) não valia a pena vir para cá. (...)</p> <p>(E5) Estado, políticas é tudo diferente, aí... muito... pronto... é difícil... (...)</p> <p>(E6) (...) lá não funcionam as coisas tão bem... mas não queria falar mais nisto. Política... é difícil... (...) ...lá política muito mau, mas últimos anos melhor... (...)</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

	1.3. Contexto sociocultural	Impacto dos fatores sociais e culturais nas suas vidas e na decisão de emigrar	<p>(E1) Lá na minha terra eu sentia-me sempre estrangeira. Porque na minha família era outra educação. (...) Eu lá não sentia-me mulher (...) foi maltratada! (...) Nem por parte (...) de colegas, nem por parte de próprias mulheres nem por parte de homens. (...) Um pano para usar. Uma cueca para vestir na hora (...)</p> <p>(E2) (...) meu marido falou com amigos e decidiram de vir para Portugal. Colegas dele de trabalho, nem sei... (...)</p> <p>(E4) Tinha medo, porque agora já agora calma. Calminho, está calmo. Mas na altura... estava uma bando, é, imigrantes, roubar passaportes, roubar tudo... (...) Tinha medo. Não queria vir para cá. Procura trabalho, pessoas trabalhei... e tira dinheiro deles (...) Isto 2000, 1999... assim por aí, quando as pessoa não sabem a língua, não sabem nada... não tem passaporte, não tem nada... tiram os passaportes eles trabalham e não paga nada! Tive medo. (...)</p> <p>(E6) Nós já pensava emigrar porque muitas pessoas falava, e... pronto tinha vindo, alguns para Portugal. Amigos, colegas... e como falavam bem Portugal, nós pensava em vir. (...) ...Nós ainda novos, vinte e poucos anos, para pessoas novas a vida ainda mais difícil... (...)</p>
	2.1. Situação profissional na Ucrânia	Qual a profissão desempenhada no seu país e a condição laboral prévia à emigração	<p>(E1) Engenheira radioeletrónica. Na altura isto só funcionava para as fábricas de produtos militares. Quero dizer... aparelhos militares de radiofonia, para apanhar máquinas, ou... aparelhos estrangeiros... (...) Tive que fazer estas máquinas (...)</p> <p>(E2) (...) escola profissional curso técnico, auxiliar de saúde. Trabalhei lá em hospital e clínica de saúde. (...)</p> <p>(E3) Na minha terra era músico (...) tinha banda grande, de vinte e cinco pessoas. Era patrão de banda (...) uma banda assim de instrumental... (...)</p> <p>(E4) (<i>silêncio</i>) Não quero falar... (<i>suspira</i>) ... na Ucrânia... Era professora de Educação Física... (<i>risos</i>) (...)</p> <p>(E5) Na Ucrânia eu trabalhava com computador, firma de computadores, mas estava mal, muita gente saiu... e não havia trabalho. Minha mulher (...) enfermeira... hospital em Kiev. (...)</p> <p>(E6) Trabalhava como técnica em laboratório. Era na minha área, química, mas era poucas horas, só vinte cinco por semana e não dava...(...)</p>
2. Âmbito pessoal	2.2. Situação familiar	Motivos percebidos para justificar a emigração face ao contexto familiar no país de origem	<p>(E1) Estava casada, depois... tive acidente, fui atropelada (...). e quando fiquei sem ombro... o meu homem abandonou-me, por isso... Abandonou-me no aspeto que tive de procurar outra vida. (...) Por isso eu estou a agradecer a Deus que não tive filhos! (...)</p> <p>(E2) Muito, muito difícil porque nessa altura o que passou também foi que fiquei grávida... (<i>suspira</i>) Foi período muito complicado da minha vida... (...) Ai, desculpe! (<i>chora</i>) O que foi, é que eu fiquei lá sozinha e tive bebé sem marido perto. Só tinha minha mãe e irmão, pai morreu era eu pequena. Foi muito difícil. Ele [marido] veio para Portugal (...) janeiro de 1999, a minha filha nasceu em 1 de fevereiro. (...) era muito difícil criar lá filha (...)</p> <p>(E3) Nasceu a minha filha. (...) Casado. (...) Depois... veio, veio cá... (...) a minha mulher ainda ficou lá... com os meus filhos... (...)</p> <p>(E4) (...) marido foi para Portugal (...)</p> <p>(E5) (...) dois filhos quase idade para começar estudar... (...) Custava deixar mulher e meninos pequeninos e ir para países longe... Mas falamos e depois apareceu de ir para Espanha com pessoas de lá...(...)</p> <p>(E6) (...) acabei curso 2002 e nesse ano casei. Meu marido colega lá. (...) Casámos e... poucos meses depois marido veio para Portugal! (<i>risos</i>) (...) ...Ele falou com essas pessoas e arranjou para vir para Portugal. (...) Ele veio primeiro porque era mais fácil, por ser homem, quero dizer, a pessoa tem sempre medo! (...)</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

3. Processo migratório	3.1. Redes de apoio à emigração	Quais os principais intervenientes no processo migratório	<p>(E1) O que é que se passou lá na minha terra: andavam a procurar uma mulher que pode cuidar de um bebé [em Portugal]. E eu aceitei. (...)</p> <p>(E2) (...) arranhou logo trabalho em obra, meu marido lá já era carpinteiro em obra e aqui veio fazer o mesmo. Ganhava muito bem cá, mandou-me dinheiro poucos meses depois... mas eu não aguentei! (<i>chora</i>) eu tive que vir também. (...)</p> <p>(E3) (...) amiga de minha esposa. Ela tinha marido aqui em Portugal, cá em Portugal e... ela também foi comigo. (...)</p> <p>(E5) Sim, ele [primo] veio 1999, ano antes... assim, comprou, vamos dizer, a uma agência lá em Kiev. Mas foi tudo bom, pagou mas trataram tudo e pronto, não foi enganado nem nada dessas coisas. Porque você sabe... muitas pessoas esses... era coisas más, mas ele não. Veio para Portugal (...) e ficou logo com quarto, trabalho em obra, foi bom. Eu pensei vir nessa altura (...)</p> <p>(E6) (...) acabámos por esperar de ele [marido] arranjar trabalho e casa e depois eu vim. Ele também arranhou praticamente logo, naquela altura também em Portugal havia mais trabalho... (...)</p>
	3.2. Viagem e deslocação	Em que condições foi realizada a viagem e como se processou o trajeto migratório	<p>(E1) Diretamente para Portugal. (...)</p> <p>(E2) Foi horrível! Vim menina tinha quase dois aninho, foi em janeiro de 2001. Sozinha, sozinha! Vim de autocarro, não conhecia pessoas, mas graças a Deus (...) ia lá um casal com filhos, que ele tinha ido buscar, e me ajudaram muito na viagem. Acho que foi uma aventura que tive mas correu no fim tudo bem. Minha menina portou bem e foi bom no fim! (<i>suspira</i>) Você desculpa eu estar assim, mas custou-me muito... (...) foi mau mas foi a melhor coisa que fiz. Se eu ficava lá mais tempo, tinha ficado maluca! (<i>risos</i>) Ai meu Deus! (...)</p> <p>(E3) Sozinho, sozinho, sozinho. Sozinho porque... quando não sabes... (...) Pois... Não sabia nem língua! Estava muito complicado! Eu não sei... não sei dizer nada! Por isso, era muito, muito, muito difícil! (...)</p> <p>(E4) Não, não é sozinho. Tinha um casal do nosso país. Fomos os três. Eles já foi embora. Acompanhada. (...)</p> <p>(E5) Quero dizer, vim... mas antes estive na Espanha. (...) Veio com amigo, colega de trabalho lá na Ucrânia... mas ele ficou na Espanha... agora já voltou nossa terra... De família eu vim em primeiro, sozinho... quero dizer, vim com colega e amigos lá... eles tinham conhecimento e viemos num autocarro pequeno. Pronto, eu foi primeiro para Espanha, estive lá três meses mas não gostar, arranhou trabalho mas não gostar... depois primo em Portugal chamar eu para cá e vim... não gostava porque era muitas horas no trabalho, era obra, e patrão era muito mau porque eu... nós muitos não sabiam falar nada e nem papéis muito em ordem, tipo SEF, ou assim e eles tratava muito mal. Nem quase comida e não pagava como tinham dito, por isso eu pensei de vir para Portugal. Falei com ..., esse primo meu, e ele disse “Vem, há trabalho e casa” e eu fui. Apanhei autocarro com dinheiro que tinham pago e quase não dava! (<i>risos</i>) Fui porque ele tinha dito para [localidade], e eu comprei. Foi umas nove ou dez horas, mas autocarro tudo muito bom. Assim grande e eu fui sozinho. Não sabia dizer nada porque espanhol não sabia, pronto, era muito pouco que eu soube lá e português também nada, nada. (...)</p> <p>(E6) E vim... também num autocarro pequeno, veio até com uma mulher de colega meu marido. Ela trazia já dois filhos. Tinha coragem aquela mulher! (...)</p>
	3.3. Chegada ao destino	Quais as condições à chegada e as	<p>(E1) (...) Venho com proposta de trabalho garantida só que cheguei aqui enganaram-me. Roubaram-me documentos e tudo e abandonaram-me na rua. (...) [Eram] de lá. Eles tiveram de procurar pessoas com cadastro limpo, burro, para ter documentos limpos. Não sei... para fazer traficância... não sei... traficantes. Só tive sorte em encontrar o meu</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

		<p>redes de suporte nesta fase</p>	<p>homem (...) porque eu estava a chorar (...) e ele é que me perguntou “o que é que se passa” e eu falava quase nada português (...) e disse “o passaporte” e estava a chorar, e levou-me a polícia e nós fomos. (...) Tive de denunciar as pessoas (...) que trouxeram-me a primeira vez. (...) Eu tinha medo de início sempre... porque quando roubaram o passaporte já mete medo tudo. (...)</p> <p>(E2) [Adaptação] Ao país fácil, gostei muito... (...) início muito difícil ir compras, tudo era difícil para mim perceber o português... Ler e ouvir... (...)</p> <p>(E3) (...) muito tempo não conseguia ter de arranjar trabalho. Muito tempo, quero dizer (...) três meses por aí... (...) Fomos para [localidade] Ele tinha trabalho na, naquela altura, tinha trabalhos, prontos... já estava um bocadito... não é, a minha vida cá, não sei... onde é que viver, onde é que... também não tinha dinheiro muito para... Para sobreviver. E... fiquei lá alguns tempos. (...)</p> <p>(E4) Eu só quinze dias como turismo, só visto turismo... (...) E meu marido foi para mim tudo, ajudou... (...)</p> <p>[Dificuldades] Só língua portuguesa. A língua. E agora não há trabalho, também. (...)</p> <p>(E5) (...) cheguei e primo foi lá mais colega e levou para apartamento deles. Muito bom! (...) Difícil deixar nosso país, tudo sem saber para onde vamos, sem conhecer nada, nem falar nada, nem ter família nem amigos, só tinha primo...ele ajudou também muito mas... não era bom estar aqui e todos os outros lá longe. (...) Só [tinha] primo e era solteiro, agora já casou com portuguesa! (<i>risos</i>) (...)</p> <p>(E6) (...) eu veio em janeiro de 2004, ainda me lembro, estava muito frio lá. Quando cheguei pareceu que era outro mundo! Até parecia que era calor! (<i>risos</i>) Fui logo ter com marido, ele já estava cá quase um ano! E eu nunca o via nesse tempo! (...)</p>
--	--	------------------------------------	--

Matriz de Análise de Conteúdo das Entrevistas:
Tema II – O processo de integração económica e social em Portugal

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registo
1. Integração económica	1.1. Legalização	Como decorreu o processo de legalização e quais os intervenientes envolvidos	<p>(E1) [Os papéis] isso eu tive que voltar para a minha terra. (...) Estive lá dois meses e meio... para voltar cá. (...) E ele [companheiro] é que (...) ajudou-me, tratou de tratar de tudo. (...) Facilitou tudo, tudo. Legalização... (...) Graças a Deus (...) Se não fosse ele eu não sei o que é que eu fazia. (...)</p> <p>(E2) Ele [marido] já estava legalizado, trabalhava tudo, tudo em ordem e tratou mim tudo no SEF, para ter todos documentos tudo como deve ser, em ordem para estar cá... (...) Ele é que me tratou papéis e bebé também... (...)</p> <p>(E3) Foi fácil. Naquela altura estava muito fácil. O patrão muito... ajudou-me. (...) Já morreu. Faleceu, infelizmente. Mas... era muito bom patrão. Muito bom patrão! Ajudou tudo. Tudo, tudo, tudo, tudo! Fomos para SEF, para serviço de estrangeiros com ele e ele tratou de todas as coisas, porque eu não falei nada praticamente!... (...)</p> <p>(E4) Foi marido... estava legalizado e eu como era esposa legalizei. (...)</p> <p>(E5) É bom... dificuldades não, não teve... primo sabia e ajudou... patrão também ajudou com documentos. (...)</p> <p>(E6) (...) marido tratou logo legalizar, SEF, tudo... ele e patrão dele também ajudou, patrão muito, muito bom. Ele trabalha com ele até hoje, já vão dez anos... e as coisas foram assim... tudo, tudo, tudo logo tratado. (...) não houve problema com SEF... nada, nada. Nesse aspeto acho bom. (...)</p>
	1.2. Aprendizagem do português	Perceção da aprendizagem da língua, local e/ou intervenientes no processo de aprendizagem	<p>(E1) No início era muito difícil (...) fui tirar quatro anos de escola primária... para adultos portugueses, não é estrangeiros. (...) Adaptei-me (...) Entrei para trabalhar para escola primária. (...) Lá é que me ajudaram muito. (...)</p> <p>(E2) (...) eu não falava português... nada, quase nada... meu marido falava já bem, ele tinha andado curso (...) e eu falei de ir também. E fui! (...) três ou quatro meses, mais ou menos e já ajudou. Era curso mesmo para estrangeiros, curso de português para estrangeiros. (...) Foi bom, eu gostei (...) achei pouca hora, mas deu para aprender alguma coisa. (...) isto já foi uns meses depois de eu estar cá (...) O mais difícil foi a língua, curso ajudou mas o que ajudou mais foi arranjar trabalho... (...) Aí é que aprendi mais a falar porque falava com patroas e também com meninos delas... crianças e eles ajudava muito... (...) até corrigia eu... meninos pequeninos! (<i>risos</i>) (...)</p> <p>(E3) [Dificuldade] na língua? Hii... até agora...(<i>risos</i>) (...) Ah, não eu não sei porquê mas...quer dizer... há pessoas que... português...no português falam comigo e eu praticamente não compreendo nada, apanho duas ou três palavras e depois compreendo o que é que ele quer dizer...(...) E com os outros... muito fácil, fácil, fácil, falo e compreendo tudo e é assim. (...)</p> <p>(E4) Dicionário! (<i>risos</i>) (...)</p> <p>(E5) Escola para imigrantes aqui muito boa, todas noites tinha aulas e eu aprendo bem... foi dois cursos escola secundária só de português para imigrantes. Havia lá muita gente, assim, russos e outros de outros países. Depois português para nós não muito difícil... também falar todos os dias com muita gente e tentar sempre falar mais</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

			<p>português. (...) E filhos ajuda muito! (...) Casa não, em casa falamos nossa língua...só às vezes português quando não percebe o que quer dizer palavra e filhos explicam... (...)</p> <p>(E6) No início, muito complicado! (<i>risos</i>) (...) é que eu não sabia nada falar! Graças a Deus inscreveu-se logo para aprender curso português para estrangeiros, senão... (...) Muito bom! Foi à noite, e professora muito, muito boa, paciência grande! (...) Mais difícil início foi português, mas depois no curso aprendeu. No trabalho não falava muito porque era limpezas e não falava quase com ninguém... Esse trabalho não ajudava a falar... (...)</p>
1.3. Inserção no mercado de trabalho	Início de uma atividade profissional em Portugal, setor e enquadramento legal da atividade exercida		<p>(E1) Aproveitei meus conhecimentos de Engenharia mesmo. (...) Encontrou uma fábrica que é alumínios... Acontece que eu tive que trabalhar lá nove meses (...) montar janelas e portas. Isto já pus logo contrato de trabalho (...) descontos para a Segurança Social, eu estava toda legal de trabalhar só não podia trabalhar por causa eu tinha passaporte de turismo.(...)</p> <p>(E2) (...) fui então trabalhar a fazer limpezas em obra, meu marido, patrão arranjou com amigo dele... E fui, ia quando era preciso mas era poucas horas. Depois arranjei de ir para (...) casas de senhoras, casas particulares em ... [localidade], fazer algumas limpezas na casa, passar a ferro e coisas que era preciso. (...) Descontos não, esses não. Só fiz contrato primeira vez tudo direitinho quando fui para lar onde trabalha agora. (...)</p> <p>(E3) Aqui em [localidade] vivia meu, meu amigo. Também estava comigo no conjunto. Tocámos doze anos na terra, na Ucrânia. Ele esteve cá. E...ele chamou-me. E... praticamente no segundo dia eu já arranjei trabalho com ele. Ele ajudou. (...) Fui trabalhar na fábrica... Trabalhei lá seis... seis anos e meio, por aí. (...)</p> <p>(E4) Aqui limpeza. (...) Limpezas. Através de amigos. Conhecemos amigos... Trabalhei primeiro para... [nome] Depois procurei para vizinhas. (...)</p> <p>(E5) Primo ajudou arranjar trabalho... obra onde ele trabalhava aqui (...)... obra grande... começou logo trabalhar poucos dias depois chegar. Mas foi pouco mais difícil falar patrão e outros colegas obra porque não sabia português... fora trabalho, supermercado e outros lojas era fácil porque aqui muito gente fala inglês e minha profissão Ucrânia eu tinha saber algum inglês. (...) Logo, logo... não foi... mas depois sim, fez descontos... e patrão seguinte também fez...muito bom porque depois teve subsídio desemprego. Pronto, assim há três anos enquanto não teve trabalho. (...)</p> <p>(E6) (...) arranjei logo de fazer limpezas para firma. Andava em escritórios e assim, trabalho bom. Ainda lá andei seis meses. Depois saiu... (...) ...foi logo tudo com descontos (...)</p>
1.4. Situação profissional em Portugal	Evolução profissional em Portugal e situação atual		<p>(E1) Sou funcionária administrativa e estou a fazer limpezas. Por isso... não é muito bem! (...) Porque posso dar muito mais a este país, da educação que tenho, da experiência que tenho (...) De mim não depende. Depende mesmo das pessoas. (...) a trabalhar qualquer trabalho que eu faço eu sou muito responsável neste aspeto, até de limpezas não saio antes de acabar o trabalho... por isso, o carácter também conta, a experiência que eu tive lá da minha terra conta muito! (...)</p> <p>(E2) No lar eu tive lá de início um ano e meio só fazer limpezas... saí nessa altura em 2005, acabou contratos. Depois nasceu minha filha ... [nome] e a seguir trabalhei numa firma de limpezas dois anos. Saí e depois tive que por papéis no fundo de desemprego. (...) É, trabalho nesse lar. Foi o mesmo onde já tinha trabalhado antes. (...) sou auxiliar lá. Faço o que é preciso! (<i>risos</i>) (...) Gosto, minhas colegas muito boas, gosto muito de lá estar a trabalhar, dos utentes, muito bom... (...)</p> <p>(E3) A pessoa adapta-se a tudo! (<i>risos</i>) (...) Trabalhei na fábrica. Fazia, fazia praticamente tudo! (...) Tudo inox, e</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

			<p>eu... consegui soldar lá o inox. Sozinho eu aprendi... (...) Foi uma experiência nova. Elétrica... e tudo (...) Também tive saudade por causa da música. Claro! (...) Queria tocar também, queria arranjar uma banda... Não era, não era tão fácil! Para tocar numa banda tenho que comprar aparelhagem (...) Mas com o tempo eu arranjei aqui banda. Toquei dois anos assim, fizemos uns concertos nos cafés e assim. E depois... acabei porque... era... a única coisa muito longe. (...) Ensaiávamos dois, dois vezes por semana. E... 30 km para lá, 30 para trás. Dois vezes... 120 km por semana... não vale... (...) Arranjei (...) trabalho mesmo como soldador. (...) Não tinha certificado nem nada, mas soldei... soldei bem! Mas agora nesta altura todos os patrões pedem: “Tens papel?”. Não, não tens, olha! (...) Tive no desemprego dois anos e tal. Não consegui arranjar trabalho. (...) Quando o desemprego estava a acabar, vieram carta para curso. (...)</p> <p>(E4) Não procurou [reconhecimento das habilitações académicas]. A única coisa. A língua tem que saber a língua perfeitamente. Aqui não há escola russa, ucraniana. Só na Lisboa... (...) Firma de limpezas. Condomínios... (...)</p> <p>(E5) Mas graças a Deus trabalhou quase sempre. Mais em obras, início o que era preciso, depois teve oportunidade de um patrão dar ensino na eletricidade. Mas fácil para mim... (...) Sou forte, trabalho pesado ... princípio muito cansado, trabalho dia e escola noite mas aguentou bem... Ucrânia mais fácil, trabalho sentado... (<i>risos</i>) (...)</p> <p>(E6) (...) arranjei para outro lado logo. Esteve noutra firma de limpezas três anos e depois foi para o desemprego. Nessa altura que tive em casa teve o filho. Depois fiquei em casa um ano. Menino depois foi para creche e eu fui trabalhar outra vez. Tive num supermercado seis meses, um contrato. Depois quando estava outra vez desemprego chamaram para curso. (...) Trabalho como assistente de contabilidade! Estou lá há quase dois anos, e gosto muito! (...) Hoje gosto muito minha profissão. (...)</p>
<p>2. Integração social</p>	<p>2.1. Redes sociais em Portugal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos associativos • Política • Religião 	<p>Participação em associações, na política ou religião, sejam estas atividades organizadas por portugueses ou imigrantes, e como contribuem para a sua integração</p>	<p>(E1) Participo em todos eles! (...) Da minha terra não! (...) da igreja, por exemplo. Quando posso (...) faço (...) limpezas na igreja voluntárias (...) Era tesoureira de Clube Desportivo (...) entrava (...) nas marchas populares, andava com pessoas. (...) Pertença ao departamento mulheres socialistas (...) A minha coordenadora ... disse que não gosta de política. Eu disse-lhe: “minha senhora, e você gosta quando burros mandam em você? Você tem que escolher quem vai mandar em você!” Para isto, nós temos de saber com quem estamos lidar, quem está a candidatar-se! (...)</p> <p>(E2) Participo muitas coisas! (<i>risos</i>) (...) Associação Recreativa (...) na organização de festas (...) também tem rancho de folclore e minha filha mais velha até anda lá, veja você bem! Ela também quase sempre vivia cá e gosta muito coisas Portugal. É muito bonito, eu gosta também muito (...) Política (...) Não gosto. Nunca gostei. (...) participa quando há Páscoa ou Natal Ortodoxo em janeiro. Pena não ser feriado mas patrões sempre facilitou a nós e dá folga. Na escola também professoras deixa minha filha faltar... E vamos sempre! Festas bonitas, lindas mesmo, e vimos pessoas que moram cá em Portugal mas noutros terras... Muito lindo. Eu sou muito religiosa, acredito Deus muito, muito... e muito, muito reza. Sempre! (...)</p> <p>(E3) Como estamos aqui eu vou a igreja nossa, às vezes ando lá... ou por altura de Páscoa assim... mas, não é assim... (...) Sim, não é muito assim... (...) Política não, para mim política é chinês. (...) Há pessoas que querem fazer umas coisas... até fazer umas festas. Tenho uma amiga minha da Rússia (...) gosta de fazer essas coisas, por exemplo os anos dos casamentos, quem tem muitos filhos... fazemos isso em conjunto com os portugueses (...) nas aldeias ou assim até fazemos alguns concursos também... (...) Às vezes fazes por exemplo o Natal, o Natal mas vem todos os que querem, quem é de Portugal vem... (...) também fazemos uns concertos, muitas vezes ela pedia (...) e eu</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

			<p>vai... (...)</p> <p>(E4) Não, não... Também na ... [localidade] tem a nossa igreja... (...) não frequenta muito... Também não tenho tempo. Eu tenho Cristo só aqui... no coração. (...)</p> <p>(E5) <i>(risos)</i> Política? Ai! Não... não, não... <i>(mais risos)</i> mas religiosas sim... aqui ... [localidade] igreja muito bonita para nós. Nós vamos muitas vezes... minha família religiosa, meus filhos gostam muito... depois também temos lá muitos amigos nossa terra, é bom falarmos todos e ouvir nossa língua, faz lembrar nossa terra. (...) Às vezes também vão igreja ortodoxa e às festas. Páscoa e o Natal nosso. (...)</p> <p>(E6) Política não participa em nada. Sabe que eu política já não gostava muito na Ucrânia... (...) Associações participa com marido associação de imigrantes. (...) Associação Ucrânicos em Portugal. Estamos para ajudar quando preciso! É importante, sabe? Porque também ajuda quem vem de novo, problemas que possa haver ou quem quer voltar (...) para a Ucrânia... (...) Somos associados. (...) Atividades religiosas (...) aí sim. Participamos muito, vamos na missa e festas todas da nossa igreja. Páscoa e Natal vamos sempre lá também. Minha família gosta muito, até o meu filho já gosta porque está com outros crianças amiguinhos dele. (...)</p>
	<p>2.2. Família/ reagrupamento familiar</p>	<p>Evolução da situação familiar em Portugal e contexto atual</p>	<p>(E1) Estou junta (...) O meu homem só este ano conseguiu divorciar-se por isso nós estamos pensar para casar (...) Ele é português. (...)</p> <p>(E2) Sou casada, meu marido também ucraniano, casámos lá há dezanove anos e tenho dois filhos, uma filha de catorze anos e uma de seis anos. (...) A mais pequena nasceu em Portugal e a mais velha ainda nasceu na Ucrânia... (...) veio para cá! (...) início estávamos apartamento pequeno mesmo na cidade, que meu marido tinha arranjado. (...) depois era nós os três... (...) Minha mãe já está cá também! (...) Veio quando nasceu minha filha pequenina em 2006. Nessa altura já vivíamos na aldeia. Minha mãe vive connosco. (...)</p> <p>(E3) Ela [esposa] (...) veio... passou-se nove meses, eu arranjei casa... (...) Eu já, já estava legalizado. Fez tudo, pronto. Depois legalizei a ela e fomos assim (...) devagarinho. (...) Ela [filha] estava, estava lá com a irmã, na Ucrânia, com a irmã da, da minha esposa. Também tinha-a visto quanto? Um ano e meio. (...) Então sem filha. Tenho saudade. Filha pequenina. E mais coisas... Tenho que mandar dinheiro para Ucrânia para ela também sobreviver. Mandámos a roupa... Tudo! Praticamente. (...) Depois eu fui lá (...) para a ir buscar, pronto. Foi difícil! Muito difícil! Ela tinha três anitos, e eu tive no caminho da Ucrânia para cá sete dias! E viemos no... naquele bus... bus pequeno. (...) Daqueles oito... doze lugares só! Era muito difícil! (...)</p> <p>(E4) Casada, pois. (...) Tenho dois filhos. Um filho estudar para Ucrânia para universidade, mais velho. E pequena... está cá! Está na escola... (...) Ai! Três, três anos quando ela [filha] veio para cá. Tinha um ano e meio [quando sai]. (...) Mais velho dez. (...) Tenho irmã. Sim, sim, sim... tem tudo... [o filho] está com minha irmã. (...) Chorou muito tempo e... saudades pois, esta vida! (...)</p> <p>(E5) (...) primeiro estive com primo (...), foi quase dois anos. Depois veio minha mulher com meus filhos ainda pequenos e agora moramos aqui em ... [localidade] ...terra pequena... (...) Mas eu agora já tem outro irmão em Portugal, o meu irmão mais novo já veio também para aqui. (...) [filhos] andam escolas portuguesas e nem parecem estrangeiros... (...)</p> <p>(E6) Ainda hoje não tenho família, só nós e filho. (...) tenho um filho pequenito, com cinco anos. Já nascido cá em Portugal. (...) Meu filho então... não há nada diferente de outros meninos amigos dele portugueses. (...)</p>

Matriz de Análise de Conteúdo das Entrevistas:
Tema III – A Educação e Formação de Adultos como fator facilitador do processo de integração

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registo
1. Funções do curso	1.1. Aquisição de conhecimentos	Principais conhecimentos adquiridos com a frequência do curso de formação	<p>(E1) Língua Portuguesa abrangeu muito mais porque aqueles termos profissionais que eu não sabia, lá é que eu aprendi. (...) E mais ainda por cima temos sempre renovar nossos conhecimentos, porque aparecem novos produtos, novos mecanismos, novas máquinas (...) novas coisas! (...) Como eu tirei quatro anos de língua portuguesa (...) achei bem continuar a estudar e tirar 12º ano (...) Não parei, tirei em paralelo dois cursos de informática, em língua portuguesa. (...) Porque com conhecimentos que eu tenho agora de língua portuguesa muito maiores, mas ainda por cima... tive que estudar de estatutos, de direitos e obrigações de Portugal... abrangeu... lei de trabalho (...) de sociedade, regras, conhecimentos mesmo nacionais. (...)</p> <p>(E2) (...) foi lá que eu comecei a escrever português melhor e a falar também. E isso é muito, muito bom. (...) Era muito bom e aprendíamos muitas coisas que eu não sabia... (...)</p> <p>(E3) Era primeiro a escola básica, (...) estudava dois meses assim... três meses... a escola básica só... ler, escrever e a matemática, as coisas assim... (...) depois vieram mais uma carta, veio outra carta para... para este curso profissional... jardinagem e sexto ano... (...) No (...) curso ...quer dizer não é melhor que todos, mas para ler e para escrever, escrevo melhor que todos, para ler... para escrever... as coisas assim compreendo (...) os exercícios e tudo e todas as coisas (...) mais rápido que todos... (...) A escola muito ajuda, muito ajuda... tenho dificuldade por exemplo na língua portuguesa para escrever uma história...exercícios assim para fazer uma historia, a pessoa não entra nada na cabeça... o que é que eu vou escrever? (...) É assim... foi uma vez ao pé da professora... “oh professora diga-me o que é que eu devo escrever por exemplo um tema deste”... E ela começa a falar e eu logo escrevo... brrrr! E sem erros, sem erros, é mais importante... (...)</p> <p>(E4) (...) já é segundo [curso]. Primeiro competências básicas. Escrever e ler... Pois... tem prática a escrever... mas não compreendo ler... (...)</p> <p>(E5) Eu já sabia bem português das outras aulas na escola mas ajuda sempre, mais vocabulário, assim... palavras mais técnicos... depois falamos muito e isso também ajuda, gosto muito de conversar com portugueses e com os professores, quero sempre aprender mais... (...) muito bom! Eu já tinha alguma formação e conhecimentos mas... diferente, porque aqui aprendeu mais coisas práticas assim, mecânica de máquina, computadores, muito importante... (...)</p> <p>(E6) A nível português muito, muito, porque aquilo que eu falava era muito pouco e no curso aprendeu mais palavras, vocabulário mais desenvolvido... muito melhor! (...) Aprendeu muitas coisas de português que não sabia. (...) Para isso curso que tirou foi muito bom. Eram áreas que não tinha muito conhecimento, gestão,</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

			contabilidade, trabalho administrativo e foi muito bom. (...) Aprendíamos muitas coisas, professores todos explicavam bem... (...)
	1.2. Integração social	Fatores perspetivados no âmbito da formação de adultos como influenciadores da sua integração social	<p>(E1) Os professores (...) são todos compreensivos. (...) Ajudavam-me pessoalmente porque... se calhar viram as minhas capacidades. (...) Quero agradecer agora todas professoras que contactaram comigo, que ajudaram-me, que... tiveram tolerância mesmo comigo! (...)</p> <p>(E2) Ajudam muito estes cursos. É que também é muitas horas juntos, pessoas ficam a ser quase como família! (...) Há pessoas lá que somos amigas até hoje! Fazemos jantar de vez em quando... (...)</p> <p>(E3) Muito gosto do curso. E todas, todas professoras também muito gostam de mim. (...) É como uma família! (...) Fazemos tudo e temos alunos assim muito engraçados todos alegres, assim sempre na brincadeira... pois, acabamos o curso... eu não sei... já tenho praticamente o telefone de todos eles... (...)</p> <p>Pois e sabe que começamos a estudar e logo neste dia já começámos na brincadeira... pronto é uma turma espetáculo, é espetáculo... por isso muito gosto dos portugueses, muito gosto, muito gosto... (...)</p> <p>(E5) (...) mais gente a conhecer, mais professores, mais amigos novos... (...) colegas turma muito boa, era único estrangeiro, quero dizer, havia um homem... africano, assim... mas era português. (...)</p> <p>(E6) Muito positivos. Gostou muito todos professores, pessoas todas muito boas. Só colegas... umas boas e outras más! Mas isso, pronto! (...) fiz amigos novos (...)</p>
	1.3. Desenvolvimento pessoal	Fatores perspetivados no âmbito da formação de adultos que contribuem para o desenvolvimento pessoal dos formandos	<p>(E1) Pessoas aprenderam a ler, escrever, saber (...) usar informação, conhecimentos para a empregabilidade, empregar... Tudo só positivo! (...) Sempre a atualizar-se! Temos que ser sempre, sempre, sempre!... Por isso cursos de Novas Oportunidades, de conhecimentos, de tudo têm que continuar! Porque nós estamos atrasados por, por pessoas não saberem! (...) Frequentei com muito gosto porque... até hoje não parei de estudar. Continuo (...) renovar os meus conhecimentos sempre, atualizar. (...)</p> <p>(E2) (...) melhorar tudo, a vida, aprenderem a (...) ser melhores em tudo, sentirem-se (...) com mais capacidades! (...) Eu até já pensar tirar 12º ano curso de noite. Gostava de estudar mais em Portugal porque acho que é importante. Minha filha está sempre a falar também: “Mamã, vai estudar mais, quando eu for escola secundário tu vais também!”. E eu gostava muito de ir... (...) Recomendava! Já recomendei até porque uma senhora (...) foi para curso jardinagem para ter 6º ano porque eu tinha dito para se ir inscrever no ano passada no CNO e foi... Ficou contente e eu também acho bem ela andar porque estava em casa e em casa não se faz nada de bom, pessoa fica (...) com depressão. (...) é bom ir para estas coisas. (...)</p> <p>(E3) (...) uma coisa que dá mais coisas para mim! (...) Aprendes mais. Eu gosto de estudar, gosto de aprender as coisas. (...) e se possível vou estudar mais, vou estudar mais, vou estudar...(...)</p> <p>(E4) Curso muito útil minha vida! (...)</p> <p>(E5) É importante porque também a pessoa fica mais... fica melhor assim, com confiança. Como dizer... para estudar e aprender mais (...)</p> <p>(E6) (...) acho importante estes cursos. Para tudo, para a vida das pessoas... Para não estar desemprego sem fazer nada. (...) Sempre recomendaria estes cursos porque desenvolve muitas capacidades... (...)</p>
2. Avaliação	2.1. Sugestões/ Críticas	Avaliação do curso com	<p>(E1) Não mudaria quase nada. (...) É útil. Só a única coisa é que devia ser mais prática, mais de tarefas (...) Recomendo. Até agora vou tentar recomendar a uma moça para ir lá (...) Porque o CNO devia continuar</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

do curso		referenciação aos aspetos positivos e negativos	<p>porque pessoas não sabem usar informática, máquinas, tudo... e tudo isto agora está em dar mais, e todos empregos agora estão informatizados! (...)</p> <p>(E2) Também acho que estes cursos deviam haver mais ainda porque há pessoas, mesmos portugueses, que precisam tirar estes cursos, aprender mais... (...) Acho muito bem estes cursos e nunca deviam acabar esses CNO's (...) falam acabar (...) acho mal. Porque pessoas precisam ter cursos... 9º ano é muito importante! Ou 12º ano! (...) Todos professores muito bons, ensinam bem... Até levavam visitas de estudo, fazíamos coisas... teatros para aprender, atividades muito coisas práticas. (...) Na minha opinião não vejo nada mal, tudo bom. (...)</p> <p>(E3) A única coisa que dá para tirar um curso...profissional, aqui todos os professores explica muito bem... explica tudo e eu acho que muito importante também a língua, mais importante escrever e ler...isso é o mais importante (...)</p> <p>(E5) Positivos... todos, todos... melhor conhecimentos... (...) Só acho que devia ter mais coisas práticas, de fazer mais coisas. Na Ucrânia, curso que tirei ensino... (...) profissional era mais atividades... mas foi bom, foi bom... Professores muito bons, explicam muito bem... (...)</p> <p>(E6) Mas do curso gostou muito mesmo. (...) Muitas pessoas andavam lá quase nem sabiam escrever bem, ou mexer com o computador... E era 12º ano!!! Pessoas assim nem sabiam quase nada, é a única coisa que acho... que às vezes pessoas vai para estes cursos e não tem grande capacidade porque tirou já 6º ou 9º ano em cursos assim destes... Claro que devem ter oportunidades, mas também não deviam de facilitar estas pessoas, e às vezes isso acontecia lá... (...) algumas pessoas eu pensava, o que elas vão fazer? Algumas não tem capacidades para trabalhar profissão melhor, porque tem 12º ano mas não sabem... não tem capacidades básicas! E isso só é mau. Mas também culpa das pessoas, formandas, porque não aproveita os conhecimentos das aulas, dos professores... Estar ali a passar o tempo e muitas não trabalham vários anos! Eu isso não acho bem... (...) Mas também o resto tudo bom... (...)</p>
2.2. Resultados profissionais		Perceção de fatores influenciadores da empregabilidade decorrentes da frequência do curso	<p>(E1) [Mais oportunidades de emprego] Sempre, sempre! Sempre! Não só por conhecimentos que eu tinha de profissão, não (...) capacidade abranger todas áreas de trabalho: o que pode e o que não pode (...)</p> <p>(E2) É sempre bom tirar estes cursos, porque aprende-se muito e isso é bom para qualquer profissão! Acho que é sempre bom aprender! Quanto mais souber mais fácil arranjar trabalho. (...) acho bem para aprender mais coisas, para ter vida melhor, quem sabe? Agora sem estudar não se tem nada, isso é assim... (...)</p> <p>(E3) É positivo. (...) E mesmo para os portugueses, porque, não sei se é verdade ou não, eu li essas coisas que... os portugueses que não acabou o... por exemplo o sexto ano também não podem trabalhar porque não... se o pessoal não consegue fazer assinatura, tás a ver... ou... para escrever uma carta ou entender uma coisa... (...) Bom para todos, para todos. É, é... Certeza absoluta. (...)</p> <p>(E5) (...) mal para todos, também para portugueses... mas depois deste curso espero algo melhor, porque tirou curso em Portugal para 12º ano em área eletrónica. (...) não sei... não sei... talvez não resolva minha situação (...) também pensa poder arranjar trabalho melhor e assim...</p> <p>(E6) (...) todas as coisas do curso muito útil para arranjar trabalho melhor. (...) Abriu portas pois, abriu tanto que fiquei a trabalhar onde fez o estágio! (<i>risos</i>) (...) ajuda a poder arranjar trabalho... Muito bom! (...)</p>

Matriz de Análise de Conteúdo das Entrevistas:
Tema IV – A condição de imigrante e a sociedade de acolhimento

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registo
1. Condição de imigrante em Portugal	1.1. Portugal como país de acolhimento	Perceção acerca de Portugal enquanto país de acolhimento	<p>(E1) Só também não facilitaram cá é portugueses. Porque haviam uns portugueses até ameaçavam-me (...) Estrangeiros têm que saber o seu lugar! Eles não podem mandar aqui! (...) Não, não considero isto [que os imigrantes são bem acolhidos em Portugal] Não, porque... até digo uma coisa... Isto não está a gravar agora? (...) Depois... Isso, isso eu digo depois. (...) Tem que se ter muita tolerância e paciência. (...) Estrangeiros têm que ser, aprender mesmo a respeitar as pessoas, como... terra onde vivem. (...) É preciso ter tolerância e bom coração para aguentar tudo se não tens... olha! Levas pontapés sempre! (...)</p> <p>(E2) Imigrantes ucranianos eu acho que melhor aceite, pelo menos nosso caso sim. (...) comigo, marido e filhos nunca nada mal (...) minha mãe gosta muito cá estar, ela já tem alguma idade e senhoras tudo muito amiga dela. Vai café, vai tudo, amigas muito grandes, senhoras portuguesas... Vida cá muito boa para nossa família todo. Graças a Deus e agradeço todos dias por termos vindo para Portugal... (...) É bom ter trabalho e ganhar bem. Ter casinha arranjada e tudo bom. (...) ser imigrante em Portugal é bom desde que haja trabalho, quando trabalho falta é sempre mau, por isso dou graças a Deus de termos os dois trabalho. (...) de viver cá gosta muito. (...) O que eu gostava mais na Ucrânia era minha cidade. Cidade lá grande, aqui terra pequenina... E gostava neve... Mas aqui Portugal já foi Serra da Estrela! (<i>risos</i>) (...) Acho que maioria pessoas não faz distinção para imigrantes... Não vejo assim que haja preconceitos (...)</p> <p>(E3) Tinha os amigos também... arranja-se! Estava para todo o lado, para todo o lado. Só que devagarinho, devagarinho também arranjei. Arranjei amigos e (...) ajudávamos uns com os outros. É assim... (...) e mesmo Portugal porque é uma país muito calma... calmo... calminho, muito bom...sim... e o tempo... a gente na nossa terra é frio com neve mas ... [a esposa] pode também gostar, gosta... porque no inicio quando vinha cá ela disse assim... não... porque não sabia falar... “Não, não, não... um ano e vamos para a Ucrânia ‘tá bem?’” (...) Já ‘tamos há dez anos cá e não queria ir. Não quer ir. (<i>risos</i>) (...)</p> <p>(E4) [Portugal] Pequeno país, mas grande coração! (...) vizinhos é do coração. Muito boas pessoas. Eu gosto. (...)</p> <p>(E5) Mas tinha força e patrão último ajudava (...) Portugal é bom... para imigrantes, não trata mal pessoas, eu acho quando tive em Espanha pior... também era há muitos anos e se calhar era diferente... não sei o que... mas quando vim para cá foi diferentes... pessoas, patrões bons. (...) Às vezes saudades de neve, aqui não há nunca... mas de frio não tem saudades... muito bom aqui inverno quentinho! (...)</p> <p>(E6) Eu acho que somos bem acolhidos porque nunca teve muitos problemas comigo e meu marido... (...) acho que Portugal país bom nesse aspeto, quero dizer, não é mau para pessoas que vêm de fora. (...) fácil legalizar e ficar aqui. (...) país calmo, cidade calma... (...) Temos é muitos amigos cá. Uns já eram (...) e outros fomos conhecendo... Também temos muitos amigos portugueses... (...)</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

<p>1.2. Os imigrantes de Leste em Portugal</p>	<p>Considerações acerca dos imigrantes de Leste e como percecionam esta população</p>	<p>(E1) Há ucranianas e ucranianas. Há ucranianas que fazem vida porca e há ucranianas que fazem vida digna! (...) Por exemplo, a ... [formadora] ela é romena! Tinha também uma parte muito difícil na aula. Quando entrou havia umas pessoas que (...) dizer que ela é estrangeira não quer saber nada disto. Também vi esta dificuldade dela... (...) Como eles andaram a inventar na cabeça deles! Faziam confusão só por causa que ela era estrangeira. (...) (<i>chora</i>) Começaram a inventar, complicar a vida dela. Coitada da mulher! “Porque sou romena, sou isto!” E casada com um português. (...). Ela é espetacular! Mulher digna, de capacidade, de, de honra... de tudo! (...) Sabe que muitas pessoas [imigrantes] não são tão abertas como eu. Vão dizer: “não, não, está tudo bem, está tudo bem, está tudo bem!”. (...)</p> <p>(E2) Acho que outros imigrantes de leste me parece pior (...) muito preconceito [com] romenos agora últimos anos, por causa dizem que vêm para fazer mal e são ciganos... (...) alguns que vieram para cá pouco tempo é mesmo. Mas também lhe digo que (...) conheço alguns imigrantes... romenos que estão cá Portugal muitos anos, até já são portugueses, e é pessoas muito trabalhadoras, nunca roubaram nem fizeram mal a ninguém... mas há pessoas, portugueses (...) que não sabem diferença... (...)</p> <p>(E5) Sim, aqui muitos ucranianos... e não é só. Também russos, moldavos, assim. (...) Encontramos muita gente assim, muitos já conhecemos cá, em Portugal. (...) também havia lá muitos ucranianos, russos assim, de leste, empresa grande e ele [patrão] gostava assim de nós... (...)</p> <p>(E6) (...) mas às vezes a pessoa sente-se assim... como se não fosse mesmo daqui (...) Acho que para algumas pessoas é sempre “aqueles de Leste”... mas no início se calhar era pior, para aqueles pessoas que vinham para cá quinze anos atrás ou assim. (...)</p>
<p>1.3. Discriminação/ Xenofobia</p>	<p>Situações de discriminação (direta ou indireta) ou xenofobia experienciadas ou relatadas, ou casos de preferência por este grupo em detrimento de outro(s)</p>	<p>(E1) Por que pensaram que eu (...) estava a fazer a vida, fazer a vida negra a mim porque pensavam que eu estou a trabalhar para ele [companheiro] ... fazer vida porca... e não é! (...) Tentaram dizer que ele traz para cá ajudas, ajuda a estrangeiros e tudo e faz estas coisas... Não é verdade! (...) Havia pessoas que não queriam para eu lá ficar mesmo. Faziam tudo para eu não ficar. Eu não fiquei. Aconteceu-me uma coisa, nos primeiros três meses na escola de ... quando eu fazia POC (...) havia xenofobia por parte dos meninos. (...) Porque eles sabiam aquilo que estão a falar os pais dentro de casa e traziam tudo para lá. Batiam-me, rasgavam-me meias, até chamavam-me filha da puta. (...)</p> <p>Eu entendia que não devia fazer queixa e não fazia (...) Chorava todos os dias. (...) Só que quando colegas repararam eles ficaram espantados! Chamaram atenção, chamaram-me os meninos para pedir desculpa, chamaram-me os pais e obrigaram os pais a parar com estas conversas em casa. Porque eles entenderão se meninos não param com estas ofensas, amanhã vão virar ofensas para eles próprios. (...) Cá, onde eu estou agora é o contrário. Educadoras não querem saber de isso para nada. Elas próprias são “xenofobistas”. Horrível! Horrível! Horrível! E não faço queixa nenhuma.(...) [No curso] haviam na aula minhas colegas, desculpe o termo mandar-me para caralho! (...) Tem que ver tudo com xenofobia. (...) Compreendo perfeitamente profissão vossa [professores/formadores], que há pessoas que não aguentam estar com ucranianos e tudo... e, têm obrigação de estar. (...)</p> <p>(E2) É claro que há ucranianos que se calhar não tão bem... eu sei ver isso, mas também esses se calhar já não cá... (...) Aqueles que vieram para fazer mal, início pessoas muito enganar outros imigrantes para vir para Portugal... Assim como tipo máfias... esses já não cá... Acho eu, pelo menos... E também mulheres ucranianas ou russas que vinham cá fazer a vida (...) algumas, muitas era enganadas... Acho que isso hoje já não passa tanto... pelo menos cá Portugal. Não sei. Acho que há uns anos falava-se mais isso... (...) e claro portugueses não gosta, acha mal... (...)</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

			<p>(E3) Eu falei no Serviço de Estrangeiros, fui tratar as coisas de... do bilhete de identidade, cartão de cidadão... e o homem que lá trabalha ele disse “para mim, melhor eu falar com dez, dez ucranianos, estrangeiros, esses russos, ucranianos, que com um brasileiro” E eu: “então porquê? A língua é mesma!”, “pá, não sei, não sabe ler, não sabe escrever, não compreende o que é que eu quero, tás a ver?”. É estranho, a língua é a mesma! (...)</p> <p>(E4) Patroa também gosta de pessoas da Ucrânia, tanto pessoas da Ucrânia ou... Trinta, trinta, tem trinta pessoas da Ucrânia. (...)</p> <p>(E5) Era... dizia que trabalhávamos bem. E preferia assim, ser de leste do que (...) outros assim que talvez não trabalha tanto... não sei... (...) Pronto, eu não queria falar... isto é pensar... pronto ele [o patrão] (...) era mais assim com os brasileiros... os africanos, assim pretos, eles trabalhava já muito tempo, sabiam... assim... mas de novo ele não queria brasileiros porque ‘tavam lá pouco tempo ou não queriam fazer... não sei... trabalhar... Mas isto que digo era ele que pensava. Eu e colegas não tinha problemas... são formas de pensar! (...)</p> <p>(E6) Algumas colegas era um bocada ainda... talvez preconceito de ser ucraniana, de leste. Às vezes diziam coisas más, mas para o final do curso já dava-se melhor comigo...(...) claro... há sempre pessoas que não gostam, ou têm preconceito com imigrantes... (...)</p>
<p>2. A sociedade portuguesa</p>	<p>2.1. Perspetiva sobre os portugueses</p>	<p>Perceção acerca dos portugueses, características das pessoas</p>	<p>(E1) Tolerância entre portugueses não é todos ajudam uma a outra. Há aquela rivalidade: tu és de classe e tu és pobre. Isto há muito! (...) Todas as nacionalidades têm tudo. Portanto não há diferenças. A única coisa que é fora deste país (...) eu nunca senti aquela rivalidade: eu sou dona, eu sou rica e, e... eu sou pobre. Aqui é mais. (...) Até nas escolas, até nas escolas. Se pai tem alguma capacidade... o menino é logo tratado diferente. (...) Há pessoas boas e há pessoas más. (...) Portugueses é muito orgulhosos. O orgulho é que está a dominar a eles. Isso é que está mal. (...) Porque as pessoas cá também têm uma... certa dificuldade: não podem castigar. O pior é este. Como é que tu podes ensinar uma pessoa que não te obedece? Na aula? Tu nem podes dizer a pai que ele está a portar-se mal! Não podes chamar a atenção dos pais que o seu menino está mal comportado. (...)</p> <p>(E2) Portugueses... acho que pessoas boas, amigas de ajudar... Só acho às vezes pessoas (...) gostam falar vida dos outros! (<i>risos</i>) Mas vizinhos todos bons amigos! (...)</p> <p>(E3) (...) eu muito gosto de estar cá e muito gosto as pessoas português. (...) Os pessoas português? Ai é maravilha, claro que tem muitas coisas mal, mas eu não vejo isso porque... vejo pessoas normal, até na minha aldeia aqui perto todos os vizinhos são espetaculares, espetaculares...toda a gente ajuda até não conhecia como é que eu chamo nem nada... no primeiro dia foi à tasca, eu sou vizinho... trabalho... qual é o problema? Há problemazitos, casa velha... era antigamente era creche... (...) Sim... temos que arranjar a canalização e tudo, tudo as coisas, no outro dia de manhã já estava dois homens para ajudar, nem leva nem dinheiro, nem nada, nada, nada, nada...é um espetáculo! (...)</p> <p>(E4) Na nossa terra pessoas mais nervosos, mais... Portugueses mais abertos... Mas isto tem para todo o mundo, aqui tem mais pouco... (...)</p> <p>(E5) Aqui todos são simpáticos e amigos, povo português gosta de ajudar... depois vivo terra pequena, vizinhos amigos, ajudam e eu também ajudo quando posso, todos bons vizinhos, muito bons. Meu irmão também mora aqui...é bom... (...) Portugueses todos muito simpáticos, amigos, bons vizinhos e minha filha... também portuguesa! Pois... gosto, gosto... (...)</p> <p>(E6) (...) pessoas no geral honestas. (...) Acho que são pessoas que gostam ajudar e gostam conviver... Acho que</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

			queixam-se é muito das coisas! (<i>risos</i>) ... assim... falar mal de tudo! (...)
	2.2. O sistema institucional	Perceção acerca das instituições em Portugal	<p>(E1) Autoridades. Colaborei mesmo com autoridades de PJ, de SEF. Foi a tribunal depor isto. Desta parte, resto eu não vou falar, porque... (...) vida é muito, muito injusta. E tive mesmo... não é em troca. [o meu companheiro] disse logo o caminho: se vocês deixam ela em paz a trabalhar aqui ela vai colaborar. (...) Olha eu sou bem recebida nas instituições, a frente de mim, por causa do meu homem. (...)</p> <p>(E2) Tipo SEF e assim? Acho muito bem. Quando vai a qualquer lado pessoa sempre bem atendida. (...) quando foi da minha mãe vir foi no Centro de Apoio ao Imigrante e ajudar em tudo, tudo, coisas tudo muito fácil tratar, muito bom. Lá até tinha informação ucraniano! Muito bom até... (...)</p> <p>(E5) (...) só precisa às vezes muito papel... papel aqui e papel para ali, muito papel... (<i>risos</i>) mas bom, ajudam sempre pessoas, não tem queixas... (...)</p> <p>(E6) E governo, estado português, apesar pessoas falar mal é bom, porque... pronto, é diferente Ucrânia. (...) Acho que instituições funciona bem, tratam documentos tudo, tudo... sem problemas, fazem trabalho bom, sem... olhe... sem mais nada! Não há (...) que pagar mais por nada para ser feito... pelo menos SEF, Loja Cidadão essas coisas, acho assim... (...) Na Ucrânia, no estado, coisas diferentes de todas formas. É! (...)</p>
3. Ligação à Ucrânia	3.1. Redes existentes no país	Do que sente mais falta e quais as redes familiares que ainda mantém na Ucrânia	<p>(E1) [Sinto falta] mãe. Pai já faleceu. Minha família. Só! (...) Tento contactar nem que seja falar pelo telemóvel...(...)</p> <p>(E2) Sinto muito falta do meu irmão, cunhada e sobrinhos. Eles são lá os dois médicos na Ucrânia. (...) já falou virem para cá, mas meu sobrinho mais velho já entrou universidade lá... (...) Meu irmão falamos muito! Pela internet (...) E amigos (...) Sinto falta muita deles todos! Mas meu irmão vem cá este ano. Vem ver isto cá. Eu já estive convencê-lo vir morar para cá (...) Eles só vinham se desse para trabalhar como médicos... Vamos ver o que dá... Eu gostava muito, ficava feliz muito, muito, muito! (...)</p> <p>(E3) (...) também tenho lá um irmão, tenho uma irmã, mãe... e não tenho dinheiro para ir, tenho que dar dinheiro para ela para a escola, para o almoço... (...) tenho três filhos já adultos lá. ... (...) Tenho quatro netos... (...) falo com o irmão na internet, no <i>Skype</i>, agora já está melhor... pelo telefone é muito caro...(...) só que família pronto, irmãos... é tudo... eu gosto mais de estar cá (...).</p> <p>(E4) Só filho, mais. Só família. (...) Fala sempre. (...)</p> <p>(E5) (...) resto família, outra irmã e mãe e pai ainda Ucrânia. (...) da Ucrânia saudades pai, mãe, família (...) todas as semanas fala com pai e mãe telefone, agora com irmã fala na internet mais vezes, <i>Facebook</i> e <i>Skype</i>. (...)</p> <p>(E6) Sinto falta minha cidade, mãe, pai e irmãos. Família mais... (...) Falo através da internet, <i>Skype</i>, e por telefone com meus pais. Em nove anos cá fui lá só duas vezes... Matar saudades! Mas é assim... talvez vá lá este verão antes de começar escola meu filho. Ele só foi lá uma vez e era muito pequenino... (...) mando fotografias para lá... (...) tenho agora um sobrinho que não vi ainda. (...)</p>
	3.2. Possibilidade de regresso	Quais as expectativas de um possível regresso à Ucrânia	<p>(E1) (...) perdi confiança, não quero renovar confiança (...) não quero nada deles... (...) Não posso voltar. Só como turista. Lá para mudar (...) nacionalidade, lá, considerado traidor da pátria. (...) Eu já sou portuguesa (...) Sim. É para sempre! (...)</p> <p>(E2) Próxima sente família lá, mas país não... Quero dizer que amo meu país mas não me vejo já como ucraniana. (...) Penso ir só turismo. Mais nada. Nunca mais voltar para viver. Sofri muito lá, mais para sair de lá e Ucrânia para</p>

ANEXO D: Matriz de Análise de Conteúdos das Entrevistas

			<p>mim agora só passear e ver amigos e família (...) Minhas filhas nunca iriam para lá, vida delas aqui e nossa também aqui. Sentimo-nos bem e vamos ficar. (...) não havia nada que podia levar a gente a ir para lá de vez. Não. (...)</p> <p>(E3) O resto para mim é... entre sair daqui...pronto para agora chega um bocadito de dinheiro para sobreviver... e também não vou estragar a vida dela [filha] agora, ela tem agora escola aqui começada e tem que acabar aqui. (...) Imagina se eu vou agora com ela para a Ucrânia, ela tem que ir para a primeira classe, para o primeiro ano, para a primária. Mas nós em casa falamos russo e isso ajuda muito (...) Saudades...É da neve... <i>(risos)</i> O motivo é um, é este, a filha, tem que estudar aqui... tem que acabar a escola, não sei se vai para a universidade e...eu acho que se vai melhorar e se arranjo trabalho fica...a minha esposa também não quer ir daqui...nada, nada, nada... há pessoas que vão...os ucranianos também, os estrangeiros que eu conheço. (...) Só visitar assim férias, ver os amigos, famílias, netos... (...)</p> <p>(E4) Não quero, porque sim. Aqui calminho... não há guerra. Filha tem que acabar a escola! (...)</p> <p>(E5) Treze anos aqui fui duas vezes, uma buscar minha mulher e outra já faz uns anos, antes ficar desempregado... agora mais difícil... pouco dinheiro, filhos escola... daqui a pouco universidade, são dois... <i>(risos)</i> não sei quando pode voltar lá... (...) Não, não, não, não volta... minha mulher trabalho aqui, meus filhos estudar aqui, não querem voltar e minha filha mais pequena... é portuguesa já... <i>(risos)</i> todos estamos bem aqui (...).</p> <p>(E6) Acho que cada vez estou mais longe e a distância é mesma! <i>(risos)</i> O que passa é que sinto-me mais portuguesa neste momento! (...) Só férias. Isso vou, claro, quando possa, ver a minha família. (...) Mas a minha vida agora é cá. Já não voltamos mais. (...)</p>
--	--	--	--